



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

Nº 169

PORTO VELHO-RO, SEXTA-FEIRA, 9 DE OUTUBRO DE 2015

ANO IV

SUMÁRIO

TAQUIGRAFIA	Capa
SUP. DE RECURSOS HUMANOS	3529
DEPARTAMENTO LEGISLATIVO	3531

TAQUIGRAFIA

ATA DA 36ª AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A SITUAÇÃO DOS AFETADOS PELA ENCHENTE NO MUNICÍPIO DE GUAJARÁ MIRIM.

EM 18 de Setembro de 2015.

**Presidência do Sr.
Dr. NEIDSON - Deputado**

(Às 16 horas e 54 minutos é aberta a sessão.)

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Senhoras e Senhores boa tarde. A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia aprovação em plenário do requerimento do Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Dr. Neidson realiza hoje Audiência Pública para debater sobre a situação atual dos alagados prejudicados pela enchente do rio Madeira os moradores de Nova Mamoré e do rio Mamoré no município de Guajará-Mirim e também Nova Mamoré.

Convidamos para compor a Mesa o Excelentíssimo Senhor Deputado Dr. Neidson, proponente desta Audiência Pública. Excelentíssimo Senhor Deputado Jesuíno Boabaid. Dr. Vítor Carvalho Miranda, representante da Defensoria Pública do Estado. Excelentíssimo Senhor Vereador Augustinho Figueiredo de Araújo, da Câmara Municipal de Guajará-Mirim. Sr. Claudionor Leme da Rocha, Vice-Prefeito de Nova Mamoré. Sra. Zilene Rabelo, representante da Secretaria de Assuntos Estratégicos – SEAE. Dra. Cherislene Pereira de Souza, Presidente da

Subseção da OAB, em Guajará-Mirim. Sra. Eliane Nascimento Silva, Diretora Regional da SEDAM, em Guajará-Mirim.

Senhoras e senhores, queremos de forma geral agradecer a presença das senhoras, dos senhores que estão neste momento aqui na Assembleia de Deus. Agradecer a presença do Sr. Arildo Lopes, Secretário Geral da Assembleia Legislativa do Estado, lembrando as senhoras e aos senhores, que o nosso Presidente, Deputado Maurão de Carvalho está aqui em Guajará-Mirim e dentro de instantes também se fará presente nesta audiência pública. Sra. Ada Dantas, Presidente da ASSFAPOM e esposa do Deputado Jesuíno Boabaid. Sr. Raimundo Machado Cardoso, Presidente da Associação dos Agricultores da Estrada de Ferro Madeira Mamoré em Guajará-Mirim. Sr. Valmir Antônio, Presidente do Conselho Municipal das Associações de Moradores de Bairros. Gerônimo Melo da Costa, Presidente da Colônia de Pescadores Z-2/RO de Guajará-Mirim. Sebastião Júnior, representante da EMATER em Guajará-Mirim. Sr. José Aldir dos Santos, representando o Excelentíssimo Senhor Senador Valdir Raupp. Orivaldo Rodrigues Chaves, Presidente da Associação de Moradores do Bairro São José. Sra. Creusa Rocha, representante da Secretaria Municipal de Saúde, em Guajará-Mirim. Raimundo Soares, Secretário da SOS Guajará. Excelentíssimo Senhor Vereador Mário Alberto de Souza, da Câmara Municipal de Nova Mamoré. Roque de Oliveira, representando a Excelentíssima Senhora Deputada Federal Marinha Raupp. Tenente PM Melo Souza, representando o Comando do 6º Batalhão de Polícia Militar de Fronteira. Srs. Moradores do Distrito de Ribeirão, moradores da Vila Murinho, moradores do Distrito de Surpresa, moradores do Distrito de Araras, senhoras e senhores, moradores do Distrito de Nova Mamoré, senhores moradores do município de Guajará-Mirim. E dentro de instantes vamos ouvir as palavras das pessoas já inscritas, mas antes registrar também a presença da Sra. Márcia Vargas, Presidente da Associação de Mulheres do Distrito de Araras. Douglas Dagoberto, membro do Conselho da Defesa Civil e morador de Guajará-Mirim. Sra. Maria de Fátima Meireles de Almeida, moradora de Guajará-Mirim. Sr. Abraão Azra Malala, morador de Guajará-Mirim. Nilton Nunes Reis, morador do

MESA DIRETORA

Presidente: **MAURÃO DE CARVALHO**
1º Vice-Presidente: **EDSON MARTINS**
2º Vice-Presidente: **HERMÍNIO COELHO**

1º Secretário: **EURÍPEDES LEBRÃO**
2ª Secretária: **GLAUCIONE RODRIGUES**
3º Secretário: **ALEX REDANO**
4ª Secretária: **ROSÂNGELA DONADON**

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretário Legislativo - **Carlos Alberto Martins Manvailer**
Divisão de Publicações e Anais - **Róbison Luz da Silva**

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Rua Major Amarante, 390 - Arigolândia
CEP 76.801-911 - Porto Velho-RO

Distrito de Surpresa. Zeneide Moreira, moradora do Bairro Cristo Rei e Sr. Neori Delmar Quednau, Presidente da Associação de Ribeirinhos e Moradores da Vila Murtinho. Nesse momento vamos ouvir as considerações iniciais, o objetivo desta Audiência Pública, as palavras do Excelentíssimo Senhor Deputado Dr. Neidson que propôs esta Audiência Pública.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Boa tarde pessoal. Aconteceu um imprevisto pela terceira vez essa semana aqui no nosso Estado, que a ELETROBRÁS nos deu uma queda de energia, estamos sem energia hoje tanto em Rondônia como no Acre. Eu liguei para a Polícia Militar, vou registrar uma ocorrência e vou representar a ELETROBRÁS pelo que está acontecendo aqui no nosso Estado. Eu quero pedir desculpas a vocês, em nome da Assembleia Legislativa quero pedir desculpas, mas, eu estive em algumas reuniões tanto lá no Araras, que tem aqui uma representante, fizemos uma reportagem lá que saiu na Rede TV sobre a situação dos atingidos pelas enchentes e tive uma reunião aqui também no bairro Triângulo. Várias pessoas já vem há muito tempo aqui reclamando que foram cadastradas e não receberam, muitos não receberam, alguns receberam uma parcela, duas e foram excluídos e não tem muita satisfação não. Não sabem por que pararam de receber, além, de muitas outras reclamações de pessoas que perderam sua plantação, perderam as suas criações e sem resposta nenhuma até o momento. Então são várias reclamações de vocês mesmo que estão de parabéns por estarem aqui presentes, cobrando também para tentarmos resolver o problema. Eu propus esta Audiência Pública no município aqui de Guajará-Mirim para escutar vocês e tentar escutar também aqui o representante do Governo e os responsáveis por isso para tentar resolver os nossos problemas. Eu quero aqui cumprimentar o Deputado Jesuíno Boabaid, que é um deputado atuante, sempre está presente nas audiências públicas; o representante da Defensoria Pública, o Dr. Vítor Carvalho Miranda, obrigado Dr. Vítor. O vereador Augustinho Figueiredo, que sempre também esteve desde o início aqui trabalhando juntamente com vocês e os demais Vereadores que se encontram aqui presentes. O Vereador Mário César lá de Nova Mamoré também que estava na reunião lá no Araras. O Vice-Prefeito Claudionor, também está representando Nova Mamoré. Zilene Rabelo que é representante do SEAE, que é a vamos mais cobrar hoje, que nós temos que sair daqui com uma satisfação e tentar resolver esse problema e a Eliana Nascimento, que é a Diretora da SEDAM de Guajará-Mirim. Então eu quero passar a palavra aqui ao Mestre de Cerimônias para que possa dar início.

Invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense declaro aberta esta Audiência Pública para debater a atual situação dos alagados prejudicados pela enchente do rio Mamoré nos municípios de Guajará-Mirim e Nova Mamoré.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Senhoras e senhores, a metodologia do nosso trabalho, desta Audiência Pública, primeiro é resolver a questão que aflige a cada uma das senhoras e dos senhores, logicamente. Nós vamos dar um tempo de cinco minutos, são muitos Oradores ainda falta a Mesa. Nós convidamos para fazer uso da palavra a Sra. Márcia Vargas, que é Presidente da Associação de

Mulheres do Distrito de Araras. Eu pediria a todas as senhoras e senhores que forem fazer uso da palavra que sejam objetivos, haja vista a situação que nos encontramos.

A SRA. MÁRCIA VARGAS – Boa tarde a todos os companheiros ribeirinhos de Guajará-Mirim e Nova Mamoré. Boa tarde a vocês que são nossos representantes, agradecer ao Claudionor também que nos deu apoio e o prefeito Laerte que nos ajudou a estarmos aqui hoje. Então eu esperava que nós não iríamos falar primeiro, ia ser vocês. A gente veio nessa reunião no intuito de escutar, saber de alguma solução, alguma resposta porque o povo que foi atingido já está nesse momento desacreditado, mas, houve uma esperança no túnel do tempo, quando foi falado dessa Audiência Pública e aí a gente ficou discutindo entre a comunidade se viríamos ou não. Então todo mundo falou: vamos apostar, já sofremos tanto, então a gente tem que ir. Então a gente está aqui para ver, para compartilhar o companheirismo com vocês, nossos representantes que vocês possam olhar com carinho voltado para nós, diferenciado, que possam resolver os nossos problemas, dar uma solução, que não fique nada no oculto, por que as coisas no passado, assim que acabou a enchente ficou muito oculto, ninguém sabia de nada, alguns representantes nossos, do nosso município como defesa civil, ficou muito oculto, não sabiam de nada, não sei se foi bem escolhido os nossos representantes, mas, resumindo tudo, não vai resolver falar mal de ninguém aqui, o que vai resolver hoje nesse momento, a gente acredita que são os nossos Deputados, é a nossa companheira Zileide, a novata aí no Governo, que a gente conhecia a Rosane. Então a gente acredita que vocês vão começar um trabalho diferenciado porque teve muita discriminação nas nossas comunidades, principalmente nós funcionários públicos que nós sofremos a enchente dentro do Distrito, os comerciantes. Então por nós sermos comerciantes, funcionários públicos ou alguém que tem alguma coisa, alguma renda, sofreu muita discriminação, por quê? Vivemos no Araras há 20 anos, somos funcionários públicos, somos comerciantes, somos pescadores, garimpeiros, todos têm uma renda sim, só que todos foram atingidos. Então teve muita discriminação dos nossos órgãos públicos, teve discriminação dos funcionários, não sei quem foi o culpado, mas a gente acredita que daqui para frente, D. Zileide, a senhora como representante dos Assuntos Estratégicos do nosso Estado de Rondônia, a senhora vai tentar resolver com carinho o problema que o Distrito de Araras e Vila Murtinho tem passado, os companheiros de Guajará-Mirim também, porque nós estamos sofrendo muito lá com a discriminação, estão selecionando pessoas sem conhecer a nossa realidade, nem conversa com a gente, o Estado mandou uma equipe lá que nem sabia quem era nós, mal olhava para a nossa cara: “você já é reprovado, você não sabe de nada, você não tem direito de nada”. O que é isso? A gente estava começando a levantar, até hoje o Distrito de Araras, ninguém conseguiu resolver o problema das suas casas. Eu queria deixar a minha fala aqui, que eu não sou muito estudada não, estou tentando terminar uma faculdadezinha aí que é Pedagogia, que ninguém dá valor, mas uma coisa é certa, foram vários profissionais doutorados formados dentro do nosso Distrito e não souberam falar com a comunidade, eles fizeram totalmente diferente, o Social é trabalhar e entender o ser humano, principalmente o psicólogo,

eles foram reprovados no nosso Distrito, só teve uma pessoa que soube falar com a gente que foi o deputado estadual, o Deputado Dr. Neidson que chegou lá e começou a ver a nossa realidade, nossas lutas lá em Porto Velho, que a gente foi lá fazer luta para poder resolver os nossos problemas, o Deputado nos recebeu lá na Assembleia Legislativa. Poxa vida, ainda bem que ele como Deputado nos olhou com carinho e fez o convite de nós estarmos aqui e também o nosso Prefeito tem nos olhado com carinho também, mas o resto, pelo amor de Deus, principalmente a Defesa Civil de Nova Mamoré não sabe fazer trabalho social e nem conversar com a comunidade. É verdade ou estou mentindo? A gente quer que eles saiam e nos coloquem como representante que nós sabemos mais do que eles.

Obrigada.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Vamos ouvir agora o senhor Douglas Dagoberto, membro do Conselho da Defesa Civil e morador de Guajará-Mirim. Nesse momento queremos registrar a presença do Presidente da Assembleia Legislativa Deputado Maurão de Carvalho, que dentro de instantes também estará compondo a Mesa Diretora dos trabalhos da Assembleia Legislativa.

O SR. DOUGLAS DAGOBERTO – Boa tarde Dr. Neidson, na pessoa de quem eu cumprimento todos os Deputados. Augustinho, Dra. Cherislene, meus amigos eu sou membro do Conselho de Defesa Civil do município de Guajará-Mirim, sou membro também do Conselho de Desenvolvimento Ambiental no nosso município e o que aconteceu com o nosso município foi uma situação ímpar, nunca antes tinha acontecido o que aconteceu aqui neste município. Não digo só pela inundação, mas, pela questão do isolamento, nós ficamos isolados, sem água, sem comida, sem medicamentos e se tem uma pessoa que conhece a fundo tudo o que se passou com os senhores, fui eu. Como membro do Conselho, anotei o nome de cada um dos senhores e passei em cada rua que foi alagada, anotei lá o georreferenciamento para que vocês pudessem ser atendidos no futuro, mas eu não sei que cargas d'água, tiraram o trabalho que já estava sendo feito no Conselho de Defesa Civil e levaram para o Governo do Estado. Na época até reclamei, porque se tivesse próximo seria mais fácil de conseguir arrumar, mas levaram para o Governo do Estado. Resultado: o que aconteceu com os senhores de muitos terem perdido a casa, todos seus móveis, tudo aquilo que tinha conseguido na sua vida inteira, além de tudo isso, muitos perderam até a dignidade, porque fizeram seu cadastramento com a intenção de alguma forma, serem ressarcidos pelos prejuízos que tiveram e mesmo assim, passou batido, muita gente não recebeu nada. Algumas vezes as pessoas vão lá reclamar e até hoje falam: “não, você não se enquadra no perfil social, você é funcionário público, ou você é aposentado”. Só que a inundação não escolhe quem tem dinheiro e quem não tem não. Ela pega todo mundo. E eu acho injusta a forma como foi conduzido, essa migalha que foi dada ao município de Guajará-Mirim, tipo, eu fui responsável pelo Plano Detalhado de Respostas para encaminhar para o Governo Federal onde previa o asfaltamento da Princesa Isabel, da Leverger, da escola de Surpresa. Da ponte do rio Salomão, das 450 casas no município, do aterro do Floriza Bouez e tudo isso se não tiver o acompanhamento da população, e peço até que

os Deputados façam esse acompanhamento, nós vamos perder também, que nem isso eles vão trazer para o município. Então o que eu acho que nós temos que fazer, fora reclamar aos Deputados, aos representantes legais que podem nos representar junto ao Governo do Estado, é montarmos o mais rápido possível uma associação e entrarmos com uma ação a algum responsável. Se o responsável é o Governo do Estado, que entre contra ele. Se o responsável for a usina, que entre com a usina. Se nós vamos ganhar ou não, quem tem que dizer é a justiça. Então o melhor caminho para nós tomarmos, fora essa reclamação de hoje, é nos organizarmos para amanhã tentar alguma coisa. Se os nossos filhos vão receber, se nossos netos vão receber; isso não importa, mas nós temos que ser indenizados pela forma com que o nosso município foi tratado naquela situação. Muito obrigado a todos.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Convidamos agora à senhora Maria de Fátima Meireles de Almeida, moradora aqui do município de Guajará Mirim que também vai fazer uso da palavra. Dentro de instantes vamos ouvir o Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia, Deputado Maurão de Carvalho, o Excelentíssimo Deputado Dr. Neidson, proponente desta Audiência Pública, Deputado Jesuíno Boabaid e demais componentes da Mesa.

A SRA. MARIA DE FÁTIMA MEIRELES DE ALMEIDA – Boa tarde a todos. Boa tarde Mesa. O meu recado aqui, a minha fala se dá mais para a pessoa que é coordenadora, é para a assistente social Zilene. Eu sei que a senhora é uma profissional, hoje sou uma dona de casa, sou aposentada, sou professora aposentada e sou socióloga, então eu moro aqui nesse município e eu quero dizer para a senhora D. Zilene que quando o seu pessoal instruído pela senhora ou não sei por quem, a equipe do Governo do Estado ao chegar à casa de cada pessoa que está aqui, que nós acompanhamos o período das cheias, as pessoas que estão aqui, as pessoas que estão lá atrás que são todos conhecidos nossos da época das cheias, olhe, o comportamento é esse, que o companheiro Dagoberto acabou de dizer: “você não tem direito, porque você tem renda”. Não sabe de onde vem a renda. Eu tenho um hotel com 40 apartamentos, D. Zilene. A senhora sabe quantos dias passaram sem entrar uma pessoa no meu hotel? E eu vou entrar com uma ação também como todos eles que são pescadores vão entrar, sabe por quê? Foram 98 dias. Foram 98 dias que eu sofri, até hoje eu estou pagando conta para a dona ELETROBRÁS, que ela me cobrava sem ter ninguém dentro do hotel, R\$ 3.800,00, eu tenho as faturas, minha gente, R\$ 3.800,00 eu pagava de energia, sem ter ninguém, porque nós estávamos em fase de isolamento, só chegava a Porto Velho através de voo da FAB e eu pagava R\$ 3.900,00, R\$ 3.800,00 de energia para a dona ELETROBRÁS. Eu pagava para a dona CAERD R\$ 1.900,00 de água sem ter hóspede para tomar banho, pessoal, veja a situação nossa enquanto empresário. D. Zilene, a água não chegou à minha casa não, mas eu preciso saber por quê? Eu me coloco na mesma condição que eles, nós ficamos amigos, vou a casa deles, tomo café e eles vão no meu hotel, eu sirvo café, refrigerante, o que eu tiver, sabe porquê? Foi uma situação que nós nos unimos, nós ficamos unificados por um ideal, foram três meses e dias sem

ter verdura no Gonçalves para a gente comprar, não tinha um frango para a gente se alimentar, não tinha carne. A senhora sabe o que é isso, D. Zilene? Aí o profissional de vocês, do Governo chega e diz assim: “não, nós vamos abrir apenas para as pessoas que foram alagadas”. D. Zilene, vamos ter uma mentalidade próspera que é assim que eu penso enquanto empresária, sou professora, mas hoje sou empresária, olha pessoal, todo mundo tem, esse Guajará tem direito a receber qualquer indenização, de qualquer forma que for recebida, todos têm direito a receber, todos. Nós somos vítimas de uma situação que ninguém contava com isso. Olhe eu vou lhe dizer uma coisa, eu fui para o médico lá em Porto Velho, quando as águas baixaram, eu achava que era coração: “eu falei é coração, eu estou com problema no coração, deve ser veia entupida.” Quando eu cheguei lá o Dr. Jadil falou: “a senhora está entrando em processo de depressão”. Eu passava noite acordada, eu não dormia, gente, por que não chegava ninguém dentro do meu hotel e eu preocupava em pagar conta. Como é que eu ia pagar uma conta estrondosa que chegava dos órgãos públicos, os custos fixos, como que eu ia pagar? Demiti cinco funcionários, porque eu não tinha como manter camareira, eu não tinha como manter vigia. Eu fui ser vigia, eu fui ser tudo, eu não dormia, eu entrei em processo de depressão. Olhe, Deputado, não foi só eu não, a dona lá da Moto Laser, aquela lá da beira do rio, que agora está construindo uma casa em frente da rodoviária, outra loja. Os empresários, todos que entrou água em suas lojas, todos sofreram, aí o mandante do Governo: “não, você não tem direito não, só quem foi atingido pelas cheias”. Pior do que isso, gente, o atingimento moral, psicológico, estraçalhou todo mundo e vocês vêm com esse papo dizendo... D. Zilene, atenda a população de Guajará, atenda a população de Mariana, em Porto Velho, por que isso acaba com o ser humano, tira a nossa dignidade de população, de gente, de cidadania, de tudo. Enquanto socióloga, D. Zilene, eu sofro com a posição que o Governo tem sobre o nosso povo, por que o ideal é chegar lá: gente, vamos sentar, todo mundo, é para passar para o pessoal, é para fazer com que ela seja ressarcida pelo prejuízo. D. Zilene, teve a enchente, depois a água represou, não vinha nem mosca para cá e as pessoas querendo fazer seleção. Fazendo seleção, quem vai receber, quem deixa de receber. Entra no Triângulo, o Triângulo ficou coberto de água, eu ia trazer um mapa e esqueci, mas, eu estou com um mapa colorido de Guajará-Mirim dos bairros todos atingidos pela cheia, pelas enchentes, que são dez bairros, gente, Triângulo, São José, está o pessoal, Presidentes de bairros, Triângulo, São José, Santo Antônio, Cristo Rei, me ajude aí pessoal, Tamandaré, são dez bairros na nossa cidade, D. Zilene, e quem não foi atingido, quem tem seu botequinho, ficamos sem vender nada porque não tinha onde comprar para revender. Então atende Guajará-Mirim, nós não somos pessoas que estamos atrás de querer tirar proveito da situação não. Eu estou devendo até hoje a ELETROBRÁS, gente, estou devendo até hoje a CAERD, pessoal, estou devendo um monte de setores aí, agora eles estão tendo paciência porque foi uma causa da natureza. Eu quero só aqui fazer um registro em particular ao Deputado Jesuíno, eu gostaria muito depois dessa reunião, se eu pudesse falar com o senhor em particular, porque eu tenho filhos policiais também e acompanhei sua luta, Deputado; e eu parabenizo e quero muito que o senhor tenha muito sucesso

nesse momento que o senhor está passando, nessa trajetória política dentro da Assembleia, eu acompanhei sua luta, então, eu tenho dois filhos policiais, eu acompanhei, parabéns. Mas é isso, gente, muito obrigada. D. Zilene, eu vou fazer um contato com a senhora em particular, depois. Muito obrigada.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Convidamos agora o Sr. Milton Nunes Reis, morador do Distrito de Surpresa.

O SR. MILTON NUNES REIS – Boa tarde a todos. Senhoras e senhores que representam o Estado de Rondônia, representa a população e o Estado. O meu problema é o seguinte: eu sofri também o problema da alagação, eu sou assentado no projeto D. Xavier Rei, no Distrito de Surpresa, pelo PDS, na época que fui vistoriado pela EMATER, que ela faz o trabalho dela correto, ela me visitou e ela viu o meu prejuízo, calculou em R\$ 38.000,00 o meu prejuízo, que eram dois hectares de banana branca produzindo, cujo um cacho de banana branca hoje é R\$ 20,00 a R\$ 30,00. Uma palma de banana hoje são R\$ 5,00. Conclusão da história, o que eu recebi disso aqui foi R\$ 1.000,00. Nós não tínhamos na época aqui Defesa Civil. A Defesa Civil veio surgir no meio do acidente do alagadiço, é que veio surgir Defesa Civil aqui no município de Guajará-Mirim, não existia isso aqui. Então a EMATER fez o trabalho dela, acompanhou e jamais a EMATER ia pegar e me dar um documento em mãos avaliando prejuízo meu. Ela foi lá e me visitou e viu a minha situação. Veio uma comissão de Porto Velho, eu não estava lá mais, que eu não ia ficar dentro d'água chocando lá que eu não sou jacaré. Eu vim embora para cá e deixei lá, deixe a água secar, porque a minha casa tem dois metros e meio de altura, ela não caiu por que é no esteio de maçaranduba com parafuso de meia polegada, então a água foi, só ficou o teto fora. Eu ia ficar fazendo lá o quê? O que eu vou fazer lá? O que eu tinha lá eram dois hectares de banana, foi para o cacete, eu vou ficar lá fazendo o quê? Eu vim embora. Resultado: a EMATER foi lá fez a vistoria, avaliou meu prejuízo, eu procurei aqui o pessoal da EMATER depois. Aí está essa história. Na Câmara Municipal, veio uma Comissão e eu me apresentei lá, aí eles me deram esse “cara Crachá” que aqui está. Com esse “cara crachá” era para eu ir ao Banco do Brasil, me deram o número do benefício 201, eu cheguei lá e não tem é nada! Nada. E aí? Me deram desse valor R\$ 1.000,00, como quem diz: “pega uma corda e se enforca com isso aí”. Quer dizer, eu estou no prejuízo, voltei lá esses dias e plantei 5.000 mudas de açaí, 1.200 mudas estão lá para eu plantar e tenho aqui na minha casa que eu acabei de arrecadar ontem mais mil e poucas mudas. Quer dizer, o pessoal da Defesa Civil, que não existia, mas passou a existir, disseram para mim: “o negócio é o seguinte: vai abrir uma linha de crédito”. Sim, eu tenho crédito, o Banco abriu o crédito, mas eu tenho que pagar o Banco. Eu fiz um empréstimo de R\$ 19.000,00, eu estou metendo lá dentro, meu CPF vai para o cacete, eu tenho que fazer de tudo para pagar exatamente o que eu devo, o meu compromisso. Eu tenho 64 anos, nunca fui detido, nunca fui preso e na hora de pegar meus direitos, o que fazem comigo? Isso aqui para mim, eu fico chateado que eu ocupo um lugar de cidadania e parece que eu estou sendo excluído pelo Estado, quer dizer, o Estado apoia uns e outros; joga para lá, quer dizer, eu sou

pobre, eu sou um desgraçado. Eu agradeço essa oportunidade que me foi dada e a EMATER está de parabéns pelo trabalho que faz, ela acompanha o agricultor em qualquer circunstância, o trabalho da EMATER é sério, a EMATER trabalha sério.

Obrigado pela oportunidade.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Obrigado ao senhor. Convidamos agora o Sr. Abraão Azra Malala também morador de Guajará-Mirim, para que possa fazer uso da palavra.

O SR. ABRÃO AREZA MALALA – Boa tarde. Em primeiro lugar quero me congratular com todos que estão presentes nesta tarde e agradecer em primeiro lugar a Deus pela oportunidade de ter hoje nesta reunião a celebridade das autoridades que representam realmente o nosso Estado em Guajará-Mirim, eu tenho um amigo realmente na Câmara chamado Augustinho, em Porto Velho tenho um amigo chamado Deputado Neidson e eu quero agradecer a Deus por essa conexão dessas duas ilustres pessoas que fazem muita, não tirando realmente o prestígio dos outros, mas a gente tem uma afinidade pessoal com esses dois realmente representantes da massa, aonde nós temos hoje nesta tarde a grata oportunidade dada realmente; queremos agradecer a direção também por esses minutos e queremos que todos realmente que estão aqui nesta tarde tenham a consciência de uma coisa, ninguém saiu dos seus lares para enfrentar um calor de graça. Eu tenho certeza que a partir de hoje, vocês e todas as autoridades vamos ter resultados, sim ou não? Todos, todos. Meu nome é Abraão, faço sempre um programa na rádio Rondônia, meu apelido é Abraão de Rondônia para não pagar conta para os outros. O que acontece? Eu pedi para o Deputado, que eu estou representando a minha mãe, eu moro no bairro Liberdade, em Porto Velho, mas estou representando a minha mãe em Guajará-Mirim; eu morei em Guajará-Mirim, sai em 83 para estudar para fora e nunca mais voltei para morar e eu tenho realmente andado todas as linhas aqui de Guajará-Mirim, desde o Iata a Extrema, ao Bom Sucesso, Lago das Garças, Comara, todas as províncias que pertencem a Guajará-Mirim e o clamor é um só: pessoas realmente precisando da conexão, do apoio das autoridades. Eu vou fazer um pedido a todos que estão nesta tarde aqui, por favor, vamos parar de criticar e vamos somar primeiro com Deus, segundo com as autoridades para que nós possamos chegar a um veredito e colher um resultado com humildade, correto? E quero agradecer mais uma vez, dar um testemunho aqui que vocês agora têm um Deputado que representa Guajará-Mirim, sabe por quê? O nome dele é Dr. Neidson. Eu quero que todos fiquem em pé, mostrem realmente atitude, que tem respeito pelo Dr. Neidson, palmas para ele e para o Vereador Augustinho. Muito obrigado. Eu quero dizer a vocês, finalizando, que eu estive em Porto Velho, pedindo pelo amor de Deus ao Dr. Neidson, ele dispôs do gabinete dele a Dra. Sâmia, nós passamos uma semana lá na Esplanada correndo e voltando, correndo e voltando para que esta reunião hoje fosse realidade, porque nós precisamos de um Deputado, de um vereador e de um advogado para representar a classe de Guajará-Mirim que não tem representante ainda, e às vezes eu tenho que encher o saco no gabinete do Vereador Augustinho e agora do Dr. Neidson, mas graças a Deus tenho certeza que

Deus está ouvindo o coração e o clamor de vocês. Muito obrigado. Que Deus abençoe todos vocês.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Muito obrigado Sr. Abraão. Com a palavra a senhora Zeneide Moreira, moradora do bairro Cristo Rei, aqui no município de Guajará-Mirim. Estamos ouvindo aqui os moradores, suas reivindicações, depois vamos ouvir as autoridades que compõem a Mesa, Deputado Maurão de Carvalho, Deputado Dr. Neidson e Deputado Jesuíno Boabaid.

A SRA. ZENEIDE MOREIRA – Boa tarde, gente. Primeiramente eu tenho umas fotos aqui para mostrar para o Dr. Neidson, da minha casa. Na época que eu procurei para fazer o cadastro, o rapaz lá falou que eu não tinha direito, eu procurei uma, duas, três, quatro, até a oitava vez. Aí na oitava vez, ele foi e falou para mim: “olha, acabou o cadastro, eu falei para a senhora que eu não ia fazer o seu cadastro”. “Está bom, eu vou procurar os meus direitos”. Mais na frente eu procurei e encontrei com o Abrahim Chamma. O Abrahim falou para mim: “D. Zeneide vamos lá”. Aí ele falou: “não, não vou fazer o seu cadastro”. Aí o Abrahim falou: “vamos à delegacia e procurar os nossos direitos”. Aí demos dez passadas, ele falou: “volta, que eu vou fazer o seu cadastro.” Está bom. Fiz o cadastro e recebi a primeira parcela, depois de quatro meses. Aí até hoje não recebi. Procurei novamente lá, eles falaram que eu não tinha direito, porque na minha casa, o meu marido é funcionário da prefeitura e eu não teria direito de receber, aí eu disse: olha, a alagação alagou a casa de quem tem emprego e de quem não tem. A gente não tem culpa. Aí ele foi e falou: “mas, eu já falei para a senhora, que você não tem direito de receber”. Eu disse: tudo bem. Até hoje sem receber nada e prejudicou a minha casa, a minha cozinha, o meu quarto está quase caindo também, a gente está com medo de cair e estou esperando uma atitude e vim aqui agradecer ao Dr. Neidson por estar agora lutando pela gente e agora eu sei que a gente vai resolver esse problema. É só isso que eu tinha a dizer. Obrigada.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) - Muito obrigado. Convidamos agora o Sr. Neori Delmar Quednau.

O SR. NEORI DELMAR QUEDNAU – Eu quero aqui em nome do Deputado Neidson, cumprimentar aqui a presença dos Parlamentares e o Dr. Vitor, a quem nós mais queremos nos dirigir, viu Dr. Vitor, que a nossa questão aqui, graças ao Dr. Neidson e ao Presidente que trouxeram essa Audiência Pública para cá, prepararam tudo isso aqui para a gente, houve um imprevisto, mas a gente aqui quer ser bem ouvido; essas pessoas que disseram aqui eles querem é ser bem ouvidos pelo Judiciário, porque o problema nosso está aqui, nós tivemos problema na Vila Murtinho da seguinte maneira: conforme o cidadão relatou aqui aquela descentralização que houve local para o Estado, prejudicou demais Vila Murtinho. Eu, na época propus para três órgãos da prefeitura e do Estado que seria a EMATER, Coordenadoria da Defesa Civil, Secretaria de Agricultura e Secretaria de Meio Ambiente, que a gente fizesse após as enchentes, uma vistoria lá, eu tenho comigo aqui o boletim de ocorrência, eu fui tirado de dentro da sala do

Coordenador da Defesa Civil com arma de fogo na mão. Eu tenho boletim de ocorrência. Nós não pudemos fazer nada. Até hoje Vila Murtinho sofre com problema lá, nós não podemos investir porque nós não temos estrada. Foi feita limpeza, mas não foi feita a complementação. Então existem muitos problemas de humilhação. As pessoas iam lá, é pena que elas não podem vir falar aqui, porque não estão inscritas, mas pessoas que foram humilhadas, o cidadão ia quatro, cinco vezes atrás de uma cesta básica: “se você me incomodar, eu mando a polícia te tirar daqui”. A coisa aconteceu assim. Colocaram uma pessoa com falta de preparo psicológico para atender a Coordenação. Está aqui, eu tive um prejuízo estimado de oitenta mil reais. Tem uma foto que passa, eu tinha seiscentos pés de manga de exportação produzindo na Vila Murtinho. Eu fui criticado pela EMATER. Teve um cidadão que gravou a EMATER aqui e parabéns pela EMATER de Guajará-Mirim, que dentro da EMATER de Nova Mamoré, eu não fui nem bem-vindo, porque vocês vejam aqui, vai ao Gonçalves ali, custa R\$ 6,00 um quilo de manga, vem lá de Campo Grande, vem de São Paulo. Aí chega um cidadão e planta seiscentos pés para abastecer a região, ele é criticado pela EMATER. Esse cidadão plantou seiscentos pés de manga, vai comer sua manga. Então foi uma barbaridade, nós passamos humilhações, o meu cadastro sempre foi reprovado, nunca fiz cadastro, porque eu já fui excluído do começo, porque eu entrei com essa questão de que eu iria cobrar, a gente ia fazer um trabalho coletivo com aqueles órgãos, não foi aceito, eu tenho comigo aqui alguns requerimentos que a Secretaria de Agricultura recebeu a gente bem, a Secretaria de Meio Ambiente recebeu, só que a gente queria o conjunto, um batesse o ponto de GPs, o outro visse o que você perdeu, avaliasse. O cidadão falava: eu tenho cinco mil pés de banana. O cidadão da EMATER iria dizer: não cabe. Sua área é esse plantio aí. São seiscentos pés de manga que foi perdido aí, em pico de produção. Eu tenho todas as fotos, o antes e o depois e outra situação que eu queria grifar aqui. Em relação hoje, como que nós nos encontramos lá, nós não temos apego em nada. Eu sei que existe uma crise política no Brasil, uma crise econômica, mas eu acredito que o mínimo que possa ser feito para aquela população, eu presenciei durante o período, o pós-cheia e já teve outro inverno; crianças vindo a pé para a escola dois quilômetros, quando chegava ao local não conseguiam embarcar no ônibus, porque o ônibus não estava lá. Então está aqui representando o prefeito de Nova Mamoré, o senhor Claudionor, eu estou aqui para dizer, eu estou falando aqui as palavras do povo da Vila Murtinho, talvez eles iriam usar muito mais agressividade para dizer o que eles passaram, que foram realmente humilhados, as mudanças daquelas pessoas, na época a Defesa Civil através da prefeitura doava 20 litros de gasolina e o cabeça, que é um cidadão, o senhor Antônio Alves que fazia o transporte na canoa dele. Então foi muito assim desgastante para nós. Nós levamos prejuízo, não temos como ser ressarcidos até o momento, porque nós não podemos cadastrar. Se esses três órgãos, quatro órgãos fizessem a vistoria com a gente, desse um documento timbrado, amanhã ou depois o Ministério Público ia decidir, foram às usinas, nós tínhamos o que cobrar, hoje se eu chegar lá e falar: “não, eu tinha um pé de jabuticaba”. Eu não tenho como provar. Eu não tenho como falar. Então eu estou aqui, eu quero agradecer de novo aqui a Mesa, os

Parlamentares, mas em especial falar com o Judiciário que preste muita atenção nisso porque essa questão de Nova Mamoré, nós, principalmente na Defesa Civil, o senhor pode ver que todos os focos são batidos em cima disso, a forma que foi tratada. A segunda etapa, os psicólogos que vieram, os assistentes sociais, perdão da palavra, mas não tiveram valor nenhum, porque chegaram à sala da prefeitura, o Coordenador da Defesa Civil fazer isso aqui: esse vai, esse não vai, esse vai, esse não vai. Pronto. Então não adiantou nada vir o povo lá de Porto Velho que faziam as perguntas até um pouco suspeitas: você vive de quê? Eu vivo do que eu faço. Você faz o quê? Eu não estou fazendo nada, eu estou desalojado. Você gasta quanto? Eu gasto o quanto eu puder, eu vendo alguma coisa que eu tenho, eu estou sobrevivendo. Então não existe como você dar um balancete para um cidadão. Aí ele fala: “eu vou te excluir, porque você negou suas informações.” Então é como vários disseram aqui, você tem um veículo, você tem uma casa, mas você perdeu. A questão seria provar quanto perdeu. Eu acredito que a questão é dizer: “não, mas fulano, ele não precisa”. Não estou questionando a cesta básica, que foi uma porcária, perdão da palavra, mas eu acho que ninguém aproveitou que o feijão que foi lá. Se um quilo de feijão vale três reais, o cara gastava cinco para cozinhar o feijão que eles mandavam de gás, que era um feijão velho, desprezível e bichado, 90% do povo jogou o feijão fora. Existe até comentários de pessoas, o que eu estou dizendo aqui, é por que eu ouço lá, eu sou Presidente de Associação, a gente se reúne, as pessoas estão desesperadas. A mercadoria boa que veio de Porto Velho foi negociada e a outra foi comprada, coisa que eu guardei até há poucos dias, que nós já estávamos sem esperança. Há 60 dias eu joguei todo o feijão fora de pessoas que vinham mostrar para a gente que estavam guardando, eu podia ter trazido aqui, se eu não tivesse jogado fora, vocês iriam ver o absurdo da situação que foi. Então eu quero aqui agradecer, já tomei bastante espaço, a coisa começou. Dr. Vitor, bastante carinho, nós esperamos do senhor, do Presidente da Assembleia, amigo da gente aí desde Alta Floresta, Jaci-Paraná, vão lá, Deputados, ajudem a gente junto com o Dr. Neidson, agora nós temos um baita representante nos ajudando na região e contamos com vocês. Muito obrigado.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Bom, as pessoas que fizeram uso da palavra representaram as senhoras e os senhores. Então vamos ouvir agora os Parlamentares, os componentes da Mesa. Com a palavra o Dr. Neidson.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Vou pedir para passarem um vídeo aqui da época das enchentes para que os representantes aqui possam ver também e as pessoas.

(APRESENTAÇÃO DE VÍDEO)

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) - Com a palavra Sua Excelência, Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Maurão de Carvalho.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO - Quero cumprimentar todos senhores e senhoras, amigos, irmãos aqui presentes;

cumprimentar Dr. Neidson e aqui parabenizar Deputado Dr. Neidson, que é dessa cidade e que tem se preocupado com Guajará-Mirim e que tem trabalhado por Guajará, tem lutado assim no primeiro ano de mandato, eu sei que não é tão fácil, principalmente parte de suas emendas nem todos conseguimos resgatar, mas resgatamos aí 70% das emendas, se fossem todas ainda era pouco, mas eu sei do quanto Vossa Excelência tem se esforçado, lutado por esse município que é Guajará-Mirim. E eu estou aqui hoje juntamente com o meu colega, Deputado Jesuíno que é um grande aliado também prestigiando nesta Audiência de grande importância aqui para a comunidade, a pedido aqui do Deputado Dr. Neidson, que eu tinha uma agenda para Ji-Paraná hoje, e pedi que o Deputado Laerte Gomes me representasse lá e cancelei a minha ida a Ji-Paraná, que era uma reunião com todos os Prefeitos, Vereadores, Governador, estavam todos os presentes. Mas vim hoje aqui ouvir vocês, na verdade nós estamos aqui para ouvir mesmo, portando, dando apoio aqui ao Deputado da vossa cidade, que é o Dr. Neidson, e o Deputado Jesuíno da mesma forma, ele veio aqui prestigiá-lo e ouvir. E ele gosta, o Deputado Jesuíno se especializou nessa área, principalmente reivindicação como essa que é o tema que está sendo discutido hoje aqui. Cumprimentar aqui o vereador Augustinho, cumprimentar aqui a Mesa, o Defensor Público, está aqui o representante do Governador, os servidores da Casa, dizer da alegria mesmo de podermos estar participando desta Audiência e ouvir cada pessoa que está aqui representada aqui pelas pessoas que já falaram, para depois fazer a minha fala.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Obrigado Presidente. Eu quero agradecer aqui o apoio que a Assembleia de Deus, Ministério Madureira nos tem dado, também cedendo aqui o prédio para que pudéssemos realizar aqui essa Audiência Pública, o Pastor Reginaldo que está aqui presente; quero pedir uma salva de palmas para ele por que está contribuindo com o nosso município. Quero registrar a presença aqui do Noronha também, que está aqui presente, o Vereador Cleber, o Wilter, o Vereador Mário lá de Nova Mamoré que também estava acompanhando a situação dos alagados lá no Distrito de Araras. Então isso aí foi só um exemplo, Presidente e os demais aqui presentes, foi umas filmagens que foram feitas lá em Vila Murtinho, tem pessoas aqui de Vila Murtinho. Então nós vemos aí que foram feitas algumas leis para poder dar um apoio às pessoas que foram atingidas pelas enchentes. Solicitei informações de vários órgãos do Governo, do SEAE, as enchentes foram no ano passado, começaram em fevereiro e duraram mais ou menos uns quatro meses. O Governo teve três leis, duas leis que foram para o benefício social, o qual cada pessoa atingida tinha direito a receber seis parcelas de quinhentos reais e que dava um total de três mil reais, e mais mil reais que era de um auxílio sobre os atingidos nas moradias. E depois o Governo fez outra lei prorrogando esse auxílio social de mais seis parcelas de quinhentos reais num total de sete mil reais. Então nós temos aí mais de, praticamente mais de um ano, que seriam em 12 parcelas o total, e a de moradia é mil reais parcela única. Temos aqui de Guajará-Mirim uma lista tremenda, grande, que várias pessoas já receberam, tem alguns aqui que receberam mil reais e falta receber seis mil, tem alguns que receberam seis mil reais e falta mil, tem outros que

receberam quatro. Mas temos aqui uma lista de inaptos também, que é bem grande, eu fiz aqui uns cálculos e nós temos só no município de Nova Mamoré os aptos são 127 pessoas, que dá um total de 53% das 242 famílias cadastradas no Município de Nova Mamoré. E os inaptos são 115 pessoas, segundo o Diário Oficial que foi publicado e no qual eu tive acesso também, que deu 47% dos inaptos a receberem o benefício. Então ficaram em 53% os aptos e 47% inaptos em Nova Mamoré. Aí fiz os cálculos também em Guajará-Mirim, os aptos são 339 pessoas de um total de 639 pessoas que deu 53% também, a porcentagem também ficou igual à de Nova Mamoré, 53% aptos. E inaptos a porcentagem por incrível que pareça ficou igual à de Nova Mamoré 47% que são trezentas famílias inaptas aqui. Dentre esses, vários não foram encontrados. Então a propositura dessa Audiência é para tentar buscar soluções a essas pessoas que não receberam, que estão por receber ainda, pessoas que foram excluídas do benefício sem ter alguma explicação correta, sem ter informações, muitos já reclamam aqui que só receberam a notícia, senhora Zilene, Coordenadora do SEAE, muitos reclamam que as pessoas, a equipe que tem num projeto do Governo que tinham seis pessoas ou eram cinco, se não me engano, era de seis meses para fazer o cadastramento dessas pessoas e verem realmente quais precisavam receber e não, eles reclamam que não atendidas satisfatoriamente, muitos não receberam a instrução correta, não sabem por que foram excluídos. Então aqui nós temos vários questionamentos e queremos saber da SEAE, para ver quais são realmente essas situações e o que nós podemos fazer também para tentar resolver esses problemas. E eu gostaria de passar a palavra também ao Vereador Augustinho que tem acompanhado desde o início também com os demais Vereadores da Câmara de Guajará-Mirim, Nova Mamoré para que ele possa também se explicar um pouco.

O SR. AUGUSTINHO FIGUEIREDO – Boa tarde a todos. Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Maurão de Carvalho; Excelentíssimo Senhor Deputado Dr. Neidson; Excelentíssimo Senhor Deputado Jesuíno Boabaid. Muito obrigado por essa Audiência Pública no município de Guajará-Mirim para tratarmos de pessoas que efetivamente tiveram prejuízos em suas vidas, em suas famílias e em seus bens. Senhor Presidente, Senhor Deputado, eu gostaria antes de tecer alguns comentários, eu gostaria de fazer três sugestões, gostaria que Vossas Excelências, me permitissem. Entendo eu Senhor Deputado Dr. Neidson, que deveria ter sido feito um levantamento das famílias que foram alagadas, por exemplo, o bairro do Triângulo todo foi alagado, não entendo porque a casa do Lúcio do Zé das Frutas foi alagada e ele recebeu e a casa da Chiquinha foi alagada e ela não recebeu; se os dois ficaram com a água no mesmo tamanho e tiveram que se mudar das suas casas. Não entendo qual é o critério que foi usado, não entendo porque lá no Tamandaré, a casa do meu compadre Zé Farias alagou, a da filha dele alagou também, do mesmo, uma do lado da outra e um recebeu e o outro não recebeu. Parece-me que há uma injustiça social. Entendo que deveria ser feito da seguinte maneira: os setores que foram alagados, se englobava aquele setor e então se faria o auxílio social, sem se importar se eu ganho mil reais, e

se o meu colega ganha setecentos reais, o importante era que fossem dados direitos iguais a todos aqueles que ficaram sofrendo com a alagação do ano de 2014. Por obra e graça de Deus nós temos aqui três Deputados excelentes do Estado de Rondônia, com um valor a mais, o nosso Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Maurão de Carvalho que tem um serviço prestado a esse Estado e que certamente se reunirá com o nosso Governador do Estado de Rondônia para tomar as providências cabíveis. Segundo ponto, Senhores Deputados, os ribeirinhos e também aqueles que moram no centro das aldeias indígenas, que também foram atingidos pelas alagações, mas que chegaram a Guajará-Mirim e foram excluídos pela Defesa Civil do próprio município de Guajará-Mirim, não por culpa daqueles que estavam representando a Defesa Civil, mas por orientação da SEAE, minha querida, da SEAE do Estado de Rondônia, que deixou essas pessoas fora, deixou à margem das necessidades que tinham. Sugiro também, que fosse feito um levantamento in loco, porque lá está a marca das águas aonde chegou naquelas residências, naqueles sítios, pessoas que perderam, como o cidadão que acabou de falar aqui, toda a sua propriedade, perdeu até a semente para recomendar, como por exemplo, muitas pessoas do Distrito de Surpresa. Porque não se fez, não se fez um levantamento na beira dos rios onde as casas estavam alagadas. Então se dê o benefício aquelas pessoas, ia se gastar mais evidentemente, mas é um benefício social. E a terceira sugestão que deixo a Vossas Excelências, mas uma vez pedindo desculpas porque sou apenas um vereador e estou falando com Deputados; que Vossas Excelências possam trazer a tona o direito desses cidadãos recebem, mais não em um ano como estava previsto, que se possa pagar esse direito deles, mas que seja pago pelo menos em 04 vezes, porque eles já estão há um ano e meio esperando. Então, é necessário que nós possamos ter essa definição e tenho certeza que essa Audiência Pública, Deputado Dr. Neidson, será de fundamental importância para resolver o problema dessas pessoas. A Câmara de Vereadores de Guajará-Mirim, nunca se furtou a ajudar a resolver o problema dos alagados, no qual agradeço o meu Presidente anterior, o Vereador Netinho e hoje o Vereador Paulo Neri Costa da Silva, que tem nos dado condições de buscar melhorias. Muito obrigado pela oportunidade que está dando a Guajará-Mirim e as pessoas de Nova Mamoré e Vila Murtinho, de ter os seus problemas resolvidos, devido à alagação que passamos em 2014. Muito obrigado. Boa tarde a todos.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Obrigado Vereador. Vou passar a palavra aqui a Senhora Zilene para que possa explicar a situação realmente, como foi feita essas exclusões dos benefícios todos.

A SRA. ZILENE RABELO – Boa tarde a todos. Quero saudar aqui o nosso Presidente da Assembleia, Deputado Maurão de Carvalho; saudar e parabenizar o Deputado Neidson, pela iniciativa dessa Audiência, saudar o Deputado Jesuíno Boabaid; o nosso Vereador Augustinho; o vice-prefeito de Nova Mamoré; o representante da Defensoria; os colegas aqui da SEDAM e demais autoridades; Presidentes de Associações, qualquer representação local, sintam-se cumprimentados. Gente, eu espero que vocês tenham paciência de me ouvir, porque é muita

coisa a ser dita, vocês perguntaram, a ansiedade é muito grande e assim, eu espero poder responder tudo que foi argumentado aqui, eu espero poder ter respostas, tem muitas coisas que não terei respostas, Deputados, porque é assim, questões, questões econômicas de fazer o empresariado, por exemplo, a questão de crédito para realmente movimentar a economia dos municípios que foram atingidos, alguns a gente está pegando agora. Eu vou me ater, até porque estou nessa, nesse desafio agora, a questão dos benefícios que foram criados através da Lei 3.401, de 30 de junho de 2014. Sem dúvida nenhuma, as cheias atingiram a todos nós de cheio, como diz o dito popular. Não resta dúvida que as populações sofreram danos materiais, mas digo mais, danos imateriais também. Muita gente que não se conforma até hoje quanto perderam, temos comunidades, por exemplo, tem comunidade no Baixo Madeira, que a autoestima da comunidade toda está afetada, autoestima de muitas pessoas afetadas, as pessoas que tinham uma cultura, uma vivência, que tiveram, nasceram e viram seus pais morrerem ali. Então, muitas comunidades que estão com sua autoestima danificada e sofreram bastantes com essas enchentes. Então Deputados, eu vou me ater agora à questão dos benefícios e aí depois se eu não der respostas a tudo que foi perguntado aqui, a gente abre novamente para debate. Gostaria também de pedir para plateia que assim, à proporção que eu fosse falando, se vocês tiverem dúvidas, vão anotando, vão segurando aí, porque se ficar falando, aí à vezes você está perguntando uma coisa que eu vou falar mais lá atrás, até para gente poder dar mais agilidade, o tempo está curto, mas, nós temos a noite toda, não é Deputado? Então, vamos lá. Gente, o que eu quero dizer é o seguinte; fazendo um resgate do que aconteceu, o filme já mostrou aí o resgate. Na Lei 3.401, de junho de 2014, quando foi criada a Lei que criou os 02 benefícios: Auxílio Social e Auxílio Vida Nova. Antes de começar, eu quero só responder aqui, responder não, informar a Márcia, a Márcia, é porque ela não lembra, eu já tive oportunidade de estar com ela em outros eventos, ela diz que eu sou novata no Governo. Eu quero dizer assim; eu não sou novata no Governo, eu sou Assistente Social, sou especialista em Saúde Pública, eu tenho mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, tenho 30 anos de serviço no Governo, já passei pela Política de Assistência, de Saúde, nós trabalhamos na Assistência Social, trabalhamos com Associação de Mulheres; é porque você não se lembra de mim, eu acho que fiquei mais bonita quando fiquei velha. Já trabalhamos há 30 anos na Assistência, na Saúde, na Previdência e até fevereiro neste Governo, até fevereiro deste ano eu estava como Secretária Adjunta da Secretaria de Estado da Assistência Social. E aí, voltando a Lei, Deputados, lá em junho quando ocorreu o evento das cheias, o Governo se preocupou em cadastrar, cadastrar todo mundo, sem critérios. Foram cadastrados todos em virtude de que estávamos no período do Decreto da Calamidade Pública. Então, todos pela calamidade tinham direito. Então, houve esse cadastramento e essa Lei, eu participei da elaboração desta Lei, nós tivemos como parâmetro as Políticas da Assistência Social Nacional, as Políticas da Defesa Civil Nacional, do Ministério da Integração e nós tivemos como parâmetro essas legislações sociais. E aí foi feito esse cadastro e esses dois benefícios foram criados: mil reais, que é o Vida Nova; criado para quê? Qual que era o objetivo? Cobrir

pequenas despesas com bens móveis, material de construção, qualquer outra mercadoria e uma parcela única de mil reais, esses todos os cadastrados receberam, tem gente que não recebeu, tem gente que não recebeu, mas por isso que nós estamos nesse trabalho. E o outro benefício que foi criado, foi o Auxílio Social, que muita gente confunde com auxílio aluguel; não é o auxílio aluguel. Este é um Auxílio Social, ele nunca se destinou a se pagar aluguel. As pessoas que estavam em abrigos, que estavam em escolas que a necessidade deles era o aluguel, eles pagavam. Se a minha necessidade era arrumar a pintura da minha casa, eu pagava com esses mil reais. Então, assim, é auxílio social, nunca foi auxílio aluguel. Então, como disse, ele foi feito para todos cadastrados, Deputado, aí, só que tivemos vários problemas; tem gente que não recebeu, o senhor está com informação da Secretaria, tem gente que não recebeu as 6 parcelas que foram criadas em junho de 2014 e aí já por reivindicação de muitas populações ao Governador, o Governador resolveu prorrogar esse auxílio por mais 6 parcelas, mas aí já com critérios, não é para todos. Entenderam? Essa prorrogação tem os critérios definidos. Então, são mais 06 parcelas, que aí dá aquele total que o Deputado falou de sete mil. Mas, o para todos é três mil, mais um mil; quatro mil. Esse é que todos têm. O mais três mil, que é das outras 6 parcelas, é somente para quem atenda os critérios a partir do Decreto 19.445 e do Decreto 19.446 do Governador. Entenderam gente? Então, por isso que tem muita gente pensando. Então, o auxílio, o auxílio social é um benefício assistencial, ele não tem caráter remuneratório e nem indenizatório, ele é um benefício assistencial temporário para pessoas que ainda se encontram em situação de vulnerabilidade social e econômica e aí em janeiro começou um trabalho, começou um trabalho de monitoramento desse benefício que é previsto nesses Decretos, o monitoramento e onde esse monitoramento é feito por visitas técnicas *in loco*, por profissionais adequadamente habilitados e habilitação, quem tem habilitação são os técnicos assistentes sociais e psicólogos para fazer isso. Então, técnicos habilitados. E tem uma normativa interna, porque de acordo com a Lei, as Leis da Assistência Social que criou o benefício assistencial lá do Ministério, do MDS. Então, de acordo com essas Leis tem os critérios. Só, que quando você lê assim de imediato, as pessoas, muita gente não entende; muita gente pensa que é só porque eu tive, a água entrou na minha casa. Não, gente, a água entrou na sua casa, você tem direito aquele mil e mais os três mil; os outros três é só para quem atenda os critérios já estabelecidos. Então, isso que a gente tem que verificar. Quais são os critérios, por exemplo, ter moradia própria diretamente atingida, moradia própria. Está cadastrado. Muita gente pensou que poderia cadastrar agora, não pode, o cadastro foi feito na época do estado de calamidade pública, essa é a legalidade. Nós não podemos fugir da legalidade, senão a gente vai responder para os órgãos de controle. Então, assim, ter moradia própria danificada, está devidamente cadastrado; se não é própria, ter a cedência documentada desse documento, às vezes tem um pai que cedeu aquela casa para o filho morar, aí é cedência, Deputado; maior de 18 anos, ter renda familiar até três salários mínimos ou per capita de meio salário mínimo. Gente, esse critério de renda, ele ficou duas vezes melhor do que o critério do próprio BPC e da própria Bolsa Família, ele ficou bem acima, se vocês pegarem para ver. Então, o critério de renda ficou

bem acima. Está em vulnerabilidade social, econômica, social é tudo isso que eu já li. A econômica, é aquele que perdeu a plantação, aquele que perdeu, teve o seu comércio fechado, que não voltou mais aquela feira, perdeu o emprego que ele era trabalhador rural e trabalhava numa fazenda, não tem mais esse emprego. Então, são vários econômicos e ter recebido a visita técnica de monitoramento. Esses três mil da prorrogação, só recebem após a visita técnica de monitoramento onde tem um fluxo também, que esse fluxo é que talvez crie muita ansiedade porque ele é demorado, ele é demorado porque nós tratamos com a questão burocrática das Instituições. Então, essa questão, aí recebeu a visita técnica. Então, são esses, esses os critérios. Aí a visita técnica, o corpo técnico vai detectar três situações: a situação de apto, de inapto, de suspenso, suspenso. Eu acho que quando o Deputado leu aqui os totais, não foi colocado suspenso, ele leu só os aptos e os inaptos. Suspensos, quais foram os suspensos? Foram aqueles que a equipe, o monitoramento foi realizado por visita *in loco*, gente, foi nas casas. Aqueles locais que estavam muito longe, que não tinha acesso, aí que veio para dentro da Defesa Civil, meu nobre Presidente da Associação, as coisas não foram feitas dentro. Quando teve o retorno, aí nós tivemos em fevereiro essa visita, calma aí, gente, nós tivemos em fevereiro a primeira visita. Agora, nós tivemos uma revisita que foi lá no auditório da Câmara. Mas, a primeira visita à equipe foi a campo. A segunda visita é que o pessoal montou um escritório no auditório da Câmara, o Vereador está aí, ele sabe disso, foi lá no auditório da Câmara que o pessoal ia lá. Então, e aí gente, desse parecer é publicado no Diário Oficial, por quê? Porque é publicado, porque é para dar justamente a legalidade, nós não podemos fazer despesa sem está legalizado. Então, é publicado no Diário Oficial, esse é o fluxo. Após publicado no Diário Oficial, é encaminhado para o Banco do Brasil, para o Banco do Brasil providenciar cartões. Aí vocês me perguntam: porque não continua pagando como era, de só o CPF na boca do caixa, não era assim? Era. Porque o Banco do Brasil não aceitou mais, já se prorrogou muito, eles não aceitaram mais. Então, a partir do monitoramento foi decidido, eu, inclusive, nem estava lá; de que esses pagamentos somente com cartão. Então, após publicado no Diário, a equipe vai a campo, volta, lança no sistema, é puxado do sistema para publicar no Diário, do Diário é que vai, é muito demorado, é maçante isso. Mas, infelizmente a burocracia do Governo é essa, nós não estamos tratando de empresa privada que a hora que eu quero eu faço o cheque e pronto, nós não estamos tratando disso, nós estamos tratando de despesa pública. E aí, o banco, ele diz que dá um prazo de 30, 40 dias para ficar pronto o cartão, só que está demorando bastante, então, esse é o fluxo, 40 dias. Depois que o banco nos envia o cartão, aí que a gente manda o dinheiro para o banco; o banco me comunica: "olha, Coordenação, chegou o cartão de Maria, José, João". Ele manda a relação de cartões e aí eu vejo lá os cartões que chegaram e mando o crédito. Esse crédito, a gente ainda tem que ir a SEFIN, pegar no financeiro a liberação orçamentária e financeira; então, aí que a gente faz o crédito, ok. Aliada a isso, está maçante, está desorganizado, reconhecemos, está não, estava; aí Deputado, o Governador vendo que a coisa está bem, ele tem interesse de arrumar essa situação, foi criado na última reforma administrativa do

Estado, porque esse trabalho estava sendo feito dentro da Secretaria de Assuntos Estratégicos e esse é um trabalho eminentemente da política de Assistência Social e a Secretaria de Assuntos Estratégicos não tinha técnico especializado na área, ela não tinha assistente sociais, ela não tinha psicólogos e aí ela quis passar para SEAE, aí foi criado, o Governador pediu para criar dentro da Casa Civil uma Coordenação, Coordenação de Ações Emergenciais, que é onde nós estamos hoje, Deputado, e para justamente organizar isso. Então, eu fui colocada no olho do furacão agora em agosto, eu assumi dia 10 de agosto, dia 10 de agosto que eu assumi, já vindo, eu estou nessa gestão, isso não é desculpa, mas estou pedindo um pouco de paciência, porque assim, a minha primeira ação, eu estou com uma equipe pequena, é justamente colocar em dia esses benefícios. Eu dependo, se eu tivesse o cartão de todos vocês, eu digo para vocês que eu já tinha colocado o dinheiro de vocês, já tinha colocado o dinheiro de vocês, mas eu não tenho o cartão, o banco não me aceita pagar com CPF. Então, assim, a gente tem lá a Secretaria de Finanças, a hora que a gente pede o dinheiro é liberado, Deputado, é liberado. Então, assim, a gente está nesse embate com o Banco do Brasil. Quando eu cheguei, achei essa situação, já mantive dois contatos com o Superintendente, porque agora eu não estou mais com o Gerente junto ao Governo, eu já fui ao Superintendente e o Superintendente já mandou fazer uma varredura em todas as agências, até porque eles tinham cartões esquecidos nas agências. Semana passada, sexta-feira o banco me mandou uma relação de alguns cartões que estavam perdidos nas agências e que aí esta semana vou organizar para ver e eles me mandaram até sem dizer assim: esse é de Guajará, esse é de Porto Velho. Nós vamos ter esse trabalho agora, a equipe está tendo lá que separar: esse é de Guajará, esse é de Rolim, esse é de Nova Mamoré, esse é Porto Velho, São Carlos, Calama. Então, ele fez essa varredura, já pegou o que estava lá, estavam esquecidos lá alguns cartões; e a gente já está nesse trabalho para levantar de onde são; para mandar o crédito. É assim, eu peço um pouco de paciência para vocês, mas assim, os quatro mil que todo mundo tem direito, vai receber, vai receber, os quatro mil que todos os cadastrados têm direito, vão receber. Agora, o outro, a prorrogação, foi cortada da prorrogação e aí esses é que a gente não vai realmente pagar, a prorrogação, porque a prorrogação ficou condicionada ao parecer técnico e se alguém quer questionar parecer técnico, é junto aos Conselhos Regionais das Profissões; são profissões regulamentadas, tem os seus conselhos próprios; o Deputado aqui é médico, sabe que tem um Conselho Regional de Medicina, tem o Conselho Regional de Psicologia, Conselho Regional de Serviço Social, então, é isso. Então, o que a gente pede é um pouco de paciência. Eu assumi agora em agosto, o Governador criou esta Coordenação para a gente organizar isso, além disso, nós temos outras competências. Aqui Deputado, se os senhores quiserem acompanhar aí, essa Coordenação, nós vamos também fazer além do benefício social, porque vocês sabem que esse benefício um dia ele acaba e antes que ele acabe, a gente tem que pensar outros programas e projetos para estar imponderando essas populações para se auto sustentarem, elas se tornarem resilientes e resistirem a essas intempéries, essas coisas que vem por aí. Então, nós estamos assim, uma das nossas

competências é fazer o monitoramento do Plano de Reconstrução. O Plano de Reconstrução que está assim, cada Secretaria ficou responsável por um programa, um projeto. Então nós também vamos ter essa competência de está cobrando, Deputado, das demais secretarias, assim como os senhores, é papel dos senhores cobrarem de todos nós, a gente vai está junto com essas secretarias para ver aqueles projetos do Plano de Reconstrução. Então, nós vamos está trabalhando juntos. Além disso, vamos apoiar algumas outras famílias, famílias e comunidades hoje que foram mudadas de lugar, por exemplo, lá no Baixo Madeira nós temos comunidades inteiras que mudaram de lugar, essas famílias estão sofrendo e a gente está tentando levar um pouco disso. Em relação ao benefício, não sei se eu consegui. Então, gente, voltando eu vi que alguém levantou ali um cartão, alguém levantou uma foto, eu estou vendo aqui, alguém levantou foto e eu estou dizendo uma coisa: para prorrogação o critério não é a casa ter sido alagada, a casa ter sido alagada é um dos critérios, por favor, é um dos critérios. Tem um moço ali que levantou o cartão dele, certamente não recebeu nada até agora, assim, é aquilo que eu falei, que as agências fizeram, as agências fizeram um levantamento dos cartões e hoje eu passei até para o Marcelo, aqui, cadê o Marcelo, estava aqui, eu acho que ele já foi, da Defesa Civil aqui, assim, dos cartões que não tem, que eu já mandei fazer esta semana, tem que esperar mais 40 dias e tem relação também desses cartões que eu acabei de falar para vocês, que o Banco do Brasil me informou essa semana e que agora que eu estou fazendo um levantamento de onde são, qual o saldo que cada um tem para poder fazer o crédito e eu estou programando para quem tem cartão e para quem tem saldo para um pagamento até o dia 10 de outubro, isso a gente já está fazendo. Tem outra pergunta que vocês falaram o seguinte...

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Só um minutinho que vocês irão se manifestar mais uma vez, só um minutinho, só concluir, nós vamos ouvir os demais componentes da Mesa, aí vamos ouvir os senhores. Está bom? Só um minutinho, até ela concluir, só um minutinho.

A SRA. ZILENE RABELO – Então vou está levantando quem tem cartão e quem tem saldo até o dia 10 a gente está fazendo, esse é o meu plano de trabalho, eu tenho um plano de trabalho aqui da Coordenação que eu vou passar para o Deputado também, como é que a gente está trabalhando, que a nossa primeira ação, Deputado, é justamente organizar esse benefício, a primeira ação nossa, é o monitoramento do benefício auxílio social, é concluir as visitas. Teve a visita, muitos foram dados inaptos, muitos recorreram e também teve aqueles suspensos que não foram encontrados nas casas e aí nós vamos ter a terceira visita na primeira quinzena de outubro a equipe vai voltar para fazer a terceira visita. Nós só podemos pagar com parecer técnico. Então, assim, Deputado na hora que o senhor leu o total, o senhor falou dos aptos e dos inaptos, mais nós temos mais, nós temos aquelas pessoas que a equipe não encontrou em casa, os não encontrados. Então, é isso que a gente vai retornar na primeira semana, primeira semana não, primeira quinzena de outubro para fazer outra visita, uma visita para ver quem não estava e também para responder

alguns requerimentos, teve requerimentos de punho próprio de beneficiados, tem requerimento do Ministério Público, tem requerimentos aqui que foram colocados na Defesa Civil, então a gente vai vir para fazer essa reavaliação e dar respostas a esses requerimentos e dar resposta oficial. Muitos reclamaram realmente que a equipe só deu um papelzinho. Então, vocês conhecendo os critérios, eu acho que é porque não teve essa reunião antes, porque antes quando começaram a fazer isso, a primeira coisa que tinha a ser feito era reunir a comunidade por bairros, por distritos para dizer como é que ia ser feito esse trabalho. Então, realmente, as equipes chegaram junto com a Defesa Civil, acho que não houve nem muita mobilização, as pessoas até não se encontravam em casa para aguardar a visita, que é o que eu já comecei a fazer, a minha equipe está toda, está num mês, desde que eu assumi em 10 de agosto, as meninas, entre aspas, a equipe técnica ainda não voltou em Porto Velho, elas estão em todo o “Baixo Madeira”, elas estão indo de lugar em lugar, nos lugares mais difíceis, mais longínquos. Então, tem toda essa questão, quando a equipe voltar agora no final do mês do “Baixo Madeira”, é que na primeira quinzena de outubro, a gente vai programar aqui e vai fazer esse comunicado, a mobilização através da Defesa Civil, que é um parceiro que trabalha muito e que assim, cada local a gente tem que ter essas parcerias. Eu vou parar agora e deixar...

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Só um minutinho, vai falar novamente. Qual o nome da senhora?

A SRA. SOCORRO - Na época da cheia, eu tive depressão, eu pedi para a minha filha ir lá, falei: filha vai lá e faz o cadastro, porque a mãe não pode, tomando rivotril e remédio antidepressivo. Ela foi e fez. A gente só conseguiu graças a Deus e ao vereador Augustinho, que está aqui presente, recebeu dois mil, dois e quinhentos de tanto que eu ia atrás dele, perturbava ele aí conseguimos receber. Depois disso, ela recebeu o cartão no Banco do Brasil e até hoje ninguém recebeu mais nada, eles alegaram que eu morava na casa e era professora e professora não ganha esse dinheiro todo não, só se mata em sala de aula e termina com depressão. Obrigada.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Só um minutinho, nós vamos ter que controlar aqui, daqui a pouco.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Eu só quero, como foi dito aqui, todos vocês vão receber os quatro mil reais. Não é isso, viu Manvailer. Então nós tínhamos um estado de calamidade pública no qual todos os cadastrados têm direito a receber, tanto o “Auxílio Social”, como o “Vida Nova”. Então, todos vão ter que receber esses quatro mil reais, os outros três mil reais que vai depender da reavaliação do SEAE e da Coordenadoria da equipe técnica, aí vão ser reavaliados. Aqui, alguém não recebeu nem uma parcela? Todos que receberam só uma ou não receberam ainda os quatro mil reais, vão receber, viu Manvailer. Vamos passar a palavra agora.

A SRA. MARIA DE LOURDES SANTOS DE ARAÚJO - Olha quando eu fui alagada, fui e me cadastrei lá, chegou lá o Marcelo, o Raimundo falou assim que eu não tinha perfil, que

eu não estava em casa, que eu não tenho trabalho também, que eu não estava em casa, aí ele falou que eu não tinha perfil, a Albertiza foi lá em casa e viu onde eu estava lá no depósito aí não me encontrou, eu não recebi rancho, não recebi dinheiro, não recebi nada! Eu ia quinhentas vezes lá à Defesa Civil, eles falaram que eu não tinha perfil, que não sei o quê, a maior humilhação lá. Eu não fui cadastrada, não recebi nada! Nem água, nem nada. Me tiraram lá, aí eu fui essa última vez a moça me cadastrou em fevereiro por que teve União e já estão para me tirar lá da beira Rio, tem quatro parcelas e estão querendo me tirar fora da casa, eu esperando esse dinheirinho para pagar, por que o pessoal disse que eu tinha condições. Eu não tenho condições, me cadastraram aí eu fui de novo lá com aquele papel, aí o Marcelo falou que o pessoal tinha feito não sei o quê e tinha pegado as contas e que não ia valer mais esse cadastramento lá, meu nome está na assistência, no papel que me deram lá, foram fazer a visita. Aí fica esse negócio eu nunca vou receber não esse dinheiro? Pelo menos para pagar as contas da União? Se não eu vou cair fora.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO – Viu, gente, eu ia pedir para o pessoal não sair, se vocês esperaram até agora, nós já estamos finalizando para vocês terem um resumo da Audiência, se a maioria for embora, não vão ficar sabendo o que aconteceu. Quero pedir o pessoal que tivesse paciência e nós já estamos finalizando e para a gente fazer um apanhado e dá um posicionamento para vocês agora, e depois o Deputado Neidson vai ficar mantendo contato com vocês do que vai acontecer, dos resultados positivos desta Audiência daqui para frente, por que aí nós vamos ficar cobrando. Eu gostaria que o pessoal ouvisse e não saísse para a gente finalizar. Vocês já esperam até agora, espera mais um pouquinho.

A SRA. ROSÂNGELA MARIA MARINHO FRANÇA – Boa noite, meu nome é Rosângela, sou da Estrada de Ferro Madeira Mamoré, eu levei todos os meus documentos todinhos para fazer o cadastro e não consta meu nome no Governo, eu queria saber por que eu nunca recebi nada. A minha casa alagou e fui prejudicada, recebi visitas, foi gente tirar foto da minha casa e nunca fui cadastrada.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Vamos passar a palavra agora para o Deputado Jesuíno Boabaid.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Boa noite, para quem não me conhece sobre a sua resposta, aqui já a gente vem em primeiro lugar, como bem disse o deputado Neidson sobre a irresponsabilidade, da ingerência da ELETROBRÁS/Rondônia em não disponibilizar hoje de uma energia, viu Presidente, já de antemão a gente vai ter que demandar uma medida energética por parte da Assembleia Legislativa urgente, terça-feira a gente tem que apresentar um requerimento por que hoje o cidadão está pagando uma conta de energia altíssima e ainda tem uma má prestação de serviço. E outra coisa já tem denúncia que é para não deixar que o Estado do Sul, Sudeste fique sem energia. Agora eu vou entrar no mérito, quanto à questão das pessoas a Secretária que hoje está responsável ela já disse, aqueles que não receberam, irão

receber, vão fazer um novo cadastramento, não é isso que foi falado aqui? Então já está sendo feito e uma coisa que ficou bem clara aqui viu, os cadastrados, desculpa, os cadastrados, mas todos. Eu quero dizer o seguinte, todos! O Deputado Neidson, o Deputado Maurão, Deputado Jesuíno, está aqui o Presidente desta Casa, as Audiências Públicas, vocês não estão aqui à tarde inteira esperando só conversa fiada, e uma coisa que tem que ficar bem clara aqui, é isso que a gente sempre traça, o posicionamento do Presidente, os demais Deputados todas as Audiências Públicas que foram traçadas, que foram debatidas naquela Casa tiveram resultados. A última foi que eu vou dá um exemplo do Bairro Universitário; o Bairro Universitário existia uma sentença transitada e julgada onde as pessoas iriam perder seus imóveis, ou seja, seus lares, através do Presidente Maurão, Deputado Jesuíno e demais Parlamentares começamos uma atuação, disponibilizamos para o Estado mais de dois milhões e cem e conseguimos a manutenção daquelas pessoas. Agora uma coisa que eu quero deixar bem clara, a Presidente Dilma esteve aqui, para quem não esteve presente aqui, ela veio fazer uma visita, falou que essas obras, eu quero falar em Rondônia, ela esteve em Rondônia para inaugurar essas obras que foram Santo Antônio e Jirau, e ela fez o seguinte: fez uma série de compromissos que a União iria repassar, iria garantir direitos, recursos, mas o que essas usinas trouxeram para nós foi à desgraça! Não adianta vir falar que não é; que é. Outro ponto que tem que ficar claro aqui: vocês não tem que está mendigando para ninguém? Não tem que fazer mendicância. Agora eu tenho que fazer justiça, falar que o Estado de Rondônia está arcando, está pagando por algo também que eu quero dizer, por que, quê o Estado de Rondônia está pagando? Porque ele autorizou que essas obras se instalassem aqui. Então por isso Secretária que a senhora está aqui, o Estado está pagando hoje que é um auxílio, mas as indenizações; está aqui o Defensor Público está tramitando na justiça, essas indenizações não há necessidade de fundação de nenhuma associação, por quê? O Ministério Público Federal, a Defensoria Pública, e daqui a pouco o Defensor vai falar de forma sucinta, que já existe uma ação que vai indenizar os senhores, responsabilizando aqueles que foram os causadores dessa desgraça? Então isso vocês podem, ficar tranquilos. Outro ponto que eu quero deixar bem claro, enquanto Deputado Estadual o qual fomos eleitos no ano de 2014 e tivemos posse em fevereiro de 2015, não só eu, o Deputado Neidson, nós sempre estivemos em ações, quero deixar não é por que é meu companheiro de partido, também Deputado, mas é uma pessoa que milita em prol de Guajará-Mirim, eu nunca vi uma pessoa, um Deputado tão atuante como esse. Todas as emendas estão sendo destinadas para cá, todas as questões, que ai eu quero dizer também que eu sou Presidente da Frente Parlamentar da questão dos atingidos do Rio Madeira e ele é o Vice-Presidente, na primeira reunião que teve que o caso de vocês, de Guajará, que vem aqui Nova Mutum, então tem Araras, é para cá. E lá para o “Baixo Madeira”, e Porto Velho? Que todos também estão sofrendo a mesma situação que é o bairro Triângulo, tem o “Baixo Madeira”, Calama, São Carlos e sucessivamente tem várias pessoas iguais a vocês que ainda se encontram numa barraquinha, jogados, é a pior coisa que existe o ser humano, a sua dignidade ser tratada dessa forma. E quem são os causadores? Quer dizer

então que hoje nós autoridades constituídas através do voto, que nós somos deputados, mas existe o Governador, e existe o Presidente, nós não iremos tomar e fazer qualquer ação para resolver esse problema? Isso pode ter certeza que nós iremos, aqui nesta tarde, pode ter certeza, a Secretária vai sair aqui com termo de acordo de compromisso, e esse termo de compromisso, de acordo é mais do que, isso é uma ação do Parlamentar, por que a Carta Constituinte Estadual diz: é dever, ou seja, compete a Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo no seu inciso 18. No seu inciso 26; fiscalizar as ações administrativas e financeiras. E ai vou citar diversos artigos o qual compete a nossa Assembleia, se não o fazia, ai é outro ponto que eu quero dizer para vocês, vamos fazer o marco inicial, o marco inicial aqui, o que não fez no passado, ai ação já está tramitando e vai buscar responsabilizar essas pessoas, certo? Agora daqui para frente pode ter certeza, esses Deputados que aqui se encontram presentes vão está fiscalizando e vão está acompanhando, e o Estado será responsabilizado. Por que a partir do momento que faz o compromisso desta feita e as pessoas ficam aqui ao bel prazer com aquela esperança em receber e não recebem, ai não. Ai a gente tem outras medidas a serem tomadas. Dizer também que ai é uma coisa que eu posso falar Presidente Maurão, que a ELETROBRÁS também é responsável, é uma fornecedora de energia, nós, eu iniciei já uma campanha dentro, um movimento que ela deve ser multada, ela deve sim multada e essa multa ser revertida também para todo cidadão que hoje está sofrendo. E assim faremos também com as próprias usinas, tirar dessas empresas, que ai nós temos que buscar a União, para reverter para aqueles que foram atingidos, não podemos mais aceitar. Esse é o compromisso meu, enquanto eu estiver junto com os Deputados que aqui se encontram, os quatro anos iremos buscar responsabilizar os autores, todas as demandas, Doutor, que estiver tramitando que a gente não pode esperar, por que tem ouvir, existe o trâmite do Judiciário, que ele é moroso às vezes por conta de vários processos, nós também iremos buscar informações, nós temos que ter uma sentença favorável ou desfavorável e os recursos pertinentes, alguém tem que chegar e ser responsabilizado. E pode ter certeza na minha visão, não sou formado em engenharia, não tenho qualquer, eu tenho conhecimento jurídico, mas quanto à questão de formação de engenharia, eu não tenho, florestal, qualquer coisa assim. Mas qualquer um leigo e os senhores mais antigos que tiver aqui, a pessoa mais antiga pode me falar com prioridade se já existiu alguma enchente dessa magnitude? Não. E outra coisa que eu quero alarmar os senhores, alertar, o SIPAM e a Defesa Civil estadual já tem informações de uma possível enchente igual aquela do ano de 2014, isso aqui já está sendo noticiado, ninguém quer trazer para os senhores. E outro ponto também que quero deixar bem claro, o Estado, ele tem que aguardar um período como eu vi ontem, que lá em Porto Velho está tendo essa discussão também, um vereador veio e falou o seguinte: olha nós temos que ter três anos e aguardar esses três anos para que haja ou não uma enchente, por que o Estado também não pode investir e depois ter novamente prejuízo. Então esse é o alerta que eu quero deixar para os senhores. E falar assim, hoje eu fico feliz. Deputado Neidson, da sua liderança, e dizer realmente que os senhores ainda acreditam

na política, ainda acreditam realmente que pessoas possam brigar pelos seus direitos e defender da forma que deve mesmo. Por que a gente também não pode cruzar os braços, não pode cruzar os braços, se for necessário nós temos que realmente se movimentar, temos que mostrar a nossa indignação, ir para as ruas e falar: olha, nós somos rondonienses, nós que estamos sustentando o Sudeste, o Sul, o Centro-Oeste e agora temos que pagar, e ainda sofrer por penalidades? Isso que os senhores, eu volto a falar essas usinas, a arrecadação é milionária! Ela poderia pagar isso aí de uma hora para outra, mas não faz! Não faz por quê? Porque é ingerência, é irresponsabilidade, é por que tem o poder maior que diz: “não, deixa essas pessoas à mercê mesmo, que para a gente não importa”. Eu quero dizer Deputado Neidson que com certeza fico feliz, dizer que sempre estaremos ombreados em qualquer ação, qualquer ação digna realmente daquilo que merece, o povo já não aguenta, não suporta mais também mentiras, só enganações, só realmente discurso, precisa de efetivação e realmente de questões que tragam resultados. Essa é a minha fala hoje, e eu quero agradecer e muito obrigado.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Gostaria de passar a palavra ao Dr. Vítor, Defensor Público de Guajará-Mirim.

O SR. VÍTOR CARVALHO MIRANDA – Boa noite, antes de cumprimentar a nobre Mesa, eu gostaria de cumprimentar o povo de Rondônia que vem me acolhendo de braços abertos, na data de hoje faz um mês que eu me mudei para o Estado e me sinto muito bem recebido, então obrigado.

Uma boa noite ao Deputado Neidson, gostaria de agradecer ao senhor pelo convite que me foi feito no segundo dia que já estava no Estado atuando como Defensor Público; ao Deputado Maurão, Deputado Jesuíno, a nobre representante do Poder Executivo, a dona Zilene; a colega Cherislene e ao nosso Vice-Prefeito Sr. Claudionor.

Bem, mesmo não morando em Rondônia já tinha tido notícias sim das enchentes que tinham atingido Guajará-Mirim e já tinha estado aqui antes de me tornar Defensor Público desse Estado. Então me tocou profundamente mesmo não estando aqui esse fato lastimável que ocorreu aqui no Estado. A Defensoria pública já estava agindo mesmo sem que os senhores soubessem junto com o Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual, a Defensoria Pública da União e a Ordem dos Advogados do Brasil foi proposta no ano passado ainda na época das cheias uma ação com diversos pedidos contra o IBAMA, contra a Hidrelétrica de Jirau e contra a Hidrelétrica de Santo Antônio. Entre os pedidos havia o dano moral coletivo e que fosse prestada assistência emergencial para aqueles que tivessem sido atingidos, infelizmente, pelo que me parece e me corrijam, por favor, se eu estiver errado essa ajuda não chegou até Guajará-Mirim, provavelmente isso se deu porque a estrutura da Defensoria Pública ainda é aquém daquilo que os senhores merecem, infelizmente, nós só contamos com um Defensor Público aqui na Comarca e é muito difícil para um Defensor Público só por mais que nós tenhamos uma equipe muito comprometida e que pelo o que me consta contrário a diversas reclamações que os senhores tiveram dos outros órgãos do Estado é uma equipe que escuta os senhores e caso haja algum evento em que os senhores não tiveram

sido escutados na Defensoria Pública, eu peço que se dirijam a mim, que uma coisa que nós não podemos admitir é que aqueles que mais necessitam não sejam escutados. Isso é inadmissível. Tanto aqueles que precisam, como aqueles que estão lá para dar atenção tem que ser tratados com educação e cordialidade, isso é o mínimo que vocês podem esperar da Defensoria Pública além do nosso comprometimento, apesar de estar somente há um mês em Rondônia como Defensor Público, os Deputados já, talvez, já tenham percebido como nós pessoalmente, além da Instituição, somos comprometidos, a gente pode dar uma contribuição mesmo que modesta, no caso do Bairro Universitário e em outras questões que atinem não só o Município de Guajará Mirim. Eu quero dizer aos senhores que a ação principal tem que ser do Poder Executivo, agora, no sentido de assistência social. Por quê? Porque ela é emergencial, porque até a gente conseguir provar no Judiciário o que está sendo buscado, que a hidrelétrica, as duas hidrelétricas e o IBAMA são responsáveis por isso que aconteceu aqui ou que eles têm uma contribuição maciça para isso que ocorreu, pode transcorrer muito tempo e o que a gente precisa é de comida no prato, principalmente, água para beber porque eu imagino como tenha sido desesperador para os senhores chegar num supermercado ou não ter o que comprar, ou ter coisas com preços abusivos sendo cobrado dos senhores. Então, nós com o auxílio dos senhores porque, infelizmente, como havia adiantado para imprensa, como sou só um Defensor Público eu não tenho como me adiantar os problemas, mas eu peço a vocês que venham até a Defensoria Pública e nos comuniquem caso esse cadastramento ou recadastramento não seja efetivo, não seja eficaz, por exemplo, a Dra. Zilene ela falou que um dos requisitos é que tenha a casa própria, eu não sei, e até gostaria de questionar, se como casa própria é aquela com registro? É aquela que está com o papel do cartório? Se for isso é uma regra praticamente impossível de ser adimplida, de ser cumprida por boa parte da população, porque todos nós aqui sabemos e eu que já estou aqui há pouco mais de um mês, em Guajará estou há três semanas, eu sei que infelizmente a questão fundiária, a questão de registro de imóvel é muito complicada. Então, se tiver que comprovar que a pessoa é dona com toda papelada necessária é uma regra que tem que ser mudada, para que o cadastro seja efetivo e para aquelas pessoas que realmente precisam possam receber o auxílio que é devido.

Então, o que é que a gente pode fazer? Primeiro, vamos esperar um pouco com a paciência que é devida que o Executivo haja, se o Executivo agir de forma insuficiente, por favor, nos procure que nós vamos agir e, além disso, e para que nós possamos agir ainda melhor, isso é a oferta que nós podemos fazer para a população de forma imediata, mesmo com todo o contingenciamento que a Defensoria Pública tem e aqui fica um pedido, Deputado, para que os senhores voltem os olhos para a Instituição, para a Defensoria Pública, que como os senhores sabem tem um compromisso de caso haja um orçamento mais carinhoso com a gente que esse orçamento vai ser voltado para a contratação de Defensores Públicos para atender a população e não para benefício próprio de qualquer membro da Instituição.

Eu agradeço aos senhores a atenção e principalmente a atenção dos senhores e queria dizer que a Defensoria está

sempre de portas abertas para os senhores e pedir desculpas, porque a maior parte do tempo vocês não vão me encontrar na Defensoria Pública, eu vou estar no fórum em audiência, mas entre sete e meia da manhã e oito horas da manhã eu sempre estou na Defensoria Pública, após esse horário estou no fórum em audiência e aí é um pouco complicado de conseguir falar comigo pessoalmente, mas a nossa equipe é muito bem orientada e bem atenciosa. Então, podem confiar no trabalho deles, tudo que é relatado a eles chega a nós, aos Defensores Públicos; e eu imagino que dificilmente lá haja casos de que a pessoa não seja devidamente atendida e caso isso ocorra o que pode acontecer numa eventualidade, talvez, a pessoa naquele dia específico está de mau humor, está passando mal, não sei, mas não é uma atitude recorrente. Então eu peço que caso haja, por favor, me procurem para a gente tentar solucionar isso. Uma boa noite e obrigado pela atenção dos senhores.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Bom, agora nós vamos ouvir a Sra. Cherislene Pereira de Souza, Presidente da Subseção de Guajará-Mirim da OAB Seccional/Rondônia.

A SRA. CHERISLENE PEREIRA DE SOUZA – Gente boa noite. Eu vou evitar um pouquinho o protocolo de cumprimentos, e boa noite em geral. Agradeço ao Deputado pela iniciativa, bom mesmo que agora nós temos um Deputado, e antes de estender maiores elogios que ele tem feito um trabalho de base levando os nossos problemas.

Eu me dirijo ao Presidente da Assembleia Legislativa e antes que ele se atente para a minha fala eu vou repetir o pedido dele no sentido de que se ficamos aqui até agora, depois de enfrentamento do calor todo, tenham todos, pouquinho mais de paciência para que a gente saia daqui com alguma coisa definida, com algum pedido concreto e mais direto para os nossos representantes.

Gostaria de registrar dona Maria a indignação da senhora é igual a minha, porque na hora mesmo tendo enfrentado e estando junto com a CONDEC, que eu não sei se o Douglas está aqui para dizer, a Ordem dos Advogados do Brasil não foi convidada para compor o Conselho e sequer para presenciar.

Então, isso é lamentável porque eu também estava na base, eu não estou aqui chorando porque independente de qualquer coisa eu posso representar a minha Instituição a qualquer momento e como posso também igualmente ajudar e cooperar na fiscalização que bem tem feito o Ministério Público. Um registro só para complementar aqui a fala do nosso representante ali, ele mencionou que a Ordem que tem a ação e efetivamente, e foi uma iniciativa da OAB depois que nós, aqui na base, nós percebemos a necessidade e muito antes que fosse trazida para gente aquela sala de Estado que foi feita que alguns já conhecem, a Ordem se reuniu e chamou, foram levados até a nossa sede os representantes do Ministério Público Estadual, Federal, Defensorias Públicas também Estadual e Federal. E daí saiu a nossa ação com uma liminar que lamentavelmente não foi cumprida, como ele mencionou uma parte, já tinha os direitos que agora os senhores reivindicam. Só para repetir aí, Deputado, nós fomos preteridos, eu agora falo não como representante da OAB, mas como comunidade, a todo o momento que se vê é que Guajará-Mirim

sempre fica em segundo plano, na hora, no momento do repasse das verbas, as verbas foram simplesmente para Cacoal, aqui foi uma dificuldade e quando chegou, chegou tardiamente e eu não sei de que forma está sendo aplicada considerando que eu não componho o Conselho Municipal que trata da Defesa Civil e cabe ao Conselho fiscalizar e como bem colocou, repetindo também a fala do nosso Defensor Público, nós estamos às ordens, à medida que naquela época teve urgência a Ordem juntamente com as outras entidades; foram lá e buscaram uma solução jurídica, igualmente me coloco à disposição, nós temos uma sala lá, todas as justiças nós temos uma sala de apoio, não *funciona* em horário integral porque não temos funcionários o tempo integral e temos uma sala em frente, no ginásio de esportes, uma salinha pequena, que lá normalmente a parte da tarde tem alguém e se não tiver, os senhores se dirijam a sala de apoio que tem em cada um dos fóruns de Guajará-Mirim. E lembrando também agora a dona Maria de Fátima, a Professora Fátima, eu me dirijo a Coordenadora no sentido de que sejam reavaliados os critérios porque muita gente, os critérios para receber isso aí, muita gente se manifestou aqui, senhora Coordenadora por conta disso, naquele momento eu estava presente, muita gente não fez o cadastramento e agora como realmente vai ficar a situação dessas pessoas, quer seja por desconhecimento, ou mesmo no momento do cadastramento quando a Defesa Civil esteve lá, não tinha mais ninguém e o retorno dessas pessoas para a casa deles para que fossem localizados, teve um tempo de adaptação, porque teve muita gente que foi para a casa de família para familiares, deixaram a cidade, quando retornaram passaram do momento do cadastramento. Então assim, repetindo, agora representando, porque a OAB não representa só advogado não, representa também a comunidade e aqui exercendo função social que é uma determinação constitucional, então não é uma coisa que eu esteja fazendo bonito, sou igualmente obrigada a prestar atenção em todas as questões sociais. Estou me estendendo demais? Mas já estou finalizando até porque não preparei nenhum discurso e vou sugerir que da próxima vez, Deputado Dr. Neidson, o convite às autoridades sejam feitas por escrito porque, como os nossos Promotores e todo mundo eu acho que a exceção do Dr. Vítor as outras autoridades não foram formalmente convidadas e não é porque eles não escutam o rádio não, é porque às vezes estão em audiência e é muita coisa. Então, quando o convite chega, eu, por exemplo, eu soube da Audiência e estou aqui o tempo todo, eu soube só de manhã, meio dia, quando eu consegui acesso à internet.

E fica aqui outro protesto e pedido ao Deputado Jesuíno que falou da concessionária do serviço público de energia, que o senhor também veja a questão da internet para a gente aqui e telefonia porque tem dias que a gente fica ilhado aqui, inclusive, só para lembrar que alguns de vocês devam ter participado do PPA no dia do Governo não tinha internet não, nem telefone, nós simplesmente não podíamos, e nesse caso é um fato e é aqui um exemplo, de que realmente estávamos ilhados. Então, se agora depois da enchente, imaginem os senhores que não estavam aqui, não presenciaram os quase quatro meses de muito, assim, foi uma coisa que parecia de novela, ou melhor, estava longe da gente e nós nos víamos de repente no supermercado sem comida, aí tinha outra coisa,

não tinha gás de cozinha as filas eram enormes, aí um critério de superfaturamento, um desespero por parte de todo mundo e lá se ia, entendeu. Então, aquilo que apareceu no vídeo, é uma pequena amostra da nossa dificuldade, tudo que nós vivemos. Então, vou reforçar o pedido para finalizar, que seja revisto os critérios porque muita gente vai ser injustiçada se assim permanecer. Muito obrigada, senhores.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Bom, agora vamos ouvir o Vice-Prefeito do Município de Nova Mamoré, Claudionor Leme.

O SR. CLAUDIONOR LEME DA ROCHA – Boa noite a todos, gostaria de cumprimentar os Deputados Maurão de Carvalho, Deputado Dr. Neidson, Deputado Jesuíno, Dr. Vítor, a representante da OAB, a dona Zilene, e aqui eu gostaria de colocar, nós ouvimos aqui os depoimentos de moradores dos Distritos de Nova Mamoré atingidos pelas enchentes, moradores aqui de Guajará Mirim, aqueles que diretamente foram atingidos e aqueles que indiretamente como a dona Fátima, citou aqui, foi atingida também porque o hotel dela não teve nenhum hóspede durante os três meses de enchente, pois é, durante os três meses não teve uma pessoa para se hospedar lá, ela também foi atingida e aqui eu gostaria de colocar o clamor, nós enquanto administração pública do município, porque infelizmente, as pessoas moram no município, elas não moram no Estado, elas não moram na União, e é lá na porta do Prefeito, da Prefeitura que as pessoas vão reclamar, infelizmente, nós tivemos um problema sério porque durante dois meses o Município de Nova Mamoré não recebeu um centavo do Governo Estadual, do Governo Federal, de ninguém, nós tivemos que tirar do nosso orçamento para comprar combustível para alimentar as pessoas que estavam no abrigo até depois que o Estado, a Defesa Civil Estadual quando começou a receber recursos federais começou a manter a alimentação e coisa desse tipo. Então, nós tivemos essa dificuldade e dona Zilene, eu gostaria, eu não sei se desejo parabéns ou pêsames pela senhora, por essa missão árdua que a senhora tem pela frente e eu gostaria sim de pedir de coração, é uma situação que a gente tem enfrentado, inclusive, eu estive lá na SEAE com a Sra. Jeane, com o nosso Coordenador da Defesa Civil, porque é lá no município que é o problema, o que aconteceu? A equipe foi lá no município e aí deu uma lista apenas de que o João, a Maria, a Francisca, o Pedro não tinha direito ao benefício. O Ministério Público começou a solicitar informações de nós, porque a Joana não tem direito? Porque a Francisca não tem direito? Nós não sabíamos. Os relatórios sociais que foram feitos reprovando essas pessoas não ficaram uma cópia desses relatórios sociais no município, nós solicitamos da SEAE não foi fornecido para nós esse relatório. Como nós vamos responder ao Ministério Público se nós não sabemos? Não é? Então, isso é complicado e eu gostaria apenas para encerrar de parabenizar os senhores Deputados por essa iniciativa que, talvez, eu acho que poderia ser feita outra Audiência Pública dessa natureza, mas que fossem convocadas as autoridades federais, porque nós temos aí o Projeto de Reconstrução de 2014 que está em andamento, mas parcialmente, o de 2015 e aí a gente precisa ver o que é que vai acontecer de fato, efetivamente se isso vai acontecer ou não.

Então, mais uma vez quero agradecer a vocês, aos Deputados por essa iniciativa, parabéns, parabéns ao Deputado Dr. Neidson que é da nossa região, parabéns ao Deputado Maurão de Carvalho, Deputado Jesuíno e muito obrigado pela oportunidade.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Mais uma vez, vamos retornar as senhoras aqui e os senhores e a senhora vai fazer uso da palavra agora, por favor, o seu nome?

A SRA. RAQUEL – Boa noite, meu nome é Raquel, quando eu fui fazer o cadastro lá na Prefeitura, falaram que eu não tinha perfil juntamente com o meu sogro, o meu sogro me doou a metade de um terreno, fui com a Dra. Estela, ela fez com que a gente autenticasse o documento, a gente autenticou, levamos fotos e hoje não consta o nome do meu sogro na lista dos alagados. Eu queria saber como é que fica, porque eu recebi uma parcela, inclusive, dividi com ele, na época eu estava grávida, a gravidez todinha com problema e hoje eu só tenho a dizer que eu tenho um documento em cartório que ele me doou, mas não recebi mais nada e ele nunca recebeu uma parcela sequer, como o Dr. Vítor falou, como é que fica?

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Vamos ouvir aqui a senhora rapidamente.

A SRA. MÁRCIA VARGAS – Bom, gente, infelizmente, o Governador não está aqui, mas eu acredito que essas falas vão chegar até ele porque realmente é em cima da fala do Deputado aqui que falou, o Deputado Jesuíno, ele falou uma coisa certa e correta, o Governo autorizou as usinas entrarem aqui, eles receberam alguma ajuda, compensação. Então, a gente acredita que essas migalhinhas que estão oferecendo para nós, porque é que não ofereceram corretamente sem mexer com o psicológico dos seres humanos, porque na minha comunidade Ararense está uma confusão muito grande entre nós, porque todos nós fomos atingidos e o Araras é um lugar que o Claudionor é testemunha que nós estamos afetados lá não só pela enchente, mas sim pela água, não temos água potável, não tem mais como viver naquele lugar, entendeu. Então foi feito Projeto para poder ser retirada as pessoas da comunidade e a Defesa Civil embargou o nosso Distrito de nós morarmos lá, então já que nós estamos embargados de morarmos no nosso Distrito porque é que nós estamos lá ainda, porque é que ninguém faz nada pela gente, porque a companhia que entrou aí agora, o Governo não fez nada com o Distrito de Araras ainda, nós estamos bebendo água de péssima qualidade, nós temos saúde mais ou menos, entendeu! Nós não estamos tendo nada, o mínimo que o Governo poderia fazer é dar esse restante dessa migalha de R\$ 3.000,00 porque está uma confusão muito grande, porque tem pessoas aqui que foram psicólogos e assistente social; que foram lá visitar, essas pessoas precisam, que eu sou testemunha que está aqui, a Neuza Queiroz, a irmã Dalva, Lindalva Lopes, está aqui Tatiane Roca Vargas, então mulheres aqui e homens que precisam da ajuda do Governo, não digo eu, digo, eles que eu não estou dentro do critério, sou funcionária pública, mas esses não tem salário mínimo, esses estão lá fazendo diária, faxina para poder ter o seu sustento, nunca mais se levantaram depois da

enchente, porque é que eles não estão, já que eles fizeram todo o critério, porque não visitaram as casas e porque é que eles não foram aprovados? Uns foram aprovados e não chegou até hoje o cartão? Então minha senhora, me desculpe isso está uma conversa mal falada aqui, ninguém entendeu foi nada, entendeu.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Vamos voltar à palavra aos componentes da Mesa, o Deputado Dr. Neidson vai fazer uma nova avaliação desta Audiência Pública.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Quero passar a palavra primeiramente ao nosso Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Maurão de Carvalho.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO – Bom, gente, eu queria aqui Coordenadora Zilene, vê se tinha como trabalhar uma situação, esse pessoal que ficou fora como a Doutora, representante aqui da OAB, se dá para fazer uma consideração, porque quando foram nas casas deles não achavam, alguns, foram para outras casas, foram até fora do município, foram morar no sítio e aí não acharam, portanto, eles ficaram prejudicados. Então, esse seria um ponto que eu acredito que deve ser considerado e que se não tiver o recurso, ouviu Deputado Neidson, Deputado Jesuíno, nós vamos fazer o esforço, de repente são 100 ou 200 famílias que ficaram fora, nós vamos trabalhar para arrumar esse orçamento, esse dinheiro para contemplar essas famílias que ficaram fora porque não estavam no momento em casa, estavam na casa de um parente, teve gente que foi bem longe, foram para outras cidades distantes, porque a casa dele estava alugada e quando a pessoa chegou lá não achou mais. Então, é um ponto que eu queria que a senhora anotasse e nós vamos ajudar, se for preciso arrumar o orçamento fazer um aditivo e contemplar essas famílias. As outras famílias que já receberam parte e está outra parte sem receber, o compromisso aqui da Coordenadora é de cumprir e o Deputado Neidson vai está acompanhando e a Assembleia, eu e o Deputado Jesuíno nós vamos está acompanhando, nós vamos está acompanhando para que seja cumprido, se precisar conversar com o Superintendente do Banco do Brasil que é ele que está lá atrapalhando a questão do cartão, nós vamos chamar o Superintendente do Banco do Brasil e vamos acabar com essa situação e ele resolver o problema de vocês. Então, todos esses pontos que tiverem pegando, ouviu Coordenadora, eu quero que a senhora traga para a gente, para a gente poder ajudar, se for preciso nós convocamos o Superintendente do Banco do Brasil, convoca quem tiver que ser para resolver a situação deles, porque olha quanto tempo, uma hora é uma situação, uma hora é outra e o povo, eu não sei nem como vocês acreditaram e vieram aqui porque faz um ano que aconteceu isso, então é uma situação muito difícil e a gente sabe que a administração pública, às vezes ela nos engana, eu que estou há 25 anos na vida pública, fui Prefeito, Deputado por cinco mandatos e às vezes tem coisa que até a gente não acredita. Mas eu quero aqui fazer um compromisso, Deputado Dr. Neidson, com Vossa Excelência, que é o proponente e parabenizar pela Audiência que é isso aqui, é ouvir as pessoas e trazer as pessoas responsáveis para discutir e achar uma saída, é isso que nós queremos, eu quero aqui parabenizar o

Deputado Dr. Neidson pela preocupação e eu tenho certeza que vai sair coisa positiva aqui, independente que às vezes alguém não acredita, mas nós vamos fazer alguma coisa por vocês e o resultado vai ser positivo.

Nós, a Assembleia, a Assembleia Legislativa toda semana tem Audiência Pública, toda semana e resultado positivo como o Deputado Jesuíno falou aqui do Bairro Universitário, o povo já tinha perdido a esperança, estavam sendo despejados, 10 anos que tinham suas casas e estava na decisão final do juiz, o juiz disse que não tinha mais acordo e o Deputado Jesuíno e o Deputado Hermínio, eu nem acreditava mais que isso ia dar certo, nem eu acreditava, de repente eu estava em uma audiência com o Governador, chega o Padre Eduardo e uma Vereadora lá: “Deputado, Presidente, nós precisamos de uma assinatura, de uma fala sua com o Governador, se o senhor conseguir vai ser a salvação daquelas famílias”. Como era o Padre Eduardo eu vi que ele tinha muita fé ele me contou eu falei: “eu vou levar, vou voltar com o Governador e já tinha saído e voltei para falar com o Governador”. O Governador naquele momento falou assim: “não, as Emendas do Deputado Jesuíno, do Deputado Hermínio e dos Deputados, é dinheiro, pode fazer o compromisso lá na justiça que eu vou pagar”. Só queria ouvir isso e ele assinou um documento dando o aval nas Emendas e nós fomos à justiça com a Defensoria, com o Dr. Marcos, que é o Defensor, Procurador Geral, Defensor Geral da Defensoria, ele ajudou muito, o Chefe da Casa Civil, o Deputado Hermínio, o Deputado Jesuíno e com o Juiz e os representantes, homologamos o compromisso com a Emenda para o ano que vem, as Emendas nem estão aprovadas, mas para o ano que vem. Com isso, nós antecipamos do nosso Orçamento, dois milhões e cem, e repassamos para o Governo e o Governo fez o convênio e as famílias estão lá, 550 famílias que eles não tinham mais esperanças e foi homologado o acordo.

O de vocês é muito mais fácil perante esse que deu certo, eu estou dando só aqui um exemplo de uma das Audiências que nós temos pelo menos, cinco, seis, por semana, para ouvir a comunidade, portanto, quero aqui me colocar à disposição, mais um ponto que eu queria falar para encerrar, eu sei que vocês já estão com vontade de ir para casa, quando falar assim de energia. Energia nós estamos tendo, nós exportamos energia, 90% da nossa energia exportamos para onde não tem energia, São Paulo onde não tem água, nós exportamos energia e pagamos mais, o preço de quem não tem água e de quem não tem energia, eu fiz um compromisso lá na Assembleia, em público, numa Audiência Pública lá em Machadinho, esses dias debatendo também na Audiência; que está para construir lá em Machadinho, a Assembleia não aprova mais nenhum projeto autorizando usina no Estado de Rondônia, se nós não tivermos uma energia diferenciada de preço, já temos esse compromisso, demos o recado para a Bancada Federal, para os Senadores, para os Deputados Federais e já chegou ao ouvido do Ministro, se depender da Assembleia dar qualquer autorização e nós pagarmos o preço de energia bandeira vermelha, a Assembleia, está aqui o compromisso dos três Deputados e todos os Deputados, nós não vamos autorizar e vocês vão poder acompanhar, nós queremos o preço da energia diferenciada para Rondônia porque nós estamos fornecendo energia e vocês estão pagando o preço, está aqui,

Rondônia pagando o preço, às famílias sofrendo, perdendo o que tem, está aqui o Neori, que é amigo meu lá de Jaci, de Alta Floresta, um grande batalhador, um homem trabalhador, que veio aqui perdeu tudo, prejuízo, quanto tempo você vai gastar Neori para receber isso? Isso aqui é um auxílio que vocês estão recebendo, mas tem que procurar aqui a Defensoria Pública e entra na justiça, nem que fique para os seus netos, que fique aqui para os seus filhos, para os seus netos, mais um dia eles têm que pagar porque as usinas que estão levando, faturando muito dinheiro de Rondônia, das nossas águas fornecendo energia, ela tem como custear isso um dia e pagar todo esse prejuízo e, portanto, temos que tomar nossa iniciativa procurem aqui a Defensoria Pública e entrem com ação pedindo indenização que um dia você pode receber, isso o que vocês estão recebendo aqui hoje e o que vocês estão cobrando é apenas um auxílio, foi inclusive, eu e o Deputado Hermínio que aprovamos um Projeto de Lei autorizando esses R\$ 500,00 e o Governo fez esse auxílio que são seis parcelas, podendo prorrogar mais seis e que foi paga, infelizmente, não foi pago nem a metade, aqui outros não receberam, infelizmente, não era isso que a gente queria que acontecesse, mas foi um Projeto de autoria minha, foi um Projeto de autoria do Deputado Hermínio que autorizasse a fazer esse repasse a vocês. Eu fiz aqui também encerrando 15 shows com a dupla Daniel e Samuel, que são aqui de Guajará, e Nova Mamoré, nós fizemos lá em Nova Dimensão, o Vice-Prefeito, que já falou aqui muito bem, quero aqui cumprimentar, toda alimentação, foi de graça, eu liguei para ele na época e falei: “Daniel, Samuel, o povo de Rondônia gosta de vocês e eu preciso de vocês agora, que vocês ajudem o povo de Rondônia, mas não é para vocês cobrarem não”. Cada evento, cada trabalho que eles fazem, eles cobram R\$ 20.000,00. E falei: “dessa vez eu quero de graça, porque nós ajudamos vocês bastante, vocês são muito queridos aqui em Rondônia, e eu quero 15 eventos e todos de portões abertos e as pessoas vão fazer um compromisso e trazer um quilo de alimento”. E foi o que aconteceu; ao todo nós fizemos 15 eventos, veio alimento para Nova Mamoré, o que arrecadou lá ficou lá em Nova Mamoré, o que arrecadou aqui ficou aqui em Guajará; o que arrecadou em Machadinho, ficou em Machadinho e o que arrecadou nos outros municípios, nós deixamos no Município de Porto Velho e eles não cobraram nenhum real, eles iam ao Jornal Nacional e falou: “Mauro, eu reconheço que Rondônia tem feito quanto eles nos amam e quanto eles gostam da gente e eu vou aí atender essa gente”. Cancelou todas as agendas deles naquele período e ficaram 15 dias fazendo os shows evangélicos no Estado de Rondônia e arrecadando alimentação para ajudar as pessoas e principalmente vocês e alguns que moram aqui distantes, os índios, a gente ouvia falar das pessoas que tanto sofreram e que ficaram naquele momento, eu não tive aqui no período que estava da enchente, mas quando já estava no final eu ainda vim aqui, vim aqui na cidade ainda vi no dia em que estava acontecendo o evento aqui com o Daniel e Samuel que nós fizemos para arrecadar o alimento para ajudar as pessoas que foram os atingidos.

Então gente, eu quero aqui finalizar, agradecendo a Deus por mais essa oportunidade agradecer aqui o Pastor da Igreja Assembleia Madureira, Pastor Reginaldo, por oferecermos; Pastor Reginaldo, obrigado Pastor, nós estamos aqui gastando

a sua energia, que está muito cara, é essa que nós vamos a hora de passar qualquer Projétiho, ela vai ter que ter um preço diferenciado para Rondônia, agora a pouco eu falava com o Canhoto, ele falava da mãe dele que veio R\$ 7.000,00 de energia, energia que era R\$ 400,00, acumulou sete meses deu R\$ 7.000,00, era R\$ 400,00 foi para R\$ 1.000,00, ninguém aguenta isso. O Deputado Jesuíno está aqui me cutucando, nós precisamos criar uma CPI para mudar essa situação, nós precisamos fazer alguma coisa, mas eu tenho certeza, tenho certeza que eles vão precisar da Assembleia para aprovar qualquer Projeto, lá para Machadinho e lá vai ser a hora que vai ter que ter o preço diferenciado para Rondônia, que nós não podemos pagar o preço que nós estamos pagando para o povo de São Paulo, do Paraná de outros Estados que não tem água.

Então Pastor, obrigado por oferecermos esse lugar sagrado que é a Igreja e o púlpito, nós estamos aqui trabalhando, com certeza, primeiramente, pedindo a direção de Deus para que nós acertemos todos os nossos Projetos, pedindo a direção de Deus que todos os Projetos que nós defendemos em favor de vocês que precisam tanto, portanto, muito obrigado Pastor Reginaldo por mais esse espaço que concedeu ao nosso colega e a essa comunidade tão importante.

Obrigado Deputado Jesuíno, parabéns e continue, esta Casa, eu deixei de estar em Ji-Paraná para estar aqui, Deputado Dr. Neidson, até hoje não aprendi o nome dele direito aqui, toda hora eu erro, mas eu sei da vontade que Vossa Excelência tem de fazer por Guajará, primeiro ano de mandato não é tão fácil, não é tão fácil, o Deputado Jesuíno da mesma forma, primeiro mandato deles, eles vêm afoito, com vontade de dar respostas às pessoas que votaram em vocês, mas eu sei o quanto vocês tem trabalhado, defendido, principalmente, os Municípios do Estado de Rondônia.

Deus abençoe a todos, fiquem com Deus.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Antes de voltar à palavra ao Deputado Dr. Neidson, eu quero também agradecer Deputado Maurão, Deputado Dr. Neidson, Deputado Jesuíno, as pessoas que estão aqui fora, estão acompanhando aqui, não tem só esse público aqui não, lá fora também. Deputado.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Obrigado a todos que estão presentes, nós fizemos aqui um Termo de Compromisso, que é agora de costume de nossa Casa em cada Audiência Pública nós saímos com o Termo de Compromisso assinado pelos Deputados e pelos representantes aqui convidados.

E eu vou ler esse Termo de Compromisso:

TERMO DE COMPROMISSO

Às dezesseis horas e cinquenta e cinco minutos do dia 18 de setembro, de dois mil e quinze, em Audiência Pública de autoria do Excelentíssimo Senhor Deputado Dr. Neidson, realizada no Município de Guajará-Mirim, com as presenças dos Senhores Deputados Maurão de Carvalho – Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia e Excelentíssimo Senhor Deputado Jesuíno Boabaid, no Salão da Igreja Evangélica Assembleia de Deus Central – Ministério de Madureira, com o

objetivo de debater sobre a situação dos desabrigados da enchente do Rio Mamoré, dos municípios de Guajará-Mirim e Nova Mamoré. Após ouvir vários representantes dos segmentos sociais dos municípios de Guajará-Mirim e Nova Mamoré, em que foi relatada a situação caótica dos afetados pela enchente, e ausência do atendimento na forma legal aos afetados pelo Poder Público, e diante das seguintes considerações: ser responsabilidade do Poder Público prestar a devida assistência aos munícipes; que na mencionada Audiência Pública fez-se presente o Poder Executivo, com a representante da Secretaria de Assuntos Estratégicos – SEAE e Coordenadora de Ações Emergenciais da referida Secretaria, Senhora Zilene Rabelo; que os Senhores Deputados presentes nesta Audiência Pública, como representantes do povo rondoniense e fiscalizadores das ações do Poder Executivo, conforme preceituam o artigo 8º inciso I; artigo 29 incisos XVIII e XXXVI; artigo 31 parágrafo 1º; artigo 36 parágrafo 2º inciso II, III e IV; artigo 46 e artigo 66 inciso II; artigo 218 e 219 inciso VII todos da Constituição Estadual; que a Lei nº 3.456 de 5 de novembro de 2014 dispõe sobre a autorização do Poder Executivo a criar os Programas de Transferência de Renda no contexto de calamidade pública no Estado de Rondônia – Auxílio Social e Auxílio Vida Nova; que o Poder Executivo em cumprimento os termos da mencionada Lei, assumiu o compromisso com os desabrigados de atendê-los em suas necessidades, e que todos os afetados, na época da enchente preencheram um cadastro, que lhes dava o direito de perceber os seguintes valores: Auxílio Social, R\$ 3.000,00 (três mil reais) e Vida Nova, R\$ 1.000,00 (mil reais). Que foi o que foi dito aqui que todos iriam receber os R\$ 4.000,00 (quatro mil reais). Que a Senhora Zilene Rabelo comprometeu-se em pagar o valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) a todos os cadastrados que até o momento não perceberam os devidos valores. Portanto, a Senhora Zilene Rabelo – Coordenadora de Ações Emergenciais da Secretaria de Estado de Assuntos Estratégicos – SEAE, neste ato, na qualidade de representante do Poder Executivo, se compromete a efetivar com a maior brevidade possível, o pagamento dos valores acima mencionados a todos que ainda não perceberam e que tem o legítimo direito à percepção desses valores, bem como a rever os critérios de inclusão para recebimento dos benefícios. Para tanto, a mesma firma este instrumento de compromisso, acompanhada dos Parlamentares representantes do Poder Legislativo nesta Audiência Pública.

Guajará-Mirim, 18 de setembro de 2015.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Gente, eu estava aqui, tem uma situação aqui que ficou um pouco complicada, eu até pedi a senhora representante que é a questão da propriedade, temos que, Governo aqui deve sair com compromisso em rever a situação de propriedade. Então, quem tem a posse tem como demonstrar a posse? Aí sim, agora propriedade gente, aí é uma situação como bem disse o próprio Defensor, nós sabemos que 90% do Estado de Rondônia tem essa problemática de propriedade em ter o título.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO – Quem mora na beira do rio, os ribeirinhos vão ter documento?

O SR. JESUÍNO BOABAID – Isso. Quem mora na beira do rio vai ter título? Então temos que, aí eu peço a Secretária para rever, qual é a legalidade dentro desse Decreto que é do Governo e se essa Casa for necessário Senhor Presidente, a gente tem que rever, é a Lei, a gente tem que pedir para o Governo que reveja essa situação de propriedade e a posse. Quem demonstrar a posse através de algum documento seja energia, seja qualquer documento de que prove a propriedade, eu acredito que já dá legalidade para excluir essa questão, mostrou a posse com documentos probatórios que é a própria SEAE pode destinar, você já exclui esse empecilho, que eu acredito que muitos ficaram de fora por conta disso. Eu vou passar a palavra para ela aqui.

A SRA. ZILENE RABELO – Eu estava falando aqui com o Deputado Neidson, Deputado Jesuíno, é que a gente falou de casa própria, a gente não falou de ter o termo de posse igual o nosso Defensor também falou, é um comprovante de residência que diga que aquela pessoa morava. Deputado, nós temos muitos casos de gente que se cadastrou usando endereço de outras pessoas, nós temos casos assim. Então a própria comunidade sabe quem morava e quem não morava ali naquela casa, não é apresentar o termo de posse, é saber que ele morava ali, a casa dele, a gente sabe que Rondônia não tem Regularização Fundiária e que ele morava ali e que ele não pagava aluguel, a casa era dele, ele morava ali, é concessão, não sei, não sei nem certa a palavra agora, a pessoa já mora há muitos anos, já tem até o direito, já tem o direito daquela localidade e que agora o Governo está com o Programa de Regularização Fundiária e tem o Programa de Regularização Fundiária, a SEAGRI está trabalhando aqui em Guajará, tem esse Programa, a SEAGRI está aqui em Guajará trabalhando esse Programa de Regularização Fundiária. A gente não falou termo de posse à gente falou que ele estava na casa própria, que ele mora ali há muito tempo e a própria comunidade que nos traz essas informações a gente trabalha com o pessoal da comunidade, a gente não é chegar e dizer: “você não”. Nós trabalhamos com a comunidade. Outra coisa, eu conversei aqui com o Deputado e ele disse que não ficou, eu pensei que tivesse ficado aqui entendido que a gente iria pagar tudo de uma vez. Não é. É de acordo com o saldo, tem muita gente que tem direito aos R\$ 4.000,00 que já recebeu R\$ 3.000,00, já recebeu R\$ 3.000,00 só tem mais R\$ 1.000,00. Então, de acordo com o saldo a gente vai liberando, aquele que nunca recebeu o que eu estou adotando é liberar duas parcelas e os outros assim, liberando parcela, parcela. A questão do cadastro, infelizmente, nós utilizamos o cadastro das Prefeituras, da Defesa Civil, as Secretarias de Assistência Social dos Municípios elas sabiam as pessoas que tinham ido para o sítio, para a casa de um parente, elas tinham tudo e esses cadastros foram feitos. Nós trabalhamos com esses cadastros. É isso.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Então ficou bem claro, aqueles que já receberam, por exemplo, R\$ 2.000,00 vão ter direito a mais R\$ 2.000,00. Ficou claro?

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Só um minutinho que eu acho que vai contemplar a indagação de vocês, só um minutinho, doutora.

A SRA. CHERISLENE PEREIRA DE SOUZA – Gente, realmente eu insisti até que voltasse a fala, é que em relação que foi colocado do tratamento igual, na verdade há que haver um tratamento igual dentro das desigualdades, senhora Coordenadora, porque muita gente igual o caso a dona Maria que é uma empresária, não significa dizer que ela não necessite tal qual o ribeirinho. E outra coisa, reforçando aqui a fala do nosso, que eu me lembrei, gente, de extrema importância nós temos aqui o Ministério Público Estadual atuante assim como o Ministério Público Federal também e sem falar na Defensoria, o problema, Deputados, é que é humanamente impossível fazer um trabalho uma pessoa sozinha e trazer para ele como ele fez, trouxe para si toda a responsabilidade de atender todo mundo, ele não tem condições.

Fica aqui meu pedido para que os senhores levem e reforcem a vinda de pelo menos mais um Defensor Público e também a Defensoria Pública da União, porque nós não temos a Defensoria Pública aqui, quando alguém, é muito importante, isso aqui é um apelo que eu quero que os senhores levem, é minha indignação, porque eu sou militante aqui e eu vejo, porque se uma pessoa entra na Justiça Federal, por exemplo, requerendo aposentadoria e se ele perder, não tem quem vai recorrer daquela sentença. Entendeu? Na realidade nós precisamos o Defensor Público da União. Outra questão aí, e o Procurador da República que atua, que muita gente, ele não esteve aqui, o nosso Procurador mesmo ele está de férias, mas eu aproveito para me desculpar porque pode ser que ele tenha sido procurado e notificado, e ele tenha tido conhecimento, mas eu peço desculpas à equipe dele, da equipe do senhor que eu sugeri que fizesse o convite formalmente, na verdade foi feito sim, desculpa, só que não chegou até a mim, eu só soube por acaso, depois que minha internet funcionou.

Outra coisa, o Procurador da República aqui gente, nós temos, as reservas, o maior espaço de reserva do Estado de Rondônia está aqui em Nova Mamoré e Guajará, esse Defensor Público aí não atende só Guajará-Mirim não, a nossa Comarca engloba Nova Mamoré também e ela é extensa, cheia de Distritos, não sei se o senhor já conseguiu conhecer, Dr. Vítor, mas aqui tem Distrito para tudo quanto é lado, lá em Nova Mamoré parece-me que são oito e tem o de Surpresa que eu ressaltar que fica distante, e a população indígena nossa, é mais da metade do Estado todo de Rondônia e outras cidades que tem menos índios, digamos, porque isso aí é só o exemplo, porque nós temos outras questões, o Defensor público, o nosso Defensor, o nosso Procurador da República ele trabalha sozinho enquanto cidades, outras cidades que não têm metade dos nossos índios e das nossas reservas, já têm dois Procuradores da República, ok! Nós precisamos de Procurador da República e outra coisa, como é que fica a possibilidade de vir uma nova enchente. O que é que nós vamos fazer? Estamos treinados, estamos preparados senhora Coordenadora? Boa noite.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Obrigado doutora. Deputado Dr. Neidson. Ao Defensor Público.

O SR. VÍTOR CARVALHO MIRANDA – Só um esclarecimento para facilitar o nosso trabalho caso o benefício de vocês seja negado. É obrigação de todo órgão público fornecer um esclarecimento por escrito de porque aquilo está sendo negado.

Então assim, senhora Coordenadora, eu sei que isso não vai facilitar o trabalho da sua equipe, mas isso é necessário para que o direito da população seja resguardado. Então, caso vocês não tenham o benefício, não recebam o benefício, exijam que a negativa seja dada por escrito para que a gente possa correr atrás dos benefícios de vocês. Eu gostaria também de agradecer o apelo que a representante da OAB, Dra. Cherislene fez, para que o Corpo de Defensores Públicos não só o Estadual, mas também o Federal possa ser fortalecido aqui na cidade de Guajará-Mirim que é extremamente necessário. Obrigado.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Então vamos ouvir o representante da representante da EMATER.

O SR. SEBASTIÃO JÚNIOR – Boa noite a todos, o meu nome é Sebastião Júnior e hoje estou como representante da EMATER, a gente sabe que houve várias dificuldades e a dor é grande para quem..., eu peço silêncio a todos. A dificuldade foi muito grande quanto à questão do que aconteceu. Eu tive observando nas falas que uma das maiores dificuldades foi à organização quanto ao cadastramento dessas pessoas e também pelo tempo que foi demorado, teve pessoas que hoje o mato já tomou de conta onde foi alagado. Então, quando uma pessoa técnica que ela vai fazer um parecer técnico já se passou o tempo e é difícil encontrar aquela situação que ocorreu. Quanto EMATER, nós temos aqui para entregar para a Secretária, para a representante do Governo, nós somos Governo hoje também, Empresa de Assistência Técnica, alguns cadastros de pessoas que não foram beneficiadas. Nós enviamos para a Prefeitura, aí que vem a questão, hoje a senhora está sendo crucificada de certa forma por ser representante do Governo, o que aconteceu, nós mandamos, está aqui os ofícios para a prefeitura os cadastros das pessoas da área rural que foram atingidas, não sei o que aconteceu, nós enviamos via também regional não chegou muitas vezes, eu acredito que a Coordenação Geral do que se tratamos aqui. Então, quero entregar essa documentação e dizer que a EMATER também fez um trabalho pós-alagação que foi doação de semente, não teve um lugar na área de reserva que nós não estivéssemos presentes no sentido de doação de semente, temos aqui um relatório para mostrar para vocês e dizer que entra uma preocupação também, nós fomos pegos de surpresa quanto à alagação e nós não podemos mais ser irresponsáveis se caso vir outra. Obrigado.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Ok! Então Deputado Dr. Neidson.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Então, ficou o acordo aqui que todas as pessoas que foram cadastradas que estavam já em... Vou pedir aqui para a representante que possa assinar o termo e vou pedir a cópia também desses relatórios aí dessas pessoas cadastradas.

Vamos pedir ao nosso Pastor Reginaldo, que possa fazer uma oração aqui para que nós possamos finalizar esta Audiência.

Invocando a proteção de Deus declaramos encerrada esta Audiência Pública e vamos pedir para que o Pastor possa realizar uma oração final aqui e agradecer também pela

cedência aqui do local da Igreja para que pudéssemos realizar esta Audiência Pública.

Eu tive também aqui uma ideia com o Presidente Maurão, que é o Presidente desta Casa, da Assembleia Legislativa e vamos nos reunir com o Governador do Estado para ver que o restante que falta receber de vocês possa ser pago tudo de uma parcela só, vamos ver a situação com ele, vamos nos reunir e com certeza nós vamos dar respostas para vocês.

Eu acredito que vocês hoje estão sendo beneficiados, tem um rapaz ali que quer falar, vamos passar a palavra para ele rapidamente.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Pois não, diga o seu nome, por favor, para as Taquígrafas anotarem.

O SR. ALBANY – Boa noite, o meu nome é Albany e eu queria perante os nossos Deputados fazer uma pergunta: “ninguém garante se vai ter outra próxima alagação, não sabe se é hoje, amanhã ou depois”. Falaram de depositar dinheiro para o povo, eu queria saber do Deputado se tem algum Projeto, porque se acontecer de novo uma enchente como essa para onde essas famílias vão ficar? Casas de parentes? E se têm algum Projeto de causas sociais para Guajará-Mirim, porque Porto Velho tem 4.000 casas para a população que está lá tanto da cidade como do interior. Eu queria saber se a cidade não vai receber esses Projetos, entendeu? Já se passou esse tempo todo agora que a nossa estrada está sendo aberta, nós tivemos muito prejuízo. Então, se eventualmente acontecer de novo como é que vai ficar esse povo de novo? Tem que ter moradia. Alagou! Vamos para a nossa casinha. Secou! Vamos voltar para lá que eu tenho certeza que ninguém aqui vai abandonar o que é seu, entendeu? Tem que ter esse Projeto para a nossa cidade, é o dia de amanhã para todos nós. Obrigado.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – As perguntas aqui Secretária, são comuns. O senhor está desde o dia 5 de fevereiro que não recebeu a parcela; o outro também, desde o início. Depois, por gentileza, ela responde.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Gente, como eu bem disse aqui eu não sei se ficou consignado em Ata, mas todas as pessoas que estão com problemas; eu ouvi aqui a senhora, a Secretária tem um responsável que fica aqui em Guajará, não tem uma pessoa? Vai ser ouvida, e vai dar os devidos encaminhamentos e como eu disse e bem disse aqui o Defensor Público, se houver negativa vai ter que ser por escrito e aí sim, acredito, Defensor que não vá haver, o trabalho que o senhor já tem aqui a gente vai tomar as medidas através da Assembleia, pode ter certeza que vai ter que ser por escrito e vai chegar à Assembleia e a gente vai ter que encaminhar.

Então aí vocês procuram essa situação, o responsável é o Sr. Marcelo da Defesa Civil, o Marcelo; não sei se vocês conhecem, ele vai está ouvindo vocês, cada caso e essa situação.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) - Com relação a pergunta, eu já em fevereiro, eu me reuni com a Defesa Civil Estadual e a Municipal lá de Porto Velho, a Defesa Civil Municipal e Estadual já tem que está preparada para isso, a Defesa Civil Municipal de Porto Velho encaminhou uma equipe para Guajará-Mirim

para treinar as pessoas aqui da Prefeitura para arrecadar recursos, agora, eu não sei como é que está a Prefeitura.

Com relação às enchentes a habitação Guajará-Mirim foi contemplada com 600 habitações, só que falta a contrapartida da Prefeitura que são os terrenos e até hoje os terrenos não foram entregues, o Prefeito ainda não doou os terrenos para que possam ser construídas essas casas, mas já se tem já 600 casas contempladas para Guajará-Mirim, está bom. Então, eu agradeço a todos vocês, eu acredito que esta Audiência Pública teve um grande proveito, esperamos, vamos conversar com o Governador para vê se nós possamos entrar em comum acordo para que todos vocês que faltam, recebam o benefício de uma só parcela.

Eu vou pedir ao Pastor que faça uma oração final, obrigado Pastor pela cedência aqui da Igreja e muito obrigado por contribuir com a população de Guajará-Mirim.

O SR. PASTOR REGINALDO – A paz do Senhor! Eu quero cumprimentar aqui ao nosso Deputado Maurão, também o Deputado Jesuíno, o nosso Deputado aqui da nossa cidade Dr. Neidson e quero cumprimentar também a toda a Mesa que compõe e a todos.

Eu quero dizer que quando me procuraram para ceder o espaço eu não imaginava que era de tamanha atitude, mas quando me falaram que era para tratar esse assunto do nosso pessoal, dos atingidos eu aceitei e achei que seria muito importante, a qual eu estou aqui em Guajará-Mirim há 10 anos, eu era Pastor Presidente da Igreja ali da cidade de Buritis e fui transferido para Guajará, estou com 10 anos aqui em Guajará e quando chegou até o meu conhecimento, eu tenho meu filho, está ali a minha nora, ele não está, está lá na região de Ouro Preto, é conhecido ali na região do lata por “perna de ferro” ele é deficiente, foi amputada a sua perna, muito trabalhador e chegou um determinado dia na minha casa e falou: “pai, tudo o que eu tinha acabou”; cinco hectares de banana ele trazia aqui, cada 15 dias 300 cachos de banana, 700 cachos de banana a cada 15 dias, cacho de banana que quase gente não conseguia pegar de tão grande que era aqueles cachos de banana; cinco hectares de cacau que já estava começando a produzir a coisa mais linda, e quando ele chegou chorando: “pai, tudo o que eu tinha acabou, se transformou em nada”, aí passou pela mão da nossa Secretaria de Agricultura, CEPLAC, foram lá, filmaram, foi tudo filmado e todos os papéis estão ali na CEPLAC e eu quero dizer que até hoje não recebeu um centavo, ele chorando falou: “olha pai... Abandonou, saiu da região, perdi todo o tempo que eu trabalhei naquela região”.

Então, quando chegou ao meu conhecimento eu falei: “isso é importante, não só para o meu filho”, mas através, quantos e quantos que estão também na mesma rotina.

Então, eu agradeço a todos vocês e que Deus possa continuar iluminando a cada um de vocês que vocês possam olhar para esta nossa região porque é uma região muito carente e nós vamos orar, nós vamos agradecer.

(Momento da Oração)

O SR. DR. NEIDSON (Presidência) – Está encerrada está a Audiência Pública.

(Encerra-se esta Audiência Pública às 19h44min)

**ATA DA 59ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA
DA 9ª LEGISLATURA**

Em 22 de setembro de 2015

**Presidência do Sr.
Maurão de Carvalho
Secretariado pelo o Sr.
Laerte Gomes**

(Às 18 horas e 28 minutos é aberta a Sessão)

DEPUTADOS PRESENTES: Adelino Follador (DEM), Airton Gurgacz (PDT), Alex Redano(SD), Cleiton Roque (PSB), Ezequiel Júnior (PSDC), Glaucione (PSDC), Hermínio Coelho (PSD), Jesuíno Boabaid (PT de B), Laerte Gomes (PEN), Lázinho da Fetagro(PT), Lúcia Tereza (PP), Luizinho Goebel (PV), Marcelino Tenório (PRP), Maurão de Carvalho (PP), Saulo Moreira (PDT) e Só Na Bença (PMDB).

DEPUTADOS AUSENTES: Aécio da TV (PP), Dr. Neidson (PT do B), Edson Martins (PMDB), Jean Oliveira (PSDB), Lebrão (PTN), Leo Moraes (PTB), Ribamar Araújo (PT) e Rosângela Donadon (PMDB).

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Havendo número legal, sob a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta a 59ª Sessão Extraordinária Legislativa da 1ª Sessão Legislativa da 9ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Solicito ao senhor Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior.

O SR. LAERTE GOMES (Secretário ad hoc) – Peço dispensa da leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, senhor Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Está dispensada a leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior e determino sua publicação no Diário Oficial da Assembleia Legislativa.

Passemos à Ordem do Dia.

Solicito ao senhor Secretário que proceda à leitura das Matérias a serem apreciadas.

O SR. LAERTE GOMES (Secretário ad hoc) – Em segunda discussão e votação o PROJETO DE LEI Nº 152/15 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 164, que autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar por excesso de arrecadação, até o montante de R\$ 456.568,43, em favor da Unidade Orçamentária Defensoria Pública do Estado de Rondônia, DPE.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em segunda discussão e votação o Projeto de Lei nº 152/15. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado.

Vai ao Expediente.

Próxima Matéria, Sr. Secretário.

O SR. LAERTE GOMES (Secretário ad hoc) – Em segunda discussão e votação o PROJETO DE LEI Nº 133/15 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 137, que altera a Lei nº 872, de 28 de dezembro de 1999 e dá outras providências.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em segunda discussão e votação o Projeto de Lei nº 133/15. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado.

Vai ao Expediente.

Próxima Matéria, Sr. Secretário.

O SR. LAERTE GOMES (Secretário ad hoc) – Em segunda discussão e votação o PROJETO DE LEI Nº 157/15 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 169 - Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar por anulação, até o montante de R\$ 15.989.100,00 em favor das Unidades Orçamentárias Procuradoria Geral do Estado, PGE; Controladoria Geral do Estado, CGE; Fundo Estadual de Saúde, FES; Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental - SEDAM; Secretaria de Estado de Agricultura - SEAGRI; Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia - EMATER e Defensoria Pública do Estado de Rondônia.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em segunda discussão e votação o Projeto de Lei nº 157/15. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado.

Vai ao Expediente.

Próxima Matéria, Sr. Secretário.

O SR. LAERTE GOMES (Secretário ad hoc) – Em segunda discussão e votação o PROJETO DE LEI Nº 079/15 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 079, que autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar por anulação até o montante de R\$ 527.345,00, em favor da Unidade Orçamentária Fundação Rondônia de Amparo ao Desenvolvimento das Ações Científicas e Tecnológicas e à Pesquisa do Estado de Rondônia – FAPERÓ.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em segunda discussão e votação o Projeto de Lei nº 079/15. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado.

Vai ao Expediente.

Próxima Matéria, Sr. Secretário.

O SR. LAERTE GOMES (Secretário ad hoc) – Em segunda discussão e votação o PROJETO DE LEI Nº 150/15 DO DEPUTADO EZEQUIEL JÚNIOR, que institui a liberdade religiosa da Hoasca no Estado de Rondônia e dá outras providências.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em segunda discussão e votação o Projeto de Lei nº 150/15 do Deputado Ezequiel Júnior. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado.

Vai ao Expediente.

Próxima Matéria, Sr. Secretário.

O SR. LAERTE GOMES (Secretário ad hoc) – Não há mais Matérias na Ordem do Dia, senhor Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Encerrada a Ordem do Dia.

Nada mais havendo a tratar, invocando a proteção de Deus, e antes de encerrar a presente Sessão, convoco Sessão Ordinária para ao dia 23 de setembro no horário Regimental às 09 horas.

Está encerrada a Sessão.

(Encerra-se a presente Sessão às 18 horas e 32 minutos)

**ATA DA 60ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA
DA 9ª LEGISLATURA**

Em 29 de Setembro de 2015.

**Presidência do Sr
MAURÃO DE CARVALHO - Presidente**

**Secretariado pelo Sr.
JESUÍNO BOABAID - Deputado**

DEPUTADOS PRESENTES: Aécio da TV (PP), Airton Gurgacz (PDT), Cleiton Roque (PSB), Dr. Neidson (PT do B), Glaucione (PSDC), Hermínio Coelho (PSD), Jesuíno Boabaid (PT de B), Laerte Gomes (PEN), Lazinho da Fetagro (PT), Lebrão (PTN), Leo Moraes (PTB), Lúcia Tereza (PP), Luizinho Goebel (PV), Marcelino Tenório (PRP), Maurão de Carvalho (PP), Ribamar Araújo (PT), Rosângela Donadon (PMDB), Saulo Moreira (PDT), Só Na Bença (PMDB).

DEPUTADOS AUSENTES: Adelino Follador (DEM), Alex Redano (SD), Edson Martins (PMDB), Ezequiel Júnior (PSDC) e Jean Oliveira (PSDB).

(Às 21 horas 06 minutos é aberta a Sessão.)

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Havendo número legal, sob a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta a 60ª Sessão Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa da 9ª Legislatura da Assembleia Legislativa.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Secretário ad hoc) – Peço dispensa da leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Está dispensada a leitura da Ata da Sessão anterior e determino a sua publicação no Diário Oficial da Assembleia Legislativa.

Passemos à Ordem do Dia. Solicito ao Senhor Secretário que proceda à leitura das matérias a serem apreciadas.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Secretário ad hoc) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID – DISPENSA DE INTERSTÍCIO. Requer à Mesa Diretora, nos termos do

parágrafo único do artigo 199 do Regimento Interno, que seja dispensado Interstício Regimental para apreciação em segunda discussão e votação da PEC 008/15; Projeto de Lei 143/15; Projeto de Lei 167/15; Projeto de Lei 175/15; Projeto de Lei Complementar 030/15 e Projeto de Lei 171/15.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em discussão o Requerimento do Deputado Jesuíno Boabaid. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. LEBRÃO Jean Oliveira (PSDB), – Questão de Ordem, senhor Presidente?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Pois não, Deputado Lebrão.

O SR. LEBRÃO – Cumprimentar aqui o Dr. Jesuíno pela bela maneira como ele vem conduzindo os trabalhos a seu lado aí. Parabéns, Deputado.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Secretário ad hoc) – PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 008/15 DO PODER EXECUTIVO. Altera redação do parágrafo 3º, do artigo 242, da Constituição do Estado de Rondônia.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em segunda discussão e votação Proposta de Emenda Constitucional nº 008/15. Os Deputados favoráveis, o painel está aberto.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- ausente
- Deputada Aécio da TV	- sim
- Deputado Airton Gurgacz	- sim
- Deputado Alex Redano	- ausente
- Deputado Cleiton Roque	- sim
- Deputada Dr. Neidson	- sim
- Deputado Edson Martins	- ausente
- Deputado Ezequiel Junior	- ausente
- Deputada Glaucione	- sim
- Deputado Hermínio Coelho	- sim
- Deputado Jean Oliveira	- ausente
- Deputado Jesuíno Boabaid	- sim
- Deputado Laerte Gomes	- sim
- Deputado Lazinho da Fetagro	- sim
- Deputado Lebrão	- sim
- Deputado Leo Moraes	- ausente
- Deputada Lúcia Tereza	- sim
- Deputado Luizinho Goebel	- sim
- Deputado Marcelino Tenório	- sim
- Deputado Maurão de Carvalho	- sim
- Deputado Ribamar Araújo	- sim
- Deputada Rosangela Donadon	- sim
- Deputado Saulo Moreira	- ausente
- Deputado Só na Bença	- sim

Com 17 votos favoráveis, está aprovada, em segunda discussão e votação, a PEC 008/15. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, Secretário.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Secretário *ad hoc*) – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 030/15 DA MESA DIRETORA. Acrescenta e altera dispositivos da Lei Complementar nº 731, de 30 de setembro de 2013, que “Reestrutura Plano de Carreira, Cargos Remuneração e o Quadro Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia”.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Projeto de Lei Complementar nº 030/15. Em segunda discussão e votação. O Painei já está aberto.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- ausente
- Deputada Aécio da TV	- sim
- Deputado Airton Gurgacz	- sim
- Deputado Alex Redano	- ausente
- Deputado Cleiton Roque	- sim
- Deputada Dr. Neidson	- sim
- Deputado Edson Martins	- ausente
- Deputado Ezequiel Junior	- ausente
- Deputada Glaucione	- sim
- Deputado Hermínio Coelho	- sim
- Deputado Jean Oliveira	- ausente
- Deputado Jesuíno Boabaid	- sim
- Deputado Laerte Gomes	- sim
- Deputado Lazinho da Fetagro	- sim
- Deputado Lebrão	- sim
- Deputado Leo Moraes	- sim
- Deputada Lúcia Tereza	- sim
- Deputado Luizinho Goebel	- sim
- Deputado Marcelino Tenório	- sim
- Deputado Maurão de Carvalho	- sim
- Deputado Ribamar Araújo	- sim
- Deputada Rosângela Donadon	- sim
- Deputado Saulo Moreira	- ausente
- Deputado Só na Bença	- sim

Com 18 votos favoráveis, está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Secretário *ad hoc*) – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 175/15 DO PODER EXECUTIVO/ MENSAGEM 187. Revoga dispositivo da Lei nº 2.840, de 3 de setembro de 2012, que institui Programa de Recuperação de Créditos da Fazenda Pública Estadual Refaz - V.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em segunda discussão e votação Projeto de Lei nº 175/15. Votação simbólica. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Secretário *ad hoc*) – PROJETO DE LEI Nº 143/15 DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE

RONDÔNIA. Dispõe sobre alteração na Tabela III dos Ofícios de Registro de Imóveis, da Lei nº 2.936, de 26 de dezembro de 2012.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em segunda discussão e votação Projeto de Lei nº 143/15. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Secretário *ad hoc*) – PROJETO DE LEI Nº 167/15 DA DEPUTADA GLAUCIONE. Denomina de Everaldo Barbosa Góes, a Rodovia Estadual 383, situada entre os Municípios de Cacoal e Rolim de Moura do Estado de Rondônia.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em segunda discussão e votação Projeto de Lei nº 167/15. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Secretário *ad hoc*) – PROJETO DE LEI Nº 171/15 DO PODER EXECUTIVO/ MENSAGEM 179. Ratifica o protocolo de intenções firmado entre os Estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Rondônia e Distrito Federal, visando à constituição de consórcio interestadual que tem por objetivo a promoção do desenvolvimento da Região do “Brasil Central”.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em segunda discussão e votação. Os Deputados favoráveis ao Projeto de Lei nº 171/15 permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Secretário *ad hoc*) – Encerrada a Ordem do Dia, senhor Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) - Encerrada a Ordem do Dia. E nada mais havendo a tratar, invocando a proteção de Deus e, antes de encerrar esta Sessão, convoco outra Sessão Ordinária para o dia 30 de setembro, no horário regimental, às 09:00 horas.

Está encerrada a Sessão.

(Encerra-se esta Sessão às 21 horas e 14 minutos)

ATA DA 50ª SESSÃO ORDINÁRIA LEGISLATIVA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

Em 30 de Setembro de 2015.

**Presidência do Sr.
DR. NEIDSON - Deputado**

Secretariado pelos Srs.
JESUÍNO BOABAID - Deputado
SÓ NA BENÇA - Deputado
LÉO MORAES - Deputado

(Às 09 horas e 20 minutos é aberta a Sessão.)

DEPUTADOS PRESENTES: Adelino Follador (DEM), Aécio da TV (PP), Airton Gurgacz (PDT), Alex Redano (SD), Cleiton Roque (PSB), Dr. Neidson (PT do B), Glaucione (PSDC), Hermínio Coelho (PSD), Jean Oliveira (PSDB), Jesuíno Boabaid (PT de B), Laerte Gomes (PEN), Lazinho da Fetagro (PT), Leo Moraes (PTB), Lúcia Tereza (PP), Luizinho Goebel (PV), Marcelino Tenório (PRP), Maurão de Carvalho (PP), Ribamar Araújo (PT), Rosângela Donadon (PMDB), Saulo Moreira (PDT) e Só Na Bença (PMDB).

DEPUTADOS AUSENTES: Edson Martins (PMDB), Ezequiel Júnior (PSDC) e Lebrão (PTN).

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Havendo número legal, sob a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta a 50ª Sessão Ordinária Legislativa da 1ª Sessão Legislativa da 9ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Solicito ao senhor Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Secretário ad hoc) – Procede à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior.

O SR. DOUTOR NEIDSON (Presidente) – Em discussão a Ata que acaba de ser lida. Não havendo observação, dou-a por aprovada.

Solicito ao senhor Secretário que proceda à leitura do Expediente recebido.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Secretário ad hoc) – Procede à leitura do Expediente recebido.

EXPEDIENTE RECEBIDO

01 – Ofício nº 1703/2015 – Ministério Público do Estado, solicitando cópia do Processo Administrativo referente às despesas custeadas pela ALE para realização da Audiência Pública no Município de Machadinho do Oeste, em 25/06/2015, sobre a construção da Usina Tabajara.

02 – Requerimento da Senhora Deputada Rosângela Donadon, justificando sua ausência nas sessões dos dias 22 e 23 de setembro de 2015.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Passamos às Breves Comunicações. Com a palavra, pelo prazo de cinco minutos, sem apartes, o ilustre Deputado Adelino Follador.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Senhor Presidente, senhores Deputados, imprensa que está aqui presente, quero registrar

aqui também o Elias, presidente do SITMAR lá de Ariquemes, Associação dos funcionários públicos municipais, companheiros nossos, um prazer tê-los aqui nesta Casa. Dizer que hoje o PROERD está comemorando 15 anos, 15 anos de instalação do PROERD, e o PROERD vem fazendo um grande trabalho, pena que não tenha o recurso necessário para que a Polícia Militar faça um trabalho mais abrangente, mas as crianças, eu tenho certeza de que nesses quinze anos salvou muitas crianças que poderiam estar nas drogas, poderiam estar e hoje são cidadãos, são pessoas de bem, são pessoas que têm sucesso na vida, e eu tenho certeza de que esses policiais militares que dão esses cursos aos Municípios que investem no PROERD, o Estado que investe no PROERD, está de parabéns. E agora, nós inclusive vamos entrar com uma emenda no PPA, já mandamos fazer para aumentar o recurso. Nós já pedimos à Secretária de Educação, pedimos ao Governador, fizemos indicação e está previsto o recurso de R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais), é muito pouco, a previsão ali deveria ser pelo menos de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões) para poder comprar o material e também os uniformes para poder fazer, abranger aquela clientela que a Polícia Militar inclusive tem estrutura para absorver.

Então, eu quero deixar aqui registrado esses quinze anos do PROERD e eu sou fã. A Assembleia Legislativa, com o apoio do Deputado Hermínio, no mandato passado, nós conseguimos R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais) e conseguimos fazer, inclusive o Estado está fazendo até hoje os cursos com o restante do material que nós compramos, que a Assembleia Legislativa comprou no mandato passado.

Eu acho que também, se tiver uma ação dos vinte e quatro Deputados, de repente junto com o Presidente, se a gente puder ajudar, é um dinheiro bem aplicado o investimento no PROERD, se o Presidente puder, nós temos que sentar também, vamos ver o que é que o Governo do Estado pode priorizar nesse orçamento para o ano que vem, para poder cada vez fomentar, que não só as crianças que estão fazendo o curso estão sendo favorecidas, mas também as colegas dessas crianças, os colegas e as colegas dessas crianças vão ter mais proteção, porque essas crianças estando orientadas, elas influenciam também nas suas coleguinhas dentro do ambiente da escola. E também eu acho muito importante o fato de o Policial Militar estar dentro da sala de aula, estar dentro do colégio, porque aí as crianças começam a ver a Polícia Militar com outros olhos, começa a se integrar a Polícia Militar junto aos estudantes, podem pesquisar também, saber, Deputado Alex, as pessoas que estão distribuindo drogas, porque através das crianças podem ficar mais a par do que acontece dentro dos colégios. Tem várias ações importantes no PROERD.

Quero também aqui, eu fiz uma Indicação e está sendo lida hoje, cobrando, mais uma vez, a questão da ponte do Rio Pardo, a ponte da RO-140, acesso Caucalândia – Colina Verde. Nós já pedimos, e eu passei lá esse final de semana, e ela quase que está interditada. Eu já ouvi conversa do pessoal que poderiam até colocar fogo para provocar, mas então eu gostaria que o DER tomasse providências lá, eu já falei com o Chico Baque, que é o residente do DER lá de Jaru, que aquele trecho é de responsabilidade do DER de Jaru, já falei com o Coronel Caetano, pedindo, que ele disse que tinha um processo para

comprar prancha para recuperar, mas esperamos que agilize, porque daqui a pouco não tem mais condições de passar e é o único acesso que tem Caucalândia – Colina Verde, Caucalândia – Jorge Teixeira, por aquela região.

Então, para nós, queremos deixar aqui registrado, já falamos ontem do asfalto que está sendo feito em Buritis, que a população está muito... a Avenida Porto Velho e a Avenida Rio Branco, é lá em Buritis, queremos parabenizar, lá em Cujubim também está sendo feito um trabalho de asfalto, mas nós também temos que cobrar esta questão de recuperação das pontes que é muito grave. Obrigado.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Obrigado, Deputado Adelino. Concedemos a palavra ao Deputado Léo Moraes, pelo prazo de 5 minutos, sem apartes.

O SR. LÉO MORAES – Quero desejar um bom dia a todos, cumprimentar o Presidente em exercício e que está conduzindo a nossa Sessão, o Deputado Dr. Neidson, a quem eu estendo os cumprimentos a todos os nossos colegas Deputados estaduais; cumprimentar a todos os servidores desta Casa, imprensa, os espectadores que aqui se encontram na nossa galeria.

Eu vim rapidamente utilizar esta tribuna, esse espaço, para cobrar providências imediatas em relação à convocação dos aprovados no concurso da Polícia Civil do Estado de Rondônia, haja vista que nós já temos orçamento, já encontra-se no orçamento anual do Estado de Rondônia, nós já temos a lista dos aprovados, nós já temos o chamamento por parte da FUNCAB, que foi a Instituição que fez o certame, que promoveu o certame, que fez as provas, e nós precisamos neste momento tão somente da celeridade das autoridades, da sensibilidade da Direção Geral da Polícia Civil, há meses prometem que vão iniciar a Academia de Polícia e até hoje os alunos estão à mercê desse descaso que vem acontecendo. Descaso esse que nós tentamos evitar, conseguimos Escola Estadual, através de uma parceria com a SEDUC, para que iniciassem a Academia na Escola Brasília, conseguimos a Escola Getúlio Vargas, as salas estavam disponíveis, daí a Direção Geral da Polícia Civil nos mencionou que a Academia já estava quase que concluída e que seria muito melhor pela história voltar ao local de origem. Desde aquela época que foi prometido até hoje não começaram as aulas na referida Academia de Polícia, que é um local histórico, eu não tenho dúvidas disso, e falo isso de carteirinha, Deputado Jesuíno Boabaid, porque eu quando era um pivete velho, um menino, eu ia diariamente para aquela Academia de Polícia e era estrada de chão com muita lama, ali era só mato antigamente, os mais antigos aqui sabem, e meu pai fez parte da primeira Academia de Polícia como Delegado e logo em seguida virou professor de tiro naquela Academia. Mas não posso deixar de registrar que ante a história em detrimento da eficiência e do atendimento do pleito dos concursados e, logicamente, da sociedade, eu fico com a segunda opção, que atenda aos concursados aprovados e que logicamente os coloquem à disposição, porque a segurança em Porto Velho, no Estado de Rondônia, está calamitosa. Nós estamos passando por um problema muito delicado, talvez o pior da história de Rondônia. E como todos sabem, quem tem fome e quem tem preocupação tem pressa.

Então, eu venho suplicar, mais uma vez, que a Direção Geral da Polícia Civil, que a Secretaria de Segurança do Estado de Rondônia, que o Governo do Estado de Rondônia inicie imediatamente essa Academia. Já destinei uma Emenda Parlamentar no valor de oitenta mil reais para que se conclua a Academia de Polícia, já destinei, já que foi pedido e solicitado o Auxílio Moradia, ao qual eu renuncio mensalmente, para que eles comprem os aparelhos de ar-condicionado, para que eles instalem esses aparelhos de ar-condicionado e deem cabo nas demandas e problemas que eles tanto alegam que têm. Então, não existem mais motivos para procrastinar, para postergar o início da Academia de Polícia Civil do Estado de Rondônia, ao passo em que eu parabenizo a Polícia Militar pelo que me consta que eles estão acelerando o processo de início dos 440 policiais militares, Deputado Jesuíno, e nós temos que bater palmas para quem merece. Dá a César o que é de César. Então, Comandante Kisner, se cumprir com esse prazo, como me parece que vai cumprir, está de parabéns, gostaria de saudar toda Corporação da Polícia Militar e cobrar que imediatamente a Polícia Civil do Estado de Rondônia faça o seu papel, porque o que está ao meu alcance eu tenho feito; o que a Assembleia pode fazer, ela tem feito, então, Polícia Civil, nós dependemos de vocês, Direção Geral, demais integrantes da cúpula da Polícia Civil do Estado de Rondônia, os concursados têm pressa, a sociedade aguarda ansiosamente e nós certamente colocaremos vocês aonde merecem no lugar de destaque. Enquanto isso, a cobrança será diária, será permanente, e não vamos capitular por conta da falta de gestão. Muito obrigado.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Obrigado, Deputado Léo Moraes. Agora com a palavra, pelo prazo de 5 minutos, sem aparte, o ilustre Deputado Laerte Gomes.

O SR. LAERTE GOMES – Sr. Presidente, Deputado Dr. Neidson, essa figura agradável e competente lá da nossa querida Pérola do Mamoré, de Guajará-Mirim que nos cedeu aqui para o Estado de Rondônia.

Senhoras e Senhores Deputados, eu venho a esta Tribuna hoje, Presidente, e vou ser bem breve, para falar do processo do andamento da ponte do Rio Urupá, ali no município de Ji-Paraná, na saída ali para Nova Londrina, na Avenida Vilagran Cabrita, onde liga o 3º Distrito. Onde nós temos lá a Faculdade UNIJIPA, temos um frigorífico, mesmo fechado, mas a estrutura está lá, o Exército parece que está lá naquele setor, vários condomínios. E liga ao distrito de Nova Londrina, liga a BR-429 então hoje é uma RO muito movimentada. Infelizmente temos uma ponte ali de mão única, uma obra de engenharia que não dá para entender e causa transtorno muito grande a todos que ali trafegam, principalmente na hora do *rush* na hora da saída da Universidade, e nós há alguns meses sentamos com o Chefe da Casa Civil, Emerson Castro, sentamos com o Diretor do DER, Coronel Caetano, sentamos com o Governador, Confúcio Moura e fizemos um entendimento de nós iniciarmos um processo para fazer o projeto da construção daquela ponte. Até disse para o Governador que uma das minhas metas de trabalho do meu mandato era que aquela

obra fosse executada. O Governador de pronto já autorizou, já autorizou o DER a abrir o processo de licitação da empresa, Sr. Presidente, para fazer o projeto da obra. Eu ouvia falar naquela obra da duplicação, Deputado Lazinho, há muitos anos, mas como a gente foi Prefeito e tem certa experiência técnica, eu fui ver, eu fui atrás, nem processo tinha, muito menos projeto para fazer aquela obra. E ali foi dado início, foi dado o início ao processo para contratar a empresa para fazer o projeto da ponte e que já está em andamento e que não é duplicação porque aquela ponte que está ali, ela não aguenta duplicação por ter estrutura metálica e a estrutura física dela não suporta. Está sendo feito, a empresa CTE Engenharia, que é de Goiânia, ganhou a licitação para executar o projeto da ponte. Vai ser feita uma nova ponte ali ao lado, uma ponte de cento e cinquenta metros de comprimento por 10.8 de largura, e a empresa acredita que entrega esse projeto ao DER que foi o contratante em no máximo 45 dias. Já foi feita toda a sondagem de campo, então só está agora na elaboração do projeto.

Então, nós entendemos que assim que for entregue esse projeto nós vamos estar aqui com o apoio dos Deputados, incluindo no orçamento, que nós vamos votar aqui em dezembro para que a obra possa ser licitada e iniciada. Quanto à ponte antiga que tem lá, Deputado Lazinho, eu conversando com o Coronel Caetano e com os engenheiros, Dr. Joaquim, do DER, eu sugeri que se fizesse uma passarela nela para as pessoas trafegarem ali a pé ou de bicicleta, porque muita gente usa ali para fazer as suas caminhadas e muita gente também usa de bicicleta ou de moto ali para trafegar naquela RO que encontra com a Avenida Vilagran Cabrita, em Ji-Paraná.

Então, Sr. Presidente, eu gostaria de deixar isso aqui registrado, até a semana passada os Vereadores de Ji-Paraná nos entregaram um documento solicitando essa obra, e nós recebemos lá em Ji-Paraná. Mas dizer também que o projeto já está em andamento, já está encaminhado, inclusive foi fruto de uma reunião quando foi anunciado que iria ser contratado o projeto, uma reunião no DER com o Prefeito de Ji-Paraná, o Jesualdo Pires comigo, que fui o Deputado Estadual quem fez a indicação, com o Líder do Governo que estava presente, o Deputado Luizinho, o Chefe da Casa Civil, Emerson, o Diretor do DER, engenheiros, onde demos ali a notícia, a imprensa presente que a indicação de nossa autoria ia ser atendida para a construção de uma nova ponte ali no Rio Urupá sentido Nova Londrina. Então, eu fico feliz que a obra está andando, estou acompanhando semana a semana, passo a passo, cobrando prazo, cobrando que seja realmente entregue o projeto o mais rápido possível, porque é uma obra que vai atender muito ali a nossa região, vai atender muito Ji-Paraná, muito importante para Ji-Paraná, até porque vai ligar o 3º Distrito. Nós temos o 1º e o 2º Distrito de Ji-Paraná, agora está crescendo e muito forte o 3º Distrito. Então, eu entendo que essa obra é de fundamental importância para aquela região se desenvolver e para as pessoas ali terem mais segurança e qualidade de vida. Agradeço, Presidente, aqui ter passado alguns segundos, pela tolerância de Vossa Excelência.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Obrigado, Deputado Laerte, com certeza toda população vai ser beneficiada nesta obra. Como exemplo nós temos também as Pontes de Guajará-Mirim, que é do Araras e do Ribeirão, que é uma via só, ou

seja, mas já existe um Projeto para Licitação também para que possam ser realizadas essas pontes pelo Governo Federal.

O SR. LAERTE GOMES – Presidente se o senhor permitir. Hoje é o Dia da Secretária, deixar os nossos parabéns a todas as Secretárias. Que nós não vivemos sem, são eficientes, realmente são quem tocam as coisas. Eu gostaria de deixar aqui os parabéns a todas as Secretárias do Estado.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) - Obrigado, Deputado Laerte. Encerrando as Breves Comunicações, passamos ao Grande Expediente. Com a palavra, pelo tempo de 20 minutos, com apartes, o ilustre Deputado Lazinho da Fetagro.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Bom dia, senhor Presidente. Obrigado pelo ilustre. Quero cumprimentar a Vossa Excelência e em vosso nome a todos os Deputados aqui presentes; quero cumprimentar aos colaboradores desta Casa; colegas de trabalho; a imprensa; público aqui presente.

Quero, senhor Presidente, me utilizar hoje desta Tribuna para tratar de um tema de suma importância para toda a sociedade rondoniense, para toda sociedade brasileira e para o mundo, que é a questão ambiental. Nós temos no nosso Estado, por ser um Estado amazônico, uma grande quantidade de áreas preservadas, temos diversas Reservas, temos áreas de extrativismo, temos proprietários rurais que com muita responsabilidade trabalham também a questão do Meio Ambiente, a questão da preservação. E é justamente para tratar desse tema que eu venho aqui.

Quando nós vivemos em uma região aonde apenas 20% da área pode ser utilizada para a agricultura e o proprietário dessa área, o produtor, o pequeno produtor, médio, o grande produtor, ele faz a sua preservação, ele tem essa responsabilidade também de pagar o ITR daquela área, inclusive da área preservada. Desde a época da Federação em que eu era Presidente, nós batemos na tecla da importância para esses produtores receberem uma compensação, receberem um pagamento por esse serviço prestado. É muito fácil para quem mora no centro grande, São Paulo, Rio, cobrar de quem mora na Amazônia, de quem mora no Estado de Rondônia, ou quem mora em Porto Velho cobrar de quem vive no interior, de quem produz na sua pequena propriedade, que ele tem que preservar a área, que ele tem que preservar a sua parte da floresta. E eu acho também que tem, embora, quando da ocupação do nosso Estado, da abertura do Estado de Rondônia, eu lembro muito bem o tema era: “*você derruba, pode derrubar, esse lote é seu, derruba, derrubando tudo nós damos outro*”. Era isso que era comentado. Ao passar dos anos, nós fomos vendo que essa prática é prejudicial. E, hoje, existe uma cobrança muito forte, inclusive no próprio Código Florestal que foi aprovado em 2013, no qual eu fiz parte, inclusive da Comissão de organizações. Estive em Audiência Pública em Brasília no Congresso Nacional e debatendo como Presidente de Federação, Coordenador da Região Norte pela Confederação Nacional dos Trabalhadores, nós debatíamos a importância que era a questão do Meio Ambiente. A importância que era a gente conseguir com que as áreas que já estivessem sendo

utilizadas para a agricultura permanecessem com a agricultura para que as famílias, os ribeirinhos que já tinham a sua cultura definida pudessem continuar vivendo e produzindo nas suas áreas às margens dos rios. Tudo isso nós conquistamos. Agora continua em cima do produtor a cobrança de que ele tem que recuperar uma parte da pequena propriedade que eu acho justo, eu acho justo que recupere, por exemplo, quem tem o módulo vai recuperar 10% da área em matas ciliares, assim por diante.

É muito fácil, por exemplo, você vê uma reportagem, que nem eu vi ontem à noite, um Procurador lá de São Paulo, uma Procuradora, inclusive dizendo que a Amazônia continuava desmatando, estava acabando com tudo e que o Brasil tinha que tomar um posicionamento. O que eu acho gozado é que essas pessoas quando vão almoçar, jantar, lá no prato delas tem um bife que pesa quase um quilo, e parece que elas não sabem, essas pessoas não sabem que esse bife vem de uma área que foi desmatada e que hoje é uma pastagem que produz gado. Querem continuar comendo, querem continuar tendo os benefícios de viverem em São Paulo, de viver no Rio de Janeiro, inclusive degradando o meio ambiente, como é o caso do Rio de Janeiro, que tinha que acabar com a cidade do Rio de Janeiro, porque lá está numa área de APP, tinham que tirar aqueles prédios, aquelas construções em volta do Tietê porque ali é área de APP. Não. Vêm cobrar de nós. Vêm cobrar de nós e, infelizmente, para quem faz a sua pequena parte de preservação não recebe nada por isso. Na nossa visão, o produtor rural, ele tem que receber todo e qualquer serviço que ele presta para o meio ambiente, se ele preserva água, ele tem que receber por isso, se ele preserva a sua pequena reserva, ele tem que receber por isso. Eu, uma época, Deputado Ribamar, Deputado Adelino, companheiros aqui, num debate em Brasília junto com a Procuradora, um Procurador, aliás, eu questionava que as áreas em Rondônia, na Amazônia, que já estivessem sendo utilizadas, continuassem sendo utilizadas e que voltar a recuperar 80% da propriedade seria impossível, ou 50 como era a Lei. Esse Procurador disse o seguinte: *“A Lei tem que ser cumprida”*. Antes era 50% que tinha que ser recuperado. Aí eu disse para ele: *“Doutor, Vossa Excelência teria coragem de pegar 80% do seu salário e jogar para o meio ambiente, colocar no meio ambiente?”* *“Não, mas não é disso que eu estou falando”*. Eu disse para ele: *“É justamente disso que eu estou falando, porque quando o senhor pega uma propriedade de 10, 20, 30, 100 alqueires que está toda ela produzindo e volta a deixar essa área em reserva, isola uma área para que ela se torne reserva, é tirar 80% da renda desse produtor que está lá”*. Aí ele se calou, continuou dizendo que não era disso que a gente estava falando.

Amanhã nós estaremos aqui. Eu concedo aparte primeiro ao Deputado Ribamar e depois ao Deputado Adelino.

O Sr. Ribamar Araújo – Eu até peço desculpas porque eu não gosto de interromper o raciocínio do Orador.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Fique à vontade, meu nobre Deputado.

O Sr. Ribamar Araújo – Mas é que esse tema que Vossa Excelência está discutindo me causa tanta preocupação e indignação, e a coisa pior que existe é o cidadão que às vezes tem o poder de julgar a vida das pessoas ou dirigir a vida das

pessoas e julga alguma coisa sem o mínimo conhecimento da realidade. Essa declaração desse Procurador que Vossa Excelência está se referindo, nada mais é do que uma coisa perigosíssima, porque o cidadão dá uma declaração muitas vezes sem conhecer absolutamente nada da realidade amazônica, muitas vezes não sabe nem geograficamente onde se posiciona a Amazônia, e é corriqueiro na maioria do povo brasileiro que mora fora da Amazônia, e um cidadão desse não tem o mínimo conhecimento, mas prejudica muito quando ele dá uma declaração dessas. O Estado de Rondônia, todos nós sabemos que há 33, 34 anos era uma floresta intacta, não produzia nada e não representava nada para o PIB do Norte e o PIB do Brasil. Hoje, 33, 34, 35 anos depois, a floresta dando lugar à agricultura, à pecuária, que é a base do desenvolvimento de Rondônia, nós somos hoje um dos Estados mais fortes da Federação. Não vou aqui entrar em detalhes, em números, porque se torna desnecessário, mas vou citar simplesmente um dado que prova o que eu estou falando aqui neste momento. O Estado do Acre juntamente com o Estado de Roraima e o Estado do Amapá, juntos, eles não têm o PIB que Rondônia tem. Porque esse fator ecológico, essa pressão ecológica fez com que esses três Estados se tornassem praticamente improdutivos. E se nós encontramos na agricultura e na pecuária a base do nosso desenvolvimento, declaração como essa, desse juiz, nos causa um grande prejuízo. Esse criminoso de lesa-pátria chamado Fernando Henrique Cardoso foi o responsável por lançar essa Medida Provisória 2166, que isso não deixa de ter sido o tiro de misericórdia no desenvolvimento de Rondônia. Apesar de hoje nós termos já 35%, 40% desmatados, que torna o Estado de Rondônia um Estado pujante e um dos Estados mais bem posicionados no ranking da produção agrícola e pecuária do Brasil inteiro. Mas um cidadão desses, ele criou um problema seriíssimo para nós, e muitas vezes para atender pressões internacionais. Lançou uma Medida Provisória que prejudicou, de qualquer maneira, o nosso Estado e prejudicou toda a Amazônia.

Então, Deputado Lazinho, o que o senhor está falando aí é a pura realidade. E nós tivemos sorte ainda, porque nesse Código Florestal Brasileiro, que foi votado em 2013 e que deu um ordenamento jurídico, que deu uma segurança jurídica para os produtores rurais, nós devemos muito esse relatório a um grande brasileiro, o ex-Deputado Aldo Rebelo. Que eu lembro perfeitamente que aquele cidadão foi de uma sabedoria imensa, ele foi de um coração brasileiro, como todos os brasileiros têm. Porque ele estudou tudo que poderia estudar em nível de Brasil, não se preocupou com pressões internacionais que sofreu, com as pressões de ONGs que sofreu, com as pressões do seu próprio partido que ele sofreu, e fez um relatório exatamente em cima da realidade brasileira para atender os interesses verdadeiramente brasileiros.

Então, eu quero encerrar aqui, agradecendo, mais uma vez, ao senhor e pedindo desculpas por ter cortado o seu raciocínio. Muito obrigado.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – De forma nenhuma, nobre Deputado. Vossa Excelência faz engrandecer o pensamento e nos dá e nos traz mais conhecimento.

O Sr. Adelino Follador – Deputado, me permite um aparte?

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Deputado Adelino.

O Sr. Adelino da Folador – Eu quero parabenizá-lo, Deputado Lazinho, por esse seu pronunciamento, por esse tema tão importante, onde todos os agricultores estão preocupados e com certeza o senhor está falando da questão da preservação, todo serviço que é feito teve que ser pago por alguém. E nós temos que incentivar, inclusive para mais gente investir, para cuidar, mas para isso precisa incentivo, que é o pagamento. E como foi citado aqui pelo Deputado Ribamar e também o senhor citou, a questão que a lei se cumpre, então por quê? A Lei era 50% em Rondônia e tomaram, foi para 80%, tomaram 30%. É a mesma coisa que você assaltar a casa do indivíduo, chegar lá e falar: “*Olha, 30% da sua casa é minha*”. O Estado se apoderou. No passado, esse Código Florestal, eu concordo que o Deputado Rebelo tentou fazer, mas nós tínhamos um artigo que foi vetado pela Dilma, que as áreas consolidadas teriam que ser respeitadas. Ela vetou e o Congresso não teve coragem de derrubar o veto.

Então, as áreas consolidadas eram aonde já tinham derrubado, que já estava sendo explorado. Então, a meu ver, é uma emenda que foi vetada e o Congresso não derrubou. Aí o que é que aconteceu? Nós vamos ter por lei que quem derrubou a mais vai ter que preservar, sim. Vai ter que reflorestar ou comprar outra área para compensar. Eu mesmo estou comprando outra área para compensar aonde eu derrubei a mais. Agora, eu concordo, as APPs, todos teriam que recuperar, que são os córregos, a serra. Mas as áreas consolidadas que não estabelece na APP, o Código Florestal deveria ter respeitado. E também permanecer os 50%, que quando nós pegamos a terra, meu título definitivo veio dizendo que 50% tinha que preservar. E na época o lema era: “*Integrar para não entregar*.” E nós viemos até chamados pelo Governo federal, na época. Então têm que ser respeitadas as leis e a lei não pode retroagir para prejudicar. Ela só pode retroagir para favorecer. Então, foi inconstitucional. Até teve uma reunião da piscicultura em Ariquemes, onde teve uma grande discussão, onde o Deputado Moreira Mendes estava lá se vangloriando que conseguiu uma grande conquista no Código Florestal. Eu o questionei, falei: “*O que é que você conseguiu? Tomar 30% a mais das áreas aqui*”. Aí ele falou: “*Infelizmente, para salvar o Brasil, nós tivemos que lascar a região Norte*”. Ele mesmo falou. Então, a bancada federal, na época, dormiu e Rondônia pagou o pato do resto do Brasil. Obrigado.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Obrigado, nobre Deputado, só lembrando que o Veto da Presidente foi para propriedades acima de 900 hectares. De novecentos para baixo, tem um gradativo de recuperação. Dez por cento, vinte por cento, trinta para a agricultura familiar. Até 400 hectares tem esse gradativo de recuperação.

O Sr. Adelino Follador – Até quatro módulos.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Isso. Até quatro módulos, exatamente.

O Sr. Adelino Follador – Até duzentos e quarenta hectares.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Duzentos e quarenta hectares, exatamente.

O Sr. Adelino Follador – Mas ficou prejudicado porque a área já estava explorada.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Lembrando que nós vivemos em uma região que temos que ter responsabilidade ambiental. Eu não estou aqui dizendo que nós temos que destruir, aliás, eu quero aqui fazer uma denúncia, e aí eu estou fazendo um levantamento, inclusive, porque eu vejo aqui muitos comentários com relação aos madeireiros e eu aí, eu quero salientar e diferenciar o que é aquele empresário que tem responsabilidade e trabalha direitinho, com aquele que não trabalha. As ocupações, o que estão fazendo com as reservas na região de Cujubim e Machadinho, é um absurdo. É um absurdo, quando se fala que prenderam um caminhão de madeira lá no Mato Grosso, eu tenho certeza, tenho certeza de que parte daquela madeira, ela saiu de dentro das reservas. Ela saiu de dentro das reservas. Agora, a gente precisa ter noção de que não é ser ambientalista e nem ser destruidor, você tem que ser realista. Não dá para o cabra que mora lá em São Paulo ou que mora em Porto Velho estar jogando o esgoto aqui dentro dos córregos e estar o IBAMA ou a SEDAM multando os agricultores lá na propriedade porque ainda não fez a sua recuperação ou por ter desmatado um pedaço de terra de um alqueire para poder plantar um arroz para poder comer. Tem que ter um tratamento, tem que ter uma consciência disso. E é muito fácil, quando você imagina o custo que tem, e eu tenho isso levantado, posso, aliás, vou apresentar agora na reunião, na Audiência Pública que nós colocamos para amanhã, às duas horas da tarde, para discutir esse tema do pagamento do serviço ambiental, o custo que é para um agricultor isolar sua área, só para isolar, não é para plantar, só para isolar uma área para poder fazer a recuperação, sem contar que para isolar uma área tem que ser com uma cerca e uma cerca, você ainda não a faz, ainda não faz, se você não tiver madeira para fazer a cerca e aonde é que nós vamos tirar madeira para fazer a cerca? Se nós formos comprar os palanques de concreto, o custo é maior ainda, então, o que é que nós precisamos criar no Estado de Rondônia e dar exemplos. Existem alguns exemplos, algumas pequenas iniciativas no Brasil, de compensação para esses agricultores que fazem a sua parte com relação à preservação, principalmente da água. Ontem, nós discutimos a energia aqui, e aí me falaram que nós temos um sistema interligado e que o custo da energia ele é igual para todos porque o nosso sistema é interligado. Caramba, se não tem água para produzir energia em São Paulo, que é o maior consumidor do Brasil, e nós estamos pagando igual, nós não estamos pagando por eles? E não é por culpa deles que a energia está cara? Não é por culpa de má gestão e irresponsabilidade do Estado que deixou chegar ao ponto em que chegou? Agora, cobrar de quem mora na Amazônia? É muito fácil vir aqui e construir as Usinas como fizeram, de forma aleatória, de forma única e exclusiva pensada e colocada para a população de Rondônia e de Porto Velho, que Porto Velho iria ser um *push* de crescimento, a troca de quê? Para levar energia para o resto do Brasil e a gente estar pagando tarifa vermelha? E aí, quer que o produtor preserve a água, preserve a sua floresta, sem dar para ele compensação nenhuma? Nós estamos discutindo isso em nível de Brasil, tem mais de oito anos que a gente discute isso e não acha um consenso. Eu vejo as organizações internacionais ambientalistas

cobrando, mas por que nós não temos um projeto e fazer com que eles ao invés de cobrar, contribuam com esses agricultores? O mundo tem que contribuir com a Amazônia. O que tem aqui não é só água e mata, não. Aqui tem a riqueza do mundo todo, que está na Amazônia. Agora, querem que nós preservemos, de graça, sem pensar o custo que é uma propriedade com a tecnologia fraca, pouca tecnologia, mantenha uma família lá no campo podendo viver em cima de 2 ou 3 alqueires de terra, como é o INCRA fazendo assentamento com 11 alqueires de terra, e tendo que preservar 80% desses 11. É brincadeira. É tratar o agricultor, a família que está lá no campo, o jovem que hoje tem condições de, tendo tecnologia, sobreviver e viver com dignidade lá no campo, tratá-lo como destruidor da natureza. Eu não sou ambientalista, nem sou destruidor, volto a repetir, eu sou realista. Quem, ou nós levantamos a bandeira, Deputado Adelino, esta Casa e o Governo do Estado, crie um Projeto para fortalecer e para dar incentivo a esses agricultores e agricultoras que estão lá no campo para poder preservar, ou, infelizmente, nós vamos ter problemas muito sérios no futuro. E outra coisa, ou o Governo do Estado cumpre a função dele de fiscalizar, e aí eu quero dizer que o Governador Confúcio tem um sentimento muito sério com essa questão ambiental, mas que a SEDAM, o IBAMA vá fiscalizar, veja o que está acontecendo nas reservas extrativistas, mas que crie um Programa no Estado que possa fortalecer o agricultor e a agricultora, fortalecer a família lá, que vive lá no campo, para dar dignidade lá e consequentemente a nossa produção de alimentos, que principalmente vem da agricultura familiar possa estar cada vez mais sendo fortalecida lá no espaço de produção. Era isso o que eu tinha.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Muito obrigado, Deputado Lazinho. Agora, com a palavra o Deputado Adelino Follador.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Parabenizar o Deputado Lazinho pelas palavras, um tema super importante quando se trata da agricultura familiar e principalmente quando se briga por assentamento que vai entregar uma área, as áreas já exploradas, ninguém quer abrir mão, e se vai fazer assentamento na mata não pode derrubar nada, porque você pega 5 alqueires, 80% de pé, é uma coisa. Então, eu quero aqui parabenizar o Deputado Lazinho pelo seu pronunciamento em cima disso, desse tema tão importante.

Senhor Presidente, senhores Deputados, eu venho aqui à Tribuna porque eu acabei de receber um telefonema agora e eu não pude deixar de falar isso, mais um acidente aí na entrada de Alto Paraíso, e anteontem, na segunda-feira à noite, eu estava em Jaru, quando passei em Jaru, logo na saída de Jaru para Ariquemes, também um ônibus bateu em uma senhora e arrancou a perna, e acabou indo para o hospital e faleceu. Então, de Jaru até Itapuã, a empreiteira sumiu, desapareceu, e essa área, essa região da 364 acho que é a que mais está dando acidente. Foram 9 acidentes só esse mês, 9 mortes, e que se eu não me engano, pela estatística que eu vi da Polícia, são 22 acidentados. Então, nos trechos, a gente lamenta. Eu mais uma vez venho fazer um apelo ao DNIT, da irresponsabilidade do DNIT de Rondônia na 364, e esperamos que dêem resultado, resolvam essa situação, parece que a

empreiteira faliu, nós estamos muito preocupados com esses acidentes na BR-364.

Então, o DNIT de Rondônia, em todos os sentidos, e quando eu passo, eu canso de frisar, Deputado Ribamar, ali em Itapuã, depois de Itapuã até a Polícia Federal, aquele trajeto na entrada da Mineração, fizeram um canteiro, fizeram, parece que ali tem uma cidade, lá deve ser uma cidade de capivara, de paca, porque a gente não vê aí, porque não tem nada ali, a mineração fechou e estão gastando um dinheirão ali, quando deixam de fazer em locais necessários, não estou falando dentro de Itapuã, eu não estou falando dentro da entrada de Triunfo. Estou falando naquele trecho da Polícia Federal até Itapuã, um trecho ali na entrada da mineração que não precisava. Está ali à saída de Cacaúlândia que não tem ainda trevo, está ali o trevo de Ariquemes que não está concluído, ali as laterais também que parou.

Então, eu quero fazer um apelo ao DNIT, que se empenhe para resolver essa situação, que nós não temos como mais recuperar essas mortes, mas podemos evitar que tenham novos acidentes, que tenham novas mortes naquele trecho. Então, a minha indignação é nesse sentido. Também fazer um apelo a Secretária de Educação, nós já encaminhamos uma correspondência, uma indicação, para concluir a escola de Buritis, da Maria Bianco, a escola lá em Buritis, uma das maiores escolas, a quadra está parada, é Governo Federal, nós pedimos que a Secretária informe por que ainda não está concluído, foi interrompida essa reforma. E também a escola de Jacinópolis, que tem recurso federal, que foi pedido que a gente agilizasse a votação aqui na Assembleia, sob pena de perder o recurso. Nós, no mês passado, votamos e estamos pedindo da Secretária que ela resolva isso, inclusive dê a ordem de serviço lá, já estava programado, estava dependendo da agenda do Governador, mas do que jeito está nós temos medo que, inclusive, perca esse recurso.

Então eu estou pedindo à Secretária que informe para que defina aqui, eu recebo o telefonema toda semana lá daquela região, lá de Jacinópolis. Então, quero deixar aqui registrado esse fato, mas principalmente a questão do DNIT é muito grave, eu vi esses dias o responsável do DNIT de Rondônia falando na televisão, cheio de razão, estão aí os viadutos e a gente não vê nada. Parece que o DNIT de Rondônia é o pior que existe no País, porque a gente anda pelo restante do Brasil, quando a gente vai, passa por todos os Estados, a gente não vê a situação igual à de Rondônia. Os acostamentos, um pedaço fez, outro pedaço não fez, e um trecho está trabalhando, outro trecho não está trabalhando. Quero deixar aqui esse meu protesto. Obrigado.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Obrigado, Deputado Adelino Follador. Encerrado o Grande Expediente.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Sr. Presidente, Questão de Ordem, só em cima do que o Deputado Adelino colocou. Deputado, nós precisamos, acho que precisamos fazer uma ação bastante forte no DNIT, porque essa BR vai matar muita gente agora no período da seca. Vossa Excelência tem razão em estar cobrando do Governo Federal, é o meu Governo, é o Governo da Presidente Dilma, mas ou nós tomamos providência aqui no Estado ou o DNIT não vai realizar nem tapa-buraco nessa BR e onde ela arrancou o asfalto está todo destruído.

Para quem vai para o interior todo dia, sabe a situação que está passando e o perigo que está passando, inúmeros carros com pneu furado, carros quebrados na BR, principalmente naquele trecho de Ariquemes até Jaru, que é onde arrancaram o asfalto e não fizeram. Eu acho que...

O SR. ADELINO FOLLADOR - Essa empreiteira que abandonou, me falaram que ela faliu, mas o DNIT tem ver para colocar outra empreiteira.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Tem que nos dar um posicionamento, eu acho que, eu não sei se hoje dá tempo, mas amanhã de manhã talvez dar um pulo lá no DNIT para a gente ver isso, se Vossa Excelência estiver aqui a gente dá um pulo lá, porque é um interesse nosso, mas...

O SR. ADELINO FOLLADOR – Não sei se o senhor viu, mas anteontem à noite morreu aquela menina que inclusive trabalha na TV Candelária, antiga Candelária, Record. E foi dramático, eu passei lá na hora e é uma coisa terrível. E agora acabou, se o senhor entrar na internet o senhor vai ver a entrada de Alto Paraíso, outro acidente gravíssimo naquela curva porque não concluiu o trabalho, está lá o trabalho sem concluir e acontece esse acidente.

Quero registrar também aqui na saída de Candeias, aqueles agentes penitenciários que morreram ali, 3 morreram e 2 estão gravemente no Hospital, também ali quando termina o canteiro aí faz uma curva, eles não deram conta de fazer a curva e bateu na carreta que vinha de lá para cá. Então, ali era dois metros de asfalto ou mais para direita que evitava e todas as pessoas que passam ali já tiveram vários acidentes, parece que os engenheiros, o DNIT de Rondônia, eu estou indignado, parece que só faz besteira. O quê investiu nessa ponte aqui? E esqueceu que tinha que fazer uma iluminação na ponte e agora não deixaram nem o local que tinha de fazer iluminação, tudo, olha o dinheiro que foi investido aí? Esqueceram de fazer, é uma coisa que não tem explicação, como é que o engenheiro que fez não lembrou que tinha a iluminação, que leito do rio não tem lâmpada, tinha que colocar uma iluminação, aí o pessoal está assaltando em cima da ponte. Então, tudo que é feito em Rondônia parece que é feito pela metade ou mal feito. Ali na região de Itapuã quanto asfalto novo que já está emendando, a qualidade o senhor falou muito bem, a qualidade do serviço quando não é feito, não é feito e a qualidade daquele que é feito é péssima. É lamentável, mas eu acho que é...

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – E aí nós temos responsabilidade, porque somos os representantes do povo neste Estado.

O SR. ADELINO FOLLADOR – É, mas da bancada federal, que se trata de um órgão federal. Mas nós temos a tribuna que nós podemos cobrar, eu fiquei sabendo esses dias que os Deputados e Senadores sempre acompanham as nossas Sessões e espero que a gente esteja dando o recado para eles. Obrigado.

O SR. SÓ NA BENÇA – Sr. Deputado Adelino, Deputado Lazinho da Fetagro, eu não consigo entender essa questão da BR-364, eu não sei por quê o Estado de Rondônia sofre tanto com essas estradas, porque se você passar de Vilhena para lá, você vai

ver o quanto que aquelas BRs do Mato Grosso são bem arrumadas, as empresas que ganharam aquela Licitação, e que vêm fazendo aquele trabalho ali, elas, por exemplo, se você passar hoje lá e tem um buraco, daqui a três dias você passa e já não está aquele buraco lá mais. Então, eu acho que tanto nós aqui nesta Casa de Leis quanto os nossos colegas que são federais, Deputado federal, Senador, a gente precisa sentar para que a gente possa ver o porquê acontece isso aqui no Estado de Rondônia. Por exemplo, tem uma região no trecho daqui para Pimenta Bueno que ninguém consegue entender, Deputado Neidson, viajar de noite, de tanto buraco que tem. De Pimenta para lá, uns 20 quilômetros, tem vários buracos, e a empresa vai lá, faz o tapa-buraco, tem lugares que até joga terra.

Então, eu acho que nós precisamos agilizar urgentemente, convocar os nossos amigos e colegas que são Deputados Federais, Senadores para que nós possamos fazer aqui no Estado de Rondônia uma Audiência Pública sobre esse caso. Uma Audiência Pública, que aí vamos sentar, tanto os Deputados Federais, Governo do Estado, Secretário do DER, Deputados Estaduais e a população para que a gente possa discutir esses assuntos, isso é muito importante. Muito obrigado.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) - Obrigado, Deputado Só Na Bença. Encerrado o Grande Expediente, passamos às Comunicações de Lideranças. E não havendo Oradores inscritos, passamos à Ordem do Dia.

Solicito ao senhor Secretário que proceda à leitura das proposições recebidas.

O SR. SÓ NA BENÇA (Secretário *ad hoc*) – Procede à leitura das proposições recebidas.

APRESENTAÇÃO DE MATÉRIAS

- PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DA MESA DIRETORA. Altera a Tabela 5, anexo I da Lei Complementar nº 730, de 30 de setembro de 2013.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO LÉO MORAES. Requer Sessão Solene em homenagem ao Dia do Professor.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ALEX REDANO. Requer ao senhor Corregedor Geral do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Desembargador Daniel Ribeiro Lagos, informações quanto a existência de alguma providência por parte da Corregedoria Geral em relação à revisão ou alteração do inserto nas alíneas “a” e “b” do inciso II, do parágrafo 2º do artigo 2º da Lei Estadual nº 2271/2012, em vista de o aludido dispositivo não guardou obediência ao pactuado na Ata de Reunião para definição de circunscrição dos Cartórios de Imóveis da Comarca de Ariquemes, datada de 10 de setembro de 2011.

O SR. LÉO MORAES (Secretário *ad hoc*)- Procede à leitura das proposições recebidas.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO MARCELINO TENÓRIO. Indica ao Poder Executivo, com cópia à Associação de Assistência Técnica e Extensão Rural, EMATER, a necessidade da realização

de um Mutirão para regularização de documentos dos produtores rurais dos Distritos de Tarilândia e Jaru-Uaru, no município de Jaru.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO ADELINO FOLLADOR.** Indica ao Governo do Estado, com cópia ao DER, a necessidade urgente da recuperação da Ponte sobre o rio Pardo, na RO-140, que liga o Distrito de Colina Verde ao município de Cacaulândia.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO ÁELCIO DA TV.** Indica ao Governador do Estado de Rondônia com cópia para o DER, Departamento de Estradas de Rodagem e Infraestrutura de Serviços Públicos, a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Bernardo Simeão entre as ruas Percy Holder e Tomás Edison, no Bairro Cidade Nova, nesta Capital.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO ÁELCIO DA TV.** Indica ao Governador do Estado de Rondônia, com cópia para o DER, Departamento de Estradas de Rodagem e Infraestrutura de Serviços Públicos, a necessidade de pavimentação asfáltica na Avenida Meridional, no trecho próximo à Rua Brilhante, Bairro Cidade Nova, nesta Capital.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO ÁELCIO DA TV.** Indica ao Governador do Estado de Rondônia, com cópia para o DER, Departamento de Estradas de Rodagem e Infraestrutura e Serviços Públicos, a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Samuel Freitas, entre as ruas Rio Brilhante e Percy Holder, no Bairro Cidade Nova, nesta Capital.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO ÁELCIO DA TV.** Indica ao Governador do Estado de Rondônia, com cópia para o DER – Departamento de Estradas de Rodagem, Infraestrutura e Serviços Públicos, a necessidade de Pavimentação Asfáltica na Rua Leopoldo Peres, Bairro Cidade Nova, nesta Capital.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO ÁELCIO DA TV.** Indica ao Governador do Estado de Rondônia, com cópia para o DER – Departamento de Estradas de Rodagem, Infraestrutura e Serviços Públicos, a necessidade de Pavimentação Asfáltica na Rua Mister Mackenzie, Bairro Cidade Nova, nesta Capital.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO ÁELCIO DA TV.** Indica ao Governador do Estado de Rondônia, com cópia para o DER – Departamento de Estradas de Rodagem, Infraestrutura e Serviços Públicos, a necessidade de Pavimentação Asfáltica na Rua Rio Brilhante, Bairro Cidade Nova, nesta Capital.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO ÁELCIO DA TV.** Indica ao Governador do Estado de Rondônia, com cópia para o DER – Departamento de Estradas de Rodagem, Infraestrutura e Serviços Públicos, a necessidade de Pavimentação Asfáltica na Rua Luis Sena, Bairro Cidade Nova, nesta Capital.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO ÁELCIO DA TV.** Indica ao Governador do Estado de Rondônia, com cópia para o DER – Departamento de Estradas de Rodagem, Infraestrutura e Serviços Públicos, a necessidade de Pavimentação Asfáltica na Rua Mamba, Bairro Cidade Nova, nesta Capital.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO ÁELCIO DA TV.** Indica ao Governador do Estado de Rondônia, com cópia para o DER – Departamento de Estradas de Rodagem, Infraestrutura e Serviços Públicos, a necessidade de Pavimentação Asfáltica na Rua Galdino Moreira, Bairro Cidade Nova, nesta Capital.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO ÁELCIO DA TV.** Indica ao Governador do Estado de Rondônia, com cópia para o DER – Departamento de Estradas de Rodagem, Infraestrutura e Serviços Públicos, a necessidade de Pavimentação Asfáltica na Rua Caterina Gomes, Bairro Cidade Nova, nesta Capital.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO ÁELCIO DA TV.** Indica ao Governador do Estado de Rondônia, com cópia para o DER – Departamento de Estradas de Rodagem, Infraestrutura e Serviços Públicos, a necessidade de Pavimentação Asfáltica na Rua Chico Mendes, entre as Ruas Percy Holder e Mamba, Bairro Cidade Nova, nesta Capital.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO ÁELCIO DA TV.** Indica ao Governador do Estado de Rondônia, com cópia para o DER – Departamento de Estradas de Rodagem, Infraestrutura e Serviços Públicos, a necessidade de Pavimentação Asfáltica na Rua Cabo Lira, Bairro Cidade Nova, nesta Capital.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO ÁELCIO DA TV.** Indica ao Governador do Estado de Rondônia, com cópia para o DER – Departamento de Estradas de Rodagem, Infraestrutura e Serviços Públicos, a necessidade de Pavimentação Asfáltica na Rua Luís Borges, entre Ruas Magno Arsolino e Samuel Freitas, no Bairro Cidade Nova, nesta Capital.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO ÁELCIO DA TV.** Indica ao Governador do Estado de Rondônia, com cópia para o DER – Departamento de Estradas de Rodagem, Infraestrutura e Serviços Públicos, a necessidade de Pavimentação Asfáltica na Rua Pastor Leonardo, entre Ruas Magno Arsolino e Samuel Freitas, no Bairro Cidade Nova, nesta Capital.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES.** Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transporte – DER, que determine a adoção de medidas necessárias para a pavimentação asfáltica da Rua Luiz de Camões, no trecho entre as Ruas Daniela e Canal, Bairro Aponiã, no Município de Porto Velho – Rondônia.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES.** Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transporte – DER, que determine a adoção de medidas necessárias para a pavimentação asfáltica da Rua Mato Grosso, no trecho entre a Av. dos Imigrantes e Estrada da Penal, Bairro Aponiã, no Município de Porto Velho – Rondônia.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES.** Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transporte – DER, que determine a adoção de medidas necessárias para a pavimentação asfáltica da Rua Enrico Caruso, no trecho entre a Rua Daniela e Av. Mamoré, Bairro Aponiã, no Município de Porto Velho – Rondônia.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES.** Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transporte – DER, que determine a adoção de medidas necessárias para a pavimentação asfáltica da Rua Tabiana, no trecho entre a Rua Paulo Fortes ao final da Rua, Bairro Aponiã, no Município de Porto Velho – Rondônia.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES.** Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transporte – DER, que determine a adoção de medidas necessárias para a pavimentação asfáltica da Rua Paulo Fortes, no trecho entre as Ruas Consagração e Caetano Donizete, Bairro Aponiã, no Município de Porto Velho – Rondônia.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES.** Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transporte – DER, que determine a adoção de medidas necessárias para a pavimentação asfáltica da Rua Antônio Vivaldi, no trecho entre a Rua Daniela e Av. Mamoré, Bairro Aponiã, no Município de Porto Velho – Rondônia.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES.** Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transporte – DER, que determine a adoção de medidas necessárias para a pavimentação asfáltica da Rua Francisco Manoel da Silva, no trecho entre as Ruas Daniela e Canal, Bairro Aponiã, no Município de Porto Velho – Rondônia.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES.** Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transporte – DER, que determine a adoção de medidas necessárias para a pavimentação asfáltica da Rua Veleiros, no trecho entre as Ruas Daniela e Canal, Bairro Aponiã, no Município de Porto Velho – Rondônia.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES.** Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transporte – DER, que determine a adoção de medidas necessárias para a pavimentação asfáltica da Rua Jerônimo Ornelas, no trecho entre as Ruas Daniela e Canal, Bairro Aponiã, no Município de Porto Velho – Rondônia.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES.** Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transporte – DER, que determine a adoção de medidas necessárias para a pavimentação asfáltica da Rua do Ouro, no trecho entre as Ruas Alba e Nunes Machado, Bairro Aponiã, no Município de Porto Velho – Rondônia.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES.** Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia, com cópia

ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transporte – DER, que determine a adoção de medidas necessárias para a pavimentação asfáltica da Rua Alba, no trecho entre a Av. dos Imigrantes e Estrada da Penal, Bairro Aponiã, no Município de Porto Velho – Rondônia.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES.** Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes – DER, que determine a adoção de medidas necessárias para a pavimentação asfáltica da Rua Nunes Machado, no trecho entre a Estrada da Penal e Rua Prof. Gilberto, Bairro Aponiã, no Município de Porto Velho – Rondônia.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES.** Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes – DER, que determine a adoção de medidas necessárias para a pavimentação asfáltica da Rua Ouro Preto, no trecho entre a Linha da Eletronorte e Av. Imigrantes, Bairro Aponiã, no Município de Porto Velho – Rondônia.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES.** Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes – DER, que determine a adoção de medidas necessárias para a pavimentação asfáltica da Rua Andréia, no trecho entre a Estrada da Penal e Av. Imigrantes, Bairro Aponiã, no Município de Porto Velho – Rondônia.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES.** Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes – DER, que determine a adoção de medidas necessárias para a pavimentação asfáltica da Rua Canto Grande, no trecho entre a Av. dos Imigrantes e Linha da Eletronorte, Bairro Aponiã, no Município de Porto Velho – Rondônia.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES.** Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes – DER, que determine a adoção de medidas necessárias para a pavimentação asfáltica da Rua Joaquina, no trecho entre a Av. dos Imigrantes e Linha da Eletronorte, Bairro Aponiã, no Município de Porto Velho – Rondônia.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES.** Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes – DER, que determine a adoção de medidas necessárias para a pavimentação asfáltica da Rua Camboriú, no trecho entre a Av. dos Imigrantes e Linha da Eletronorte, Bairro Aponiã, no município de Porto Velho – Rondônia.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES.** Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes – DER, que determine a adoção de medidas necessárias para a pavimentação asfáltica da Rua Sampa, no trecho entre a

Avenida dos Imigrantes e a Linha da Eletronorte, Bairro Aponiã, no município de Porto Velho – Rondônia.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES.** Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes – DER, que determine a adoção de medidas necessárias para a pavimentação asfáltica da Rua Antônio Maria Valença, no trecho entre as Ruas Daniela e Caetano Donizete, Bairro Aponiã, no município de Porto Velho – Rondônia.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES.** Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes – DER, que determine a adoção de medidas necessárias para a pavimentação asfáltica da Av. dos Imigrantes, no trecho entre as Ruas Daniela e Canal, Bairro Aponiã, no município de Porto Velho – Rondônia.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES.** Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes – DER, que determine a adoção de medidas necessárias para a pavimentação asfáltica da Rua Sérgio Carvalho, no trecho entre a Rua Caetano Donizete e Av. Calama, Bairro Aponiã, no município de Porto Velho – Rondônia.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES.** Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes – DER, que determine a adoção de medidas necessárias para a pavimentação asfáltica da Rua São Miguel, no trecho entre as Ruas Juventus e Anari, Bairro Eldorado, no município de Porto Velho – Rondônia.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES.** Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes – DER, que determine a adoção de medidas necessárias para a pavimentação asfáltica da Rua Anubis, no trecho entre as Ruas Juventus e Anari, Bairro Eldorado, no município de Porto Velho – Rondônia.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES.** Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes – DER, que determine a adoção de medidas necessárias para a pavimentação asfáltica da Rua Juventus, no trecho entre as Ruas Pau Ferro e Araras, Bairro Eldorado, no município de Porto Velho – Rondônia.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES.** Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes – DER, que determine a adoção de medidas necessárias para a pavimentação asfáltica da Rua Juventus, no trecho entre as Ruas Rajá e Aquariquara, Bairro Eldorado, no município de Porto Velho – Rondônia.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES.** Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes – DER, que determine a adoção de medidas necessárias para a pavimentação asfáltica da Rua Rio Preto, no trecho entre as Ruas Juventus e Vitória Régia, Bairro Eldorado, no município de Porto Velho – Rondônia.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES.** Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes – DER, que determine a adoção de medidas necessárias para a pavimentação asfáltica da Rua São Francisco Braga, no trecho entre a Avenida Guaporé ao final da Rua, Bairro Igarapé, no município de Porto Velho – Rondônia.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES.** Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes – DER, que determine a adoção de medidas necessárias para a pavimentação asfáltica da Rua Santo Ângelo, no trecho entre as Ruas Leda Freitas e Pablo Picasso, Bairro Igarapé, no município de Porto Velho – Rondônia.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES.** Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes – DER, que determine a adoção de medidas necessárias para a pavimentação asfáltica da Rua Santo Amaro, no trecho entre as Ruas Ananias F. de Andrade e Inglaterra, Bairro Igarapé, no município de Porto Velho – Rondônia.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES.** Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes – DER, que determine a adoção de medidas necessárias para a pavimentação asfáltica da Rua Elsie Brandão, no trecho entre a Rua Fábria e Av. Calama, Bairro Igarapé, no município de Porto Velho – Rondônia.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES.** Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes – DER, que determine a adoção de medidas necessárias para a pavimentação asfáltica da Rua Inglaterra, no trecho entre as Ruas Leda Freitas e Av. Pinheiro Machado, Bairro Igarapé, no município de Porto Velho – Rondônia.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES.** Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes – DER, que determine a adoção de medidas necessárias para a pavimentação asfáltica da Rua Vaticano, no trecho entre as Ruas Coimbra e Av. Pinheiro Machado, Bairro Igarapé, no município de Porto Velho – Rondônia.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES.** Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes – DER, que determine a adoção de medidas necessárias para a

pavimentação asfáltica da Rua Caetano, no trecho entre as Ruas Tamareira e Sorocaba, Bairro Caladinho, no município de Porto Velho – Rondônia.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES.** Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes – DER, que determine a adoção de medidas necessárias para a pavimentação asfáltica da Rua Alzira Belém, no trecho entre as Ruas Nova Esperança e Jaú, Bairro Caladinho, no município de Porto Velho – Rondônia.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES.** Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes – DER, que determine a adoção de medidas necessárias para a pavimentação asfáltica da Rua Costa Marquês, no trecho entre as Ruas Geraldo Siqueira e Jaú, Bairro Caladinho, no município de Porto Velho – Rondônia.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES.** Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes – DER, que determine a adoção de medidas necessárias para a pavimentação asfáltica da Rua Curitiba, no trecho entre as Ruas Algodoeiro e JK, Bairro Caladinho, no município de Porto Velho – Rondônia.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES.** Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes – DER, que determine a adoção de medidas necessárias para a pavimentação asfáltica da Rua Benedito Inocêncio, no trecho entre as Ruas União e Canal, Bairro Socialista, no município de Porto Velho – Rondônia.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES.** Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes – DER, que determine a adoção de medidas necessárias para a pavimentação asfáltica da Rua Frei Caneca, no trecho entre as Ruas União e Canal, Bairro Socialista, no município de Porto Velho – Rondônia.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES.** Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes – DER, que determine a adoção de medidas necessárias para a pavimentação asfáltica da Rua Beco da Lapa, no trecho entre as Ruas União e Plácido de Castro, Bairro Socialista, no município de Porto Velho – Rondônia.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES.** Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes – DER, que determine a adoção de medidas necessárias para a

pavimentação asfáltica da Rua Larimar, no trecho entre as Ruas União e Canal, Bairro Socialista, no município de Porto Velho – Rondônia.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES.** Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes – DER, que determine a adoção de medidas necessárias para a pavimentação asfáltica da Rua Tijuca, no trecho entre as Ruas União e Canal, Bairro Socialista, no município de Porto Velho – Rondônia.

O Deputado Lazinho da Fetagro, que tenho muito carinho, que tem residência e domicílio eleitoral em Jaru e região e adjacências, está me questionando se vai sobrar asfalto para o município dele. Eu espero que sim, Deputado, que o Governador fez compromisso também com Porto Velho, fez conosco, na minha frente e nós vamos cobrar insistentemente que ele asfalte todas essas ruas que foram mencionadas, que esse é o compromisso do Governador. Nós temos um projeto, um programa de 150 quilômetros de asfalto só por parte do Governo estadual, do Executivo para o município de Porto Velho.

Estão lidas as proposições, Deputado Dr. Neidson.

O SR. Dr. NEIDSON (Presidente) – Obrigado, Secretário.

Quero convidar todos os Deputados que se encontram em seus gabinetes que temos matérias para votar e que possam vir aqui ao Plenário.

Solicito ao senhor secretário que proceda à leitura das matérias a serem apreciadas.

O SR. LÉO MORAES (Secretário *ad hoc*) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO LÉO MORAES. Requer Sessão Solene em Homenagem ao Dia do Professor.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso das suas atribuições legais e observando as formalidades regimentais, requer à Mesa Diretora que seja aprovada a realização de Sessão Solene no dia 15 de outubro de 2015, às 09 horas, no Plenário desta Casa Legislativa, para homenagear os profissionais da Educação pela passagem do Dia do Professor.

Plenário das Deliberações, 30 de outubro.

Léo Moraes, Deputado Estadual.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Em discussão e votação o Requerimento do Deputado Léo Moraes. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, Senhor Secretário.

O SR. LÉO MORAES (Secretário *ad hoc*) – Gostaria, Senhor Presidente, de verificar Quórum no nosso Plenário.

O SR. Dr. NEIDSON (Presidente) – Neste momento, vou proceder, nos termos regimentais, à Verificação de Quórum. Peço aos senhores que registrem suas presenças para a verificação de quórum e quem não registrar vai ficar com faltas.

VERIFICAÇÃO DE QUÓRUM

- Deputado Adelino Follador	- ausente
- Deputado Aécio da TV	- presente
- Deputado Airton Gurgacz	- ausente
- Deputado Alex Redano	- presente
- Deputado Cleiton Roque	- ausente
- Deputado Dr. Neidson	- presente
- Deputado Edson Martins	- ausente
- Deputado Ezequiel Júnior	- ausente
- Deputada Glaucione	- ausente
- Deputado Hermínio Coelho	- presente
- Deputado Jean Oliveira	- presente
- Deputado Jesuíno Boabaid	- ausente
- Deputado Laerte Gomes	- presente
- Deputado Lazinho da Fetagro	- presente
- Deputado Lebrão	- ausente
- Deputado Léo Moraes	- presente
- Deputada Lúcia Tereza	- ausente
- Deputado Luizinho Goebel	- ausente
- Deputado Marcelino Tenório	- ausente
- Deputado Maurão de Carvalho	- presente
- Deputado Ribamar Araújo	- presente
- Deputada Rosângela Donadon	- ausente
- Deputado Saulo Moreira	- presente
- Deputado Só Na Bença	- presente

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Cadê o pessoal do PMDB? Pelo amor de Deus, só está o Deputado Só na Bença. Como é que pode um negócio desses?

O SR. LÉO MORAES – A oposição mais uma vez salvando o Governo.

O SR. LAERTE GOMES – Se não é esta Casa, a base do Presidente da Casa, Deputado Maurão estar presente, não votava nada.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – A base do Governo está aqui.

O SR. LAERTE GOMES – A base do Governo esvazia esse Plenário.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Está faltando mais aqui. A base do Governo está aqui, calma aí.

O SR. LAERTE GOMES - Sr. Presidente, coloque falta, quando não há justificativa. A base do Presidente que está aqui dando quórum nesta Casa, ontem foi assim e hoje é assim mais uma vez.

O SR. SÓ NA BEÇA – Eu quero, como Líder do PMDB nesta Casa, eu quero pedir a presença da Deputada Rosângela para vir juntamente conosco dar quórum, porque me parece que o Deputado Edson Martins não se encontra.

O SR. LAERTE GOMES – Quem falou, Deputado Só na Bença, foram seus colegas de bancada do PT.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Convoco o vice-líder do Governo também para ele chegar aqui, o líder do Governo, pelo amor de Deus. Como é que o PT vai segurar sozinho, não é, Deputado Ribamar? Não tem jeito.

O SR. LÉO MORAES – Deputado Lazinho, vamos convocar a bancada feminina que sempre abrilhanta e embeleza este Plenário. Vamos chamá-las. Deputada Rosângela, a belíssima Deputada Glaucione e a decana deste Parlamento, Deputada Lúcia Tereza.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Vamos convidar os Deputados Adelino, Airton Gurgacz, Deputado Cleiton Roque. O Deputado Edson e Deputado Ezequiel não se encontram aqui no Estado.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – O Líder da oposição também não está aí não, que é o Deputado Jesuíno.

O SR. LÉO MORAES – Ele está na Casa Civil.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Mas ele não está aqui, eu estou falando aqui.

O SR. LÉO MORAES – O Líder da oposição está na Casa Civil. Eu não sei não se é oposição.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO - Com essa denúncia, acabou a oposição. Oposição destruída. Deputado Léo Moraes para defender a oposição está uma catástrofe.

O SR. LAERTE GOMES - É melhor encerrar a Sessão, Sr. Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Eu queria só colocar, está faltando um voto para dar? Nós estamos aqui, nem o líder, nem o vice-líder do Governo estão aqui. Por isso que eu digo, esse...

O SR. LÉO MORAES – Eu já pedi a verificação do quórum ao Presidente.

O SR. LAERTE GOMES – Deputado Léo Moraes, Deputado Hermínio, eu queria, a partir de terça-feira, nós da base do meio, quando tiver quórum, nós vamos sair para deixar sem dar quórum quando tiver as matérias de interesse do Governo para votar aí. Porque hoje as matérias estão aí. É da Casa, então temos que agir da mesma forma. A partir de terça-feira, tem matéria aí, se a gente vê que a nossa saída derruba o quórum, nós vamos fazer isso. Agora, quando tem matéria de interesse dos Deputados, não tem ninguém aqui.

O SR. LÉO MORAES – É verdade, usar a mesma medida, já que as atuação parlamentar ela se embasa justamente pelo comportamento dentro do Plenário, por não termos quórum, eu gostaria de solicitar ao Presidente o encerramento da Sessão, com as faltas logicamente para os ausentes.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Por não termos o quórum, vamos dar por encerrada esta Sessão.

O SR. LAERTE GOMES – Eu gostaria, Senhor Presidente, antes de Vossa Excelência encerrar, que as sessões se estendessem até quinta-feira. Na terça, quarta e quinta, porque é um absurdo Sessão terça e quarta-feira não dar quórum.

O SR. LÉO MORAES – Concordo com o Deputado.

O SR. DR. NEIDSON (Presidente) – Não havendo quórum, encerrada a Ordem do Dia. Passamos às Comunicações Parlamentares. Não há Oradores inscritos. Encerradas as Comunicações Parlamentares. Não há Oradores inscritos.

Nada mais havendo a tratar, invocando a proteção de Deus e antes de encerrar a presente Sessão convoco Sessão Ordinária para o dia 06 de outubro, às 15 horas.

Está encerrada esta Sessão.

(Encerra-se esta Sessão às 10 horas e 56 minutos)

SUP. DE RECURSOS HUMANOS**ATO Nº 305/2015-SRH/D/P/ALE**

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013,

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias no período de 08 a 10/10/2015 ao servidor relacionado como motorista para transportar os servidores que irão participar do encerramento e entrega de certificados dos cursos ministrado no município de Machadinho D'Oeste - RO, conforme Processo nº. 13481/2015-83.

Matricula	Nome	Cargo	Lotação
200160528	Jaime de Souza Lima	Ast. Técnico	Gab. da Presidência

Porto Velho - RO, 08 de Outubro de 2015.

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº 306/2015-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013,

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias no período de 08 a 10/10/2015 aos servidores relacionados para participarem do encerramento e entrega de certificados de conclusão de cursos ministrado no município de Machadinho D'Oeste - RO, conforme Processo nº. 13481/2015-83.

Matricula	Nome	Cargo	Lotação
200161547	Lucimar Chaves de Santana	Ast. Parlamentar	Gab. da Presidência
200160526	Edilson Oliveira Neves	Assessor Parlamentar	Gab. da Presidência
200160530	Renato Rodrigues da Costa	Assessor Técnico	Gab. da Presidência

Porto Velho - RO, 08 de Outubro de 2015.

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº 307/2015-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013,

RESOLVE:

Conceder 05 (cinco) diárias no período de 13 a 17/10/2015 aos servidores relacionados para acompanharem a fiscalização da vistoria dos imóveis locados nos municípios de Ji-Paraná, Cacoal, São Francisco do Guaporé e Rolim de Moura - RO, conforme Processo nº. 13487/2015-87.

Matricula	Nome	Cargo	Lotação
200160377	Maria Marilu do R de B. Silveira	Secret. Geral Adjunto	Gab. da Secret. Geral
200161692	Celio Jacientick Pimenta	Assessor Técnico	Gab. da Secret. Geral
200161185	Sabrina de Melo Carneiro	Assessor Técnico	Dept. Engenharia

Porto Velho - RO, 09 de Outubro de 2015.

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº 308/2015-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013,

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias no período de 13 a 15/10/2015 ao servidor relacionado que irá prestar assessoria técnica e parlamentar ao Deputado Estadual Dr. Neidson, na Mobilização da PEC Nº 47/2012 no Congresso Nacional na cidade de Brasília - DF, conforme Processo nº. 13468/2015-74.

Matricula	Nome	Cargo	Lotação
100007668	David Santos Casseb	Técnico Legislativo	Dep.Dr.Neidson

Porto Velho - RO, 09 de Outubro de 2015.

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº 309/2015-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013,

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias no período de 13 a 15/10/2015 ao Deputado Estadual EDSON MARTINS DE PAULA, matricula nº 200146648 que irá representar o Excelentíssimo Senhor Presidente desta Casa Legislativa na Câmara Federal para acompanhar a Mobilização para votação da PEC Nº 47/2012, na cidade de Brasília - DF, conforme Processo nº. 13478/2015-81.

Porto Velho - RO, 09 de Outubro de 2015.

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº 310/2015-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013,

RESOLVE:

Conceder 02 (duas) diárias no período de 15 a 16/10/2015 ao servidor relacionado que irá conduzir os servidores do Departamento de Cerimonial desta Casa Legislativa, que iram adequar as instalações para realização de Audiência Pública, no Distrito de União Bandeirantes - RO, conforme Processo nº. 13472/2015-77.

Matricula	Nome	Cargo	Lotação
200161038	Alexandro Luiz Filipini	Ast. Técnico	Dep. Logística

Porto Velho - RO, 09 de Outubro de 2015.

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº 313/2015-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013,

RESOLVE:

Conceder 05 (cinco) diárias no período de 13 a 17/10/2015 a servidora relacionada para acompanhar a fiscalização da vistoria dos imóveis locados nos municípios de Ji-Paraná, Cacoal, São Francisco do Guaporé e Rolim de Moura - RO, conforme Processo nº. 13543/2015-23.

Matricula	Nome	Cargo	Lotação
100019572	Iarlei de Jesus Ribeiro	Chefe de Divisão	Esc. Legislativo

Porto Velho - RO, 09 de Outubro de 2015.

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

DEPARTAMENTO LEGISLATIVO

ATO Nº 017-A/2015-P/ALE

Prorroga prazo de Comissão Temporária Especial que menciona.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso XIII do § 1º do Art. 14 c/c o artigo 32, todos do Regimento Interno, e em conformidade com o Requerimento nº 248/15, aprovado na Sessão Plenária do dia 16/09/2015,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, o prazo da Comissão Temporária Especial destinada a proceder levantamento, bem como fiscalizar as concessões para as empresas que fabricam placas, bem como as concessões para empresas que atuam na atividade de estampagem de placas de veículos, concedidas pelo Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN.

Art. 2º. Este Ato entra em vigor na data da sua assinatura.

Gabinete da Presidência, 17 de setembro de 2015.

Deputado MAURÃO DE CARVALHO
Presidente – ALE/RO

ATO Nº 019/2015-P/ALE

Prorroga prazo de Comissão Temporária Especial que menciona.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso XIII do § 1º do Art. 14 c/c o artigo 32, todos do Regimento Interno, e em conformidade com o Requerimento nº 281/15, aprovado na Sessão Plenária do dia 06/10/2015,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, o prazo da Comissão Temporária Especial destinada a acompanhar a liberação dos planos de manejo e a organização do setor madeireiro do Estado.

Art. 2º. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Presidência, 8 de outubro de 2015.

Deputado MAURÃO DE CARVALHO
Presidente – ALE/RO

ATO Nº 020/2015-P/ALE

Constitui e nomeia os membros da Comissão Temporária Especial destinada a apurar os constantes apagões de energia elétrica no âmbito do Estado de Rondônia.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO, no uso de suas atribuições regimentais, em consonância com o Requerimento nº 264, lido e aprovado na sessão plenária de 29 de setembro de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º. Constituir, nos termos dos artigos 30, 31 e 32 do Regimento Interno, a Comissão Temporária Especial, composta de 5 (cinco) membros e com prazo de funcionamento de 60 (sessenta) dias, destinada a apurar os constantes apagões de energia elétrica no âmbito do Estado de Rondônia.

Art. 2º. Nomear, para compor como titulares da referida Comissão, os seguintes Deputados: Hermínio Coelho – PSD; Jesuíno Boabaid – PT do B; Rosângela Donadon - PMDB; Léo Moraes – PTB; e Adelino Follador – DEM.

Art. 3º. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Presidência, 8 de outubro de 2015.

Deputado MAURÃO DE CARVALHO
Presidente – ALE/RO